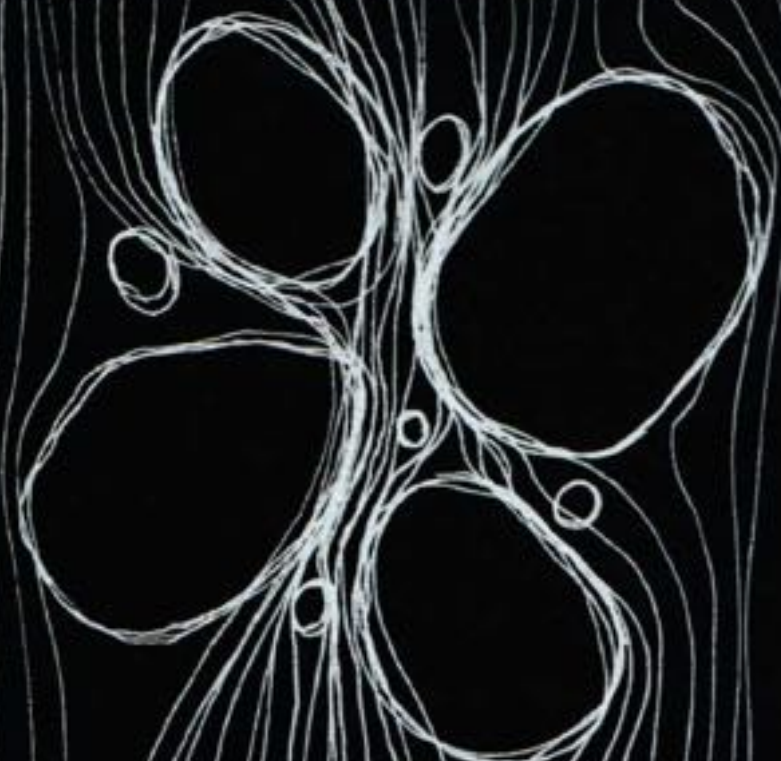


LUIZ ALBERTO GRIJÓ

A dança das bolinhas

NOTAS SOBRE O BRASIL INTERROMPIDO



 telha

A dança das bolinhas

NOTAS SOBRE O BRASIL INTERROMPIDO

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

A dança das bolinhas

NOTAS SOBRE O BRASIL INTERROMPIDO



EDITORA TELHA

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98)

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Ana Paula P. da Gama A. Ribeiro, Dra. Camila Gui Rosatti, Dra. Carolina B. de Castro Ferreira, Dr. Daniel Moutinho, Dr. Eduardo de Faria Coutinho, Dr. Flavio Pereira Senra, Dr. Jonas M. Sarubi de Medeiros, Dra. Larissa Nadai, Dra. Luciana Molina Queiroz, Dra. Ludmila de Souza Maia, Dra. Mônica Amim, Dra. Priscila Erminia Riscado, Dr. Rafael França Gonçalves dos Santos, Dr. Rodrigo Charafeddine Bulamah, Dra. Silvia Aguião

PRODUÇÃO EDITORIAL

Publisher: Douglas Evangelista

Coordenadora Editorial: Mariana Teixeira

Revisão do Arquivo: Rafael Ottati

Capa: Paulo Vermelho

Imagem de Capa: Vitória Martins

Diagramação: Paulo Ferreira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Catálogo na fonte

Isabela Lustosa - CRB-77115

G846d GRIJÓ, Luiz Alberto.
A dança das bolinhas: notas sobre o Brasil interrompido [recurso eletrônico]. / Luiz Alberto Grijó. — Rio de Janeiro: Telha, 2020.
220 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-81060-19-0 (e-book)

1. História do Brasil. 2. Atualidade brasileira.
3. História do tempo presente. I. Título

CDD 320.981

Editora Telha

Rua Uruguai 380, Bloco E, 304,

Tijuca, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.510-052

Telefone: (21) 2143-4358 • e-mail: contato@editoratilha.com.br

Site: www.editoratilha.com.br

Para Vera Vogel Grijó e
José Carlos Grijó (*in memoriam*)

0.

Normalmente um ensaio como este tem uma introdução, apresentação, um prefácio ou alguma outra coisa parecida. Quando estamos orientando os trabalhos de nossos alunos, costumamos, ao menos eu costumo, dizer que a introdução é a última parte a ser redigida. É uma espécie de norma de procedimento, o fim é o começo. Somente depois que realizamos é que, por último, revelamos ou organizamos as razões do conjunto. Não é diferente aqui. Já corre o mês de julho de 2019 e me debruço pela última vez sobre o texto deste livro para uma revisão final, com cortes e acréscimos de última hora, e para escrever seu último capítulo, este capítulo zero, que não é prefácio, introdução, apresentação, ou um conjunto de créditos e agradecimentos e é tudo isso ao mesmo tempo.

Começo o fim da escrita, como seu início lógico e cronológico, com algumas observações sobre o título e o conteúdo do que se segue para quem quiser aqui se aventurar.

Em 2008, se publicava um artigo sobre antiga polêmica acadêmico-intelectual brasileira. Qual o lugar das “ideias” durante os processos de institucionalização do estado no século XIX e de desenvolvimento de uma “literatura brasileira”? Partindo da proposição inicial de Roberto Schwarz, segundo a qual, no Brasil, as ideias estariam “fora do lugar” (SCHWARZ, 2000), Bernardo Ricupero desenvolve o argumento cujo alcance da proposição os seus críticos (em especial FRANCO, 1976) não perceberam:

‘as ideias fora do lugar’ mais do que expressarem um fato – a inadequação de certas referências intelectuais a um dado contexto social – indicam um processo, de formação, que se completaria na forma, até porque, como já afirmava o jovem Lukács [...], no momento que se passa a ter forma há ‘a conciliação do exterior e do interior’ [...] Por outro lado, a formação pode, também a partir de certas condições históricas e sociais, realizar-se ou não mais plenamente na forma. A tendência predominante é, mesmo, que ela não se complete inteiramente, até porque a forma autossuficiente é um caso limite (RICUPERO, 2008, p. 64).

O processo sempre incompleto de encontro entre a formação e a forma caracterizaria de modo singular grande parte das preocupações interpretativas do Brasil ao longo do tempo, sendo disso notável a presença da própria palavra “formação” nos títulos das nossas obras de referência mais consagradas pelos consagradores de obras: “*Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr., *Formação econômica do Brasil* (1958), de Celso Furtado, *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antônio Candido, e *Formação política do Brasil* (1967), de Paula Beiguelman”. Além desses, Ricupero cita os subtítulos do referenciadíssimo livro de Gilberto Freire, “*Casa grande e senzala*”, de 1933, “*formação da família patriarcal brasileira*”, e de “*Os donos do poder*”, livro de 1958 escrito por Raymundo Faoro, “*formação do patronato político brasileiro*”. Quanto ao não menos conhecido “*Raízes do Brasil*” (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, Ricupero anota que ele “*não esconde que é a mesma ordem de preocupações que o inspira*” (RICUPERO, 2008, p. 66).

Por fim, Ricupero defende que no “*momento atual*”, 2008, a ideia de formação poderia ser já considerada “*obsoleta*”. As evidências da precariedade e da impossibilidade da formação como “*realização*” sempre estiveram implícitas nos empreendimentos que sobre ela se debruçaram. Por outro lado, os tradicionais modelos eminentemente europeus que lhe serviam de norte, antes aparentemente tão bem-acabados, passavam a mostrar suas próprias precariedades. Assim, “*por paradoxal que possa parecer, nossa má-formação talvez ganhe especial interesse, já que se generaliza, ganha caráter mundial...*” (RICUPERO, 2008, p. 68).

Tendo em vista a situação mais recente, de 2013 para cá, porém, não me parece tão mais seguro que o tema da formação incompleta deixe de ganhar um renovado interesse. Não necessariamente pelo motivo apontado por Ricupero, a evidência universal de sua impossibilidade como realização, mas devido à interrupção do Brasil. Esse lugar que se constituía em simbiose, para o bem ou para o mal, com o mundo mais amplo, encontrando um lugar ao sol entre os grandes do planeta como um país de relativas tolerância,

integração e estabilidade política – maior democracia da América Latina, diziam –, com uma grande diversidade humana e natural e em um processo de crescimento econômico aparentemente consistente que o estava colocando como a quinta maior economia do mundo, por mais que tudo isso não passasse apenas de imagem ou miragem, seja como for, é certo que hoje não existe mais. Não há mais miragem, imagem e muito menos a realidade que nunca foi mesmo.

Em 2009, a revista britânica *The Economist* publicava uma matéria de capa, com uma foto estilizada do Cristo Redentor no Rio de Janeiro levantando voo como se fosse um foguete, sob o título “*Brazil takes off*” (*THE ECONOMIST*, 12/11/2009). A democracia brasileira era tida por muitos cientistas políticos e analistas em geral como um fato, um dado da realidade, com problemas, claro, ainda “jovem”, mas em pleno funcionamento, no caminho certo (ver CÉSAR, 2006; PINTO, 2006a, 2006b, 2007). A preocupação intelectual e investigativa era analisar as possibilidades do “fortalecimento da democracia”. “O eleitor muito bem informado, essencialmente racional e sofisticado na definição de seu voto é figura quase de ficção, tanto no Brasil quanto nos países de democracia consolidada” (CÉSAR, 2006). Enfim, resguardadas as diferenças, muito mais devidas ao tempo, pois no Brasil a consolidação da democracia seria uma consequência lógica de sua prática ao longo dos anos, a democracia aqui e acolá era de mesma natureza.

Esperar no Brasil por uma “formação” da democracia, não era mais tão problemático, pois em toda parte não existe mesmo uma democracia perfeita, mesmo entre as “consolidadas”. Ela era um fato.

E essa percepção não era mera ilusão, como procuro demonstrar mais adiante. O problema é que ela foi abatida antes mesmo de decolar. A democracia no Brasil, mas não somente ela, se mostrou um *take off* de galinha. E este ensaio é justamente sobre o Brasil, interrompido.

Mais uma vez a crueldade de uma sociedade marcada pelo escravismo, favoritismo, subserviência, hiperexploração dos mais vulneráveis, concentração de recursos em

poucas mãos, fica evidente. Aquela espécie de alívio para os intelectuais, principalmente, que a situação por volta de 2008 propiciava, o alívio de constatar que os outros também tinham seus próprios problemas de formação e, portanto, não estávamos sozinhos, foi por lama tóxica abaixo, como as vidas em Brumadinho, desde os estremecimentos de junho de 2013, o golpe de 2016 e a eleição de um Messias presidente da República.

Creio que assim explico um pouco sobre o porquê do subtítulo e introduzo algo do conteúdo que desenvolvo a seguir. Porém, com o perdão dos curiosos mais afoitos, ainda quanto ao título do livro, a parte das bolinhas dançando ficará clara nos próximos capítulos, peço um pouco de paciência e perseverança.

Por fim deste começo, agradeço à Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, assim mesmo, com as iniciais tão maiúsculas quanto a sua importância social, política, econômica e cultural em qualquer país que se queira minimamente civilizado. A ela devo muito e adiante isso ficará bem claro. Agradeço, porém, em especial, aos meus alunos e alunas, todos e todas, desde 1989, quando comecei a dar aulas na Universidade de Ijuí (UNIJUÍ), passando depois pela Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE) em São José dos Campos e pelo Colégio Farroupilha de Porto Alegre, até chegar no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1993. Entre eles e elas, meu reconhecimento a quem cursou a disciplina optativa “História, mídia e poder” que criei e leciono com esse nome desde 2009. Minhas pesquisas e este livro devem muito a eles e elas, nossas discussões, reflexões, convívio, camaradagem, discordâncias, conflitos respeitosos e trocas. A Universidade faz pesquisas importantes, desenvolve projetos de extensão fundamentais, mas só existe e faz sentido porque tem alunos e alunas, são a sua essência e a sua razão última de ser e permanecer ao longo dos séculos.

O Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS auxiliou decisivamente na realização do livro. Citando o nome do seu atual coordenador, Fábio Kuhn, agradeço a

todos os colegas que fazem a excelência de nossos cursos e pesquisas com seu trabalho e dedicação, bem como a todos os servidores e servidoras do nosso Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

Os meus colegas e amigos de longuíssima data, Eduardo Neumann e Temístocles Cezar, leram a primeira versão do livro e o enriqueceram com suas sugestões, correções e incentivo, além de terem me brindado com os apontamentos que cito adiante e que me impulsionaram a concluir e publicar este livro. Eduardo me honrou com o seguinte:

Grijó, ao mesmo tempo em que o teu livro é um testemunho de uma conjuntura de profunda agitação política, com rupturas e mudanças de orientação quanto ao controle do Estado, também é uma análise esclarecedora e necessária do que está em disputa no país. Ao enveredar por uma narrativa que apresenta um tom de ensaio, uma reportagem histórica, na qual procura informar o leitor a respeito da avalanche de acontecimentos que tem se precipitado nos últimos anos, e especialmente meses, o livro estabelece um diálogo com o leitor que desperta a curiosidade pelo próximo tópico. O texto apresenta uma linguagem fluída e prazerosa que prende a atenção, pois tem qualidade analítica sem ser enfadonho. É uma leitura que convida à reflexão, contribuindo para esclarecer aos mais desavisados a respeito dos descaminhos que estamos sendo empurrados a trilhar pelos mandatários de plantão em Brasília. Trata-se de uma proposta muito válida em tempos revoltos.

Já Temístocles fez o mesmo com:

Grijó, teu texto, de fato, se trata de um 'desabafo'. Mas um desabafo, de modo geral, bem argumentado e apresentado. O que mais gostei foi da escrita ensaística. Acho que ela convida à leitura! É inovadora (e não passará despercebida aos leitores do Binet certa influência na estrutura textual e narrativa). A tua presença na escrita articulada aos movimentos da pesquisa e da reflexão teórica é muito inteligente e criativa, abrindo um caminho para formas alternativas do gesto de escrever a história.

Obrigado de coração, vocês foram parceiros nos acertos do trabalho, os erros e equívocos por exclusões e inclusões, opiniões, pontos de vista, análises e omissões são todos meus.

A afilhada por empréstimo, ela é afilhada “oficial” da Simone, minha esposa, mas eu a adotei por tabela e sentimento, Vitória Martins, fez a ilustração da capa. Ficou demais, adorei. Obrigado, linda.

Daizi Vallier contribuiu enormemente com a versão final, pois realizou uma minuciosa revisão que me auxiliou muito a dar o trabalho por encerrado. Obrigado duplamente, Daizi, pela ajuda e pela Simone.

Vera, Edu, Lene, Petra e Jade. Família, sem vocês eu não era possível.

Simone Vallier Moro leu o original e me ajudou na revisão e com as suas observações certeiras. Ela foi a maior inspiração e o grande incentivo para que eu começasse e terminasse este trabalho. Te amo, Si.



1.

Em 2018, alguns colegas organizavam um livro de coletânea de textos sobre o avanço recente de grupos de direita no Brasil e no mundo e amavelmente me convidaram para escrever um dos capítulos. Imediatamente aceitei o desafio. Meu projeto de pesquisa principal, no qual tenho trabalhado atualmente, investiga o papel da mídia empresarial no Brasil republicano, especialmente no período mais recente, desde o final da ditadura de 1964, passando pela promulgação da Constituição de 1988, até chegar aos dias de hoje. O projeto não trata propriamente de uma história dos meios de comunicação ou algo assim, mas das relações entre os meios e o mundo político. Além do mais, e como resultado dele, tenho contribuído para o debate sobre o Brasil mais recente com alguns artigos (GRIJÓ, 2014, 2016, 2017, 2018, 2019b). Portanto, mesmo que a pesquisa não tenha como foco a questão das direitas, elas aparecem eventualmente

em conexão com os papéis e funções assumidos pelas empresas de comunicação. Sendo assim, aceitei o desafio.

“A dança das bolinhas” teve como ponto de partida justamente aquele artigo, o qual acabou intitulado “Atenção, homens brancos e ricos trabalhando: um país à beira do abismo” (GRIJÓ, 2019a). Quando comecei a pensar nele, já partindo para a escrita, achei que um bom caminho a seguir seria dar prosseguimento a alguma questão apenas esboçada nos meus trabalhos anteriores, baseando-me inclusive em escritos já encaminhados sobre o golpe de estado de 2016 e o papel que a mídia nele exerceu, bem como nos seus desdobramentos no processo eleitoral de 2018 e os resultados amplamente favoráveis a partidos e organizações de extrema direita no país.

Outra das vias que poderia ter tomado era a da análise mais detida da problemática que se apresenta como chave para o futuro do país. Trata-se do que se poderia chamar de anti-intelectualismo e do conseqüente desprezo que muitos dos militantes da coalizão vencedora das eleições de 2018 e empossada como novo governo em janeiro de 2019 demonstram pelo ensino escolar e seus profissionais, pelas universidades, principalmente as públicas, pelo conhecimento acadêmico, pelo tirocínio técnico-profissional. Desde os ditos gurus de internet até os pregadores ignaros de empresas religiosas, passando por oportunistas de todos os tipos, um enxame de apedeutas destituídos de capital escolar-cultural sólido, sofisticado e consistente se põe a proferir discursos pretensiosamente de autoridade baseados apenas nas suas próprias figuras públicas autorealizadas e cujos valores fiduciários relativos são medidos unicamente pelo número de seguidores em redes sociais, de assinantes em canais de divulgação ou, simplesmente, pelas “curtidas” em suas páginas, blogs e sites. A ciência dos acadêmicos e mesmo as opiniões fortes sustentadas por currículos propriamente intelectuais, penso aqui em jornalistas, artistas, escritores e outros profissionais de larga experiência, em certos advogados e ativistas sociais, são substituídas por uma coleção de declarações e intenções voluntaristas e impressionistas,

as quais são formal e pomposamente apresentadas como evidências, que devem em um só tempo se tornar fatos e desqualificar tudo o que a elas se contrapõem, como a racionalidade e a boa fé, por exemplo, nem me referindo à ciência propriamente dita. A simples crença irrefletida, mas fortemente conformada ideologicamente, se eleva como base de certezas e desloca para debaixo do tapete tudo aquilo que a negue como tal, como a pesquisa científica, a experiência profissional, a dedicação desinteressada, e, por consequência, todos os agentes e todas as estruturas que os sustentam: professores, estudantes, pesquisadores, deontologias profissionais, longas carreiras, a universidade pública, ativistas de base, experiência profissional, instituições consolidadas e assim por diante.

Um viés alternativo que cogitei aprofundar quando do convite era o que diz respeito ao reaparecimento público legitimado de discursos ditos conservadores, na realidade uma plêiade de declarações com fortes componentes autoritários, ditatoriais, preconceituosos, homofóbicos, ginofóbicos, machistas e até mesmo inspiradas no fascismo que, de uns anos para cá, de manifestações marginais e amplamente rejeitadas pelo grosso do *establishment* político-midiático, intelectual e cultural, inclusive sendo objeto de deboche e galhofa, vêm ganhando espaços cada vez mais significativos nas vozes de um pessoal que alcança “fama” exclusivamente pelas suas próprias imagens, representações de si, algumas extremamente bizarras, e por conteúdos que eles mesmos produzem em busca de aclamações e seguidores virtuais, ou desde os púlpitos dos templos que pululam por todos os lados do país. E tudo isso não somente nas chamadas novas mídias, como as redes sociais, canais de divulgação, blogs, sites e demais recantos mais ou menos obscuros da internet, mas na própria imprensa *mainstream*. Isso é particularmente complicado tendo em vista a crise geral das instâncias mais tradicionais de mediação, em primeiro lugar, da própria imprensa empresarial, mas também dos partidos políticos, dos sindicatos, das associações da sociedade civil, de certas ONGs, das igrejas tradicionais, da universidade. A crise des-

sas instâncias de mediação, outrora respeitadas e centrais, lança um novo desafio à sociedade e ao conhecimento da sociedade: o que se consolidará em seu lugar, gurus de internet, lideranças autocráticas, pastores pentecostais, políticos demagogos, tiranetes, o chamado “populismo” de direita, o aprofundamento da democracia, sua ressignificação?

Como desvio ou aprofundamento dessa perspectiva, eu poderia também ter focado com mais vagar os estragos operados nas instâncias anteriormente consagradas de mediação pelo capitalismo em sua atual fase neoliberal, inclusive prescindindo das instituições democráticas liberais, outrora importantes para o seu desenvolvimento e consolidação, mas que agora tem se tornado uma simples formalidade ou até mesmo um empecilho (DARDOT & LAVAL, 2016; MBEMBE, 2017; MONBIOT, 2016). O caso do Brasil e de sua desde sempre muito precária democracia merece uma atenção especial, principalmente devido à história da imposição do capitalismo no país, a qual nunca foi muito atrelada a formas liberais de exercício do poder, pelo contrário. Os recursos necessários ao desenvolvimento do capitalismo, como um certo grau de destreza técnica, de racionalidade instrumental e de autodisciplina da população em geral que recrutava como mão de obra física e intelectual, foram sendo impostos a partir de um amálgama com as antigas práticas e concepções coladas a uma sociedade profundamente marcada pelo escravismo, mas em vias de urbanização e complexificação acentuadas em meados do século passado.

Eu poderia também ter optado por buscar uma reflexão mais detida sobre a aplicação no caso brasileiro da teoria dos choques adversos (KLEIN, 2008), segundo a qual, no atual estágio das necessidades do capitalismo neoliberal, uma das formas de facilitar as condições para a sua plena expansão é criar territórios de terra arrasada, como no caso do Oriente Médio, ou se aproveitar de catástrofes naturais, como no caso do furacão Katrina em Nova Orleans, para provocar a destruição dos serviços e das redes públicos de proteção e assistência, para dobrar ou eliminar os grupos resistentes

e impor reformas privatistas. A crise que desembocou no golpe de estado de 2016 no Brasil em muito se deveu a essa estratégia operada pelos grandes senhores do capitalismo nativo em conluio com seus associados externos.

Ocorreu-me igualmente contribuir com o debate sobre o caráter disto que alguns têm chamado de nova direita, sendo que eu tendo a recusar a ideia de que haja algo de propriamente novo em si no que o conservadorismo atual apresenta ou representa no caso do Brasil, inclusive amparado e escudado que está por forças monarquistas e pelo que há de mais reacionário em termos de proposições políticas no horizonte atual. O Brasil não é a Itália, os Estados Unidos, a Inglaterra, a Hungria e nem a Turquia. Pode haver uma rearticulação, podem estar lançando mão de novos métodos de enfrentamento político, podem até mesmo minimizar ou deixar um pouco de lado certos conteúdos mais clássicos e caros à extrema direita, como um certo nacionalismo estatizante, mas de realmente novo, no caso do Brasil, há muito pouco. O odor a coturnos e o servilismo aos Estados Unidos são suas marcas essenciais hoje e já foram antes. De parte dos civis, há uma espécie de udenismo renovado, um discurso que apela para a reativação de um conjunto de preconceitos profundamente autoritários enraizados nas classes médias do país, enquanto da parte dos militares há o resgate de sua tradicional veia intervencionista, também autoritária e supostamente salvacionista.

Em uma postagem recente em sua linha de tempo no Facebook, uma colega professora escreveu que uma das coisas que caracterizariam a nova direita é que enfim ela perdeu qualquer pudor. Mesmo na ditadura militar se fazia um enorme esforço para esconder a ignorância, o arbítrio a violência pura e simples, o conteúdo discricionário do regime. Isso teria acabado. Agora se criaram novas condições discursivas nas quais a ignorância, o anti-intelectualismo, o moralismo, o voluntarismo e o radicalismo de inspiração fascista passaram a se apresentar crua e despidoradamente na esfera pública. Concordo. Apenas acrescentaria que a atual explicitação do discurso reacionário não está ancora-

da em um conteúdo propriamente novo e nem em agentes significativamente novos ou socialmente diferentes dos tradicionais, é fruto mais provavelmente da volta de um reprimido do que de uma invenção ou novidade (NETO, 2016), retorno que se dá muito em função da impunidade de que gozaram seus portadores e herdeiros. Os crimes desde o estado – desaparecimentos, assassinatos, as mais diversas arbitrariedades – praticados por militares e civis que foram os artífices, articuladores, agentes e apoiadores da ditadura militar, restaram impunes, pelo que, segundo a hipótese de Mateus Pereira, se estabeleceu uma “comunidade de memória” que logra uma “grande autonomia narrativa em relação à comunidade maior, [...que] justifica no presente, em particular, práticas, discursos, ideologias e lógicas que permanecem” (PEREIRA, 2015, p. 884). A impunidade é o:

principal motor que faz com que essa ‘comunidade de memória’ persista, cresça e se transforme e, sobretudo, que não sinta ou manifeste remorso ou culpa e, por consequência, não aceite nem reconheça qualquer tipo de erro. Em vez do remorso ou da culpa assistimos ao estímulo ao ódio e ao ressentimento (PEREIRA, 2015, p. 884).

As suspeitas de ligações de muitos dos membros do atual ajuntamento governativo com milícias paramilitares, como mostram, inclusive, matérias de revistas internacionais, algumas delas dificilmente acusáveis de serem “de esquerda” (The Economist, 30/05/2019), com os aparelhos estatais de informação e repressão – os serviços secretos das polícias militares, a Agência Brasileira de Inteligência, ABIN, e demais serviços do tipo dentro das corporações militares, um verdadeiro entulho reciclado das antigas agências e grupos que serviram à ditadura de 1964 para controlar e aterrorizar a população em geral –, com as bandas filofascistas nos ministérios públicos, polícias e justiça, com militares golpistas e intervencionistas ao velho estilo tenentista, reforçam essa percepção de que se trata de um retorno de algo que nunca deixou de ir, que estava em estado de hiber-

nação. Já o centro difusor do moralismo de fundo religioso, que caracteriza também muito de suas bases de apoio, apenas se deslocou do antigo protagonismo da igreja católica – tradicionalmente o seu principal baluarte no Brasil, mas que, ao longo do tempo, pendeu em grande parte para posicionamentos ditos progressistas –, para as seitas empresariais pentecostais que passaram a pulular pelo país desde o final da ditadura militar, muito mais adaptadas às novas condições neoliberais que se criavam e hoje predominam.

Outro viés que eu poderia ter perseguido naquele artigo era o do impacto das chamadas novas mídias nas possibilidades de que o extremismo de direita pudesse ter ganho os espaços conquistados à sombra da crise das instituições e instâncias mais tradicionais de mediação. Aqui me deteria nas *fake news*, no domínio do que alguns têm chamado de pós-verdade, na questão de como uma complexa rede de produção de conteúdos, financiada por ricos capitalistas, instrumentalizada e adestrada por organizações internacionais ligadas à difusão do neoliberalismo pelo mundo, como o *think thank* norte-americano Atlas Foundation, por exemplo, e seus congêneres e confrades latino-americanos – Instituto Milenium, Fórum da Liberdade, fundações de bancos e de grandes empresas – urdiram e financiaram uma extensa máquina de propagação de mentiras deslavadas na internet, bem como muitos dos novos grupos de ativistas virtuais e de rua, como o Movimento Brasil Livre (MBL). Enfim, seria importante investigar mais a fundo de que forma os novos espaços de inter-relacionamento e os novos grupos sociais ganharam dimensões tais que passaram a ser um importante e até mesmo decisivo recurso político-eleitoral, influenciando os resultados do pleito de 2018 no Brasil.



2.

Até meados de fevereiro de 2019 eu escrevera um primeiro esboço de artigo, algo como oito páginas, o trabalho estava andando e se concentraria na questão do caráter da

direita ou nova direita nas condições do Brasil atual. Mas algumas coisas aconteceram pelo caminho. Uma ex-aluna postou uma observação sobre um livro em sua linha de tempo no Facebook, algo como um dos livros mais extraordinários que ela já lera. Era “HHhH” de Laurent Binet (BINET, 2012). O título se refere a “Himmlers Hirn heißt Heydrich”, ou, em português, “O cérebro de Himmler se chama Heydrich”. Como eu e a Simone nos preparávamos para as férias em Punta del Diablo, no ainda democrático e progressista Uruguai, estava recolhendo a bibliografia necessária. Férias, ainda mais no litoral, são também perfeita oportunidade para vencer algumas leituras que ficaram retardadas e adiadas durante o ano, principalmente literatura, livros que restaram em cima da mesa esperando pacientemente por uma atenção sempre postergada, além, é claro, de evitar sair de casa no sol forte, acordar cedo para uma caminhada na praia e ir jantar uns frutos do mar com uma boa Zillertal *bien fría*. E escrever alguma coisa, se for o caso ou as ganas.

Pois, o livro de Binet foi no Kindle e logo devorado no primeiro par de dias. Obrigado, Carol, tua dica foi preciosa.

Evidentemente que o livro também me impactou e desde então resolvi optar por um caminho diferente na condução do artigo que escrevia, mas que acabasse, ao mesmo tempo, contemplando as várias possibilidades apontadas acima ainda como um rol de intenções. Sem me concentrar em uma única questão, decidi arriscar algo mais complexo e por certo heterodoxo em termos de escritas acadêmicas. O artigo já está terminado, revisado e o enviei para os organizadores, de modo que talvez até já esteja publicado quando esta “dança das bolinhas” for lançada. Se der tempo estará na bibliografia devidamente referenciado, mas, por enquanto, fica só a indicação de que se encontra “no prelo” (GRIJÓ, 2019a). Porém, ao dar o capítulo por encerrado e o remeter para o Rafael, um dos responsáveis pela coletânea, fiquei inquieto. Não que não o julgasse razoável ou digno de publicação, não, eu achei até que ficara interessante, mas estava insatisfeito, pulga atrás da orelha, alguma coisa ainda me incomodava. Será que de um, tudo estava ali? Dizer tudo é

impossível, mas será que, mesmo para o momento, era só aquilo? Será que os ditos não estavam muito aquém do que ainda poderiam ser? Quando dei por terminado, o artigo passava de 30 páginas e parecia querer ir além, se esticar, continuar a fluir e, ao mesmo tempo, fugir.

Eu acordava no meio da noite pensando nisso, levantava de manhã cedo e cricricri, parava na frente do teclado e as letras me encaravam com um misto de reprovação e desejo. Então, não é que o bicho se foi com corda e tudo pelo campo afora? Acabou virando este livro, que começa sendo a revisão e readaptação daquele capítulo original e termina se estendendo bem além. O assunto e a reflexão merecem e, de qualquer modo, eu precisava obedecer ao meu próprio impulso de escrita que me empurrava adiante.

Mas há igualmente outra razão. Tenho certeza de que não sou só eu, pois tenho ouvido de muita gente e também sentido pelos entornos e contornos, que sinto um gosto muito amargo de refluxo gástrico na boca. E elas estão espalhadas pelo Brasil. O que está acontecendo hoje no país não é apenas um corriqueiro revezamento no poder de adversários políticos, mas sim o triunfo momentâneo da ignomínia, do arbítrio, de um grupo cleptocrático e cacocrático que jamais tinha antes chegado tão longe em termos de poder sobre o estado. Esse tipo de gente sempre esteve por aí, à espreita, nas rabeiras, nas sombras, nos porões, enchendo seu pandulho venal com as migalhas atiradas por outros que ao menos tinham propósitos coletivos mais claros, ou simplesmente decoro e algum senso de responsabilidade. Agora ousaram sair ao sol e pela perfídia, pelo engodo e pela violência conseguiram se vitoriar. Nem em 1964 o núcleo duro da corriola governante tinha traços e elementos tão venais.

Por isso que “A dança das bolinhas” é também um enorme de um desabafo.



3.

Sobre “HHhH”, escreveu Felipe Charbel que “às vezes

acontece de esbarrarmos em corpos mutantes da história literária antes que eles tenham sido etiquetados” (CHARBEL, 2017, p. 33). Com efeito, é um livro diferente, difícil de classificar. Trata-se de uma espécie de ficção verdadeira, de uma história-romance, ou de um romance-história, sei lá, de fato, ainda não há uma etiqueta na prateleira da divisão por gênero da livraria ou da biblioteca para pôr o livro de Binet, romance-história, talvez, se for o caso de que isso se transforme em um problema, como para a dona da livraria ou o bibliotecário. Seja como for, não dá para se confundir, não é um romance histórico, como “O tempo e o vento”, “Gabriela cravo e canela” ou “Por quem os sinos doam”, por exemplo. Binet parte de uma farta e consistente documentação que nós da história profissional dividiríamos em primária e secundária. Há cartas, documentos oficiais, pesquisa em arquivos e uma bibliografia muito consistente e pertinente. Porém, a isso é ajuntado um conjunto de fontes que os historiadores de ofício costumam desprezar, como filmes, romances, crônicas e impressões pessoais. Uma discussão bem mais atenta e profissional pode ser encontrada no artigo já citado (CHARBEL, 2017). Eu vou me limitar a algo bem mais singelo, ou melhor, focado em pontos que dizem respeito não à teoria literária, mas à escrita de tipo histórico e à história como possível de ser apreendida como conhecimento.

O livro de Binet é uma narrativa e uma interpretação das circunstâncias e do atentado à vida de Reinhard Heydrich, chefe da Gestapo e comandante político-militar nazista em Praga à época da ocupação alemã na II Guerra, além de ter sido um dos artífices e principais responsáveis pela solução final, pela criação dos grupos de extermínio, pelas câmaras de gás. Heydrich era, enfim, um porco nazista que dedicou sua vida e habilidades para perseguir e matar: judeus, comunistas, eslavos, mendigos, homossexuais, enfim, todos aqueles que o *reich* tinha como inimigos, inferiores, indignos, resistentes, dissidentes, ou simplesmente discordantes.

Além do óbvio interesse que qualquer boa história, ainda mais histórica, desperta em um historiador, a narrativa de Binet é entrecortada por declarações de autor que vão expli-

citando o processo mesmo de composição do texto enquanto ele é escrito. Ele não é um narrador onisciente e ausente do narrado, não é um nós majestático, etéreo e celestial, é, junto com sua companheira, seu pai, seu irmão, com as condições do início do século XXI, tempo da narração, e mais um conjunto de personagens e situações, um personagem-autor. A narrativa é tecida aos olhos do leitor que é conduzido por fatos verdadeiros inventados num vai e vem espaço-temporal que contém até mesmo a Idade Média quando oportuno, e é. Binet propõe implicitamente um pacto com o leitor que se funda em um sólido compromisso ético: eu vou te contar a história como ela realmente aconteceu, mais ou menos, vou inventar alguma coisa, mas vou te avisar, minha responsabilidade é com uma meta-verdade, uma verdade além da narrativa e do narrado, a verdade que honra a história e, mais do que isto, a memória daqueles que dela participaram e da nossa própria que está novamente, tanto no ato de escrever como no de ler, repondo tudo de volta.

Binet, que conhece bastante os clássicos antigos como bem deixa transparecer, não faz, porém, referência a dois autores gregos que me vieram à cabeça enquanto eu lia seu livro e, depois, quando estava elaborando esta reflexão: Tucídides e Aristóteles. Do estagirita lembrei da proposição muito mal compreendida segundo a qual a história é menos filosófica do que a poesia porque visa o particular, enquanto os discípulos de Homero têm como meta o universal, como, aliás, a filosofia, um reino todo especial e por certo muito mais nobre (ARISTÓELES, *Poética*, 1451b). E de Tucídides recordei da passagem de seu primeiro livro na qual ressalta que o que escreve sobre a guerra de que tratava, aquela entre os peloponésios e os atenienses e respectivos aliados, é sobre os fatos testemunhados ou pesquisados com rigor por ele mesmo, e que se propunha a reproduzir os discursos dos principais envolvidos tais quais teriam sido proferidos. Parecem contraditórias as proposições, pois enquanto Aristóteles rebaixava o valor heurístico da história ao nível do relato de particularidades fechadas em si mesmas, Tucídides estaria defendendo que a história, ou o que nós chamamos

de história, é na verdade uma espécie de filosofia da ação, um “bem para sempre”, algo que deveria ser medido pela sua utilidade transcendente, que extrapolava o narrado, que é sempre e necessariamente contingente (TUCÍDIDES, 21-22), antecipando a postulação ciceroniana da história como *exemplum*, como *magistra vitae* (CÍCERO, *De Oratore II*, IX, 36). Ela na verdade seria, portanto, tão ou mais filosófica do que a poesia épica, sua rival no novo contexto da cidade. E não custa lembrar que os historiadores da antiguidade rivalizavam não somente entre si, mas especialmente com Homero. Aristóteles tinha em mente a história como narrativa do particular e, enquanto tal, fadada à prisão do acontecimento, do contingente, enquanto que Tucídides concebia o seu trabalho como algo muito mais universal, destinado não só a contar uma história, mas a ser um guia com um forte sentido transcendente para o que pudesse vir a ser, inclusive objeto de legitimação para um domínio imperialista em pleno século XX de nossa era, aproximadamente 2400 anos depois da Guerra do Peloponeso (PIRES, 2009).

Tem uma ótima tirinha de Calvin e Haroldo – que se chama Hobbes no original em inglês – na qual o garoto aparece na sala de aula fazendo uma prova de história. A pergunta é: “qual a importância do Canal de Erie?” Em português foi vertido muito bem como “Canal de Suez”, pois ninguém tem aqui a obrigação de saber o que é e onde fica ou ficava o Canal de Erie. No segundo quadrinho Calvin está escrevendo a resposta: “no sentido cósmico, absolutamente nenhum”. No terceiro quadrinho ele rompe a quarta parede e se dirige ao leitor: “*we ‘big picture’ people rarely become historians*”, “nós que vemos as coisas em perspectiva ampla dificilmente nos tornamos historiadores”.

Porém, a história de Tucídides, que em nenhum lugar de seu texto é chamada de “história”, é outra, é uma filosofia política, uma reflexão sobre a grandeza e a ruína das cidades e dos seus homens. As liberdades que ele toma com o que teria sido dito ou acontecido é também fruto de um acordo tácito com seus leitores: o único discurso seguro possível sobre o passado é o que é testemunhado diretamente por

seu responsável, pelo eu “autor”. Tucídides cairia nas graças dos historiadores, como também dos ideólogos e construtores de nações (PIRES, 2009), ao longo do século XIX, quando a história ganha um agá maiúsculo e de um conjunto de receitas sobre como devem os grandes homens se comportar para serem grandes passa a ser uma abstração e um princípio motor do devir social ancorado na sua inevitabilidade derivada de um passado reatualizado (KOSELEK, 2006). “*Le mort saisit le vif*”, “o morto apodera-se do vivo” (BOURDIEU, 1989b, p. 75), mal traduzindo.



4.

Não vou me estender em detalhes sobre a delicada questão do chamado presentismo (HARTOG, 2013), mas trago algo dessa problemática para ressaltar um aspecto do texto de Binet. Ele constrói uma narrativa fundamentada na ideia de que a história só é possível como história no presente e para o presente e é por isso que ele próprio se transforma em personagem e as temporalidades se confundem e se mesclam. 27 de maio de 1942 é transportado para 2008, para o momento da escrita, único tempo e lugar em que qualquer coisa que ainda se tenha a dizer sobre o atentado a Heydrich e o que ele possa vir a significar faz algum sentido, seja história, seja um “bem para o agora”.

Do mesmo modo, não pretendo me aprofundar na interessante discussão proposta por Valdeci Araújo e Mateus Pereira sobre o atualismo, definido como:

o crescimento vertiginoso de certa acepção da possibilidade humana de se relacionar com o tempo histórico como atualização. Em algum momento de nossa história recente, a ideia de modernização, que guardava em si as promessas emancipadoras das utopias modernas, acumuladas desde o século XIX, vai sendo substituída pela sensação de que o progresso só pode ser entendido como atualização incremental e automática do status atual das sociedades capitalistas. De algum modo, pretendemos pensar se o sujeito

histórico, bem como as promessas de emancipação e de redenção a ele associadas estão sendo substituídas, em especial, por dois estados possíveis desse mundo presente, a saber: sujeito atualizado ou sujeito obsoleto (PEREIRA & ARAÚJO, 2019).

O que quero frisar neste ponto a respeito de Aristóteles, Tucídides e Binet é que a história é um objeto histórico de disputas e não algo pronto e acabado que basta ser apanhado para servir aos objetivos políticos de quem se arroga ou estar ao seu lado, ou dela se tornar mestre. O “bem para o agora” é no sentido do conhecimento, ou, me parece, deveria ser. Sua conversão em instrumento de luta, o que não deixa de ser desejável e desejado, é fruto de um outro movimento, um movimento necessariamente político que quase por definição tem de ser coletivo para formar grupos em movimento que possam produzir efeitos de realidade. É um trabalho de outra espécie.



5.

Depois de ler o livro de Binet, como eu já referi, mas vale repetir, fiquei vivamente impactado. Tendo aceito a responsabilidade de escrever sobre o golpe de 2016 no Brasil e as suas consequências, poderia sem dúvida optar pela linha mais austera e acadêmica que meu agora interrompido texto de oito páginas que se chamava “A terra plana” começava a ser. Porém, não é sempre que, como nos últimos anos, se vivencia a aceleração do tempo de tal modo que qualquer coisa que se podia pensar sobre o Brasil antes de junho de 2013 jamais comportaria o que desde então se desencadeou rapidamente como destruição, ruína e regressão. Afinal, reacionarismo é isso mesmo. Ao contrário da confiança que muitos no século XIX depositavam na história como uma expectativa de ascensão, melhora ou redenção, a história não se fez como *upgrade*, como saltos para estágios superiores, como progresso e talvez nem mesmo como processo. A história se desdobra muito mais contingente e indeterminada

do que se supunha e com certeza muito mais aterrorizante, como Walter Benjamin frisou (BENJAMIN, 1985) e ao final acabou sofrendo na própria pele, assassinado pelos mesmos nazistas dos quais Binet se ocupa. É provável que Aristóteles tenha mais razão do que Tucídides, ou não, pois, ao fim e ao cabo, podem estar querendo dizer a mesma coisa.

É muito provável que não haja um sentido último na história como uma espécie de fio condutor que engancha o que foi com o que vai ser emprestando-lhes uma razão, uma finalidade última, um sentido ou um senso. Porém, isso não significa que a história não possa ser aprendida como conhecimento, como uma “ciência da história”, a captura metódica do que foi como base segura para ao menos se explicitar partes do que está sendo. Quando estudamos os modos de dominação sem uma referência à sua história é fácil cair na armadilha do “nunca antes”, em um tipo de presentismo barato muito caro aos políticos e aos marqueteiros de si mesmos. A força das dominações só pode ser apreendida em uma dimensão diacrônica, embora seus efeitos sejam presentes. Os mortos realmente se apropriam dos vivos, puxando-os para o mundo das sombras, da não história que naturaliza o mundo e suas representações em nome das múltiplas formas de acomodação e entorpecimento, inclusive por meio da memória.

Aliás, a questão da memória abre todo um outro espectro de possibilidades analíticas. No filme “Blade runner”, o primeiro de 1982, versão do diretor, baseado no livro de Philip Dick, lá pelas tantas o policial Deckard está discutindo com o capitalista-cientista Dr. Eldon Tyrell a respeito dos andróides que a empresa desse último produzia. Os andróides eram nascidos em forma adulta e programados para exercerem determinadas atividades, soldado, operário ou prostituta, por exemplo. Com um tempo de vida limitado geneticamente a quatro anos, desenvolviam emoções e sentimentos próprios, mas muito rapidamente, de modo que frequentemente se tornavam incontroláveis sem as restrições externas, como crianças, só que em corpos de adultos jovens. Tyrell explica a Deckard que estavam agora testando novos mo-

delos com implantes de memória, especialmente memória afetiva, com o fim de controlá-los melhor. Sem uma história mais ampla para organizar, as memórias acabam operando como poderosos instrumentos de dominação pelo tanto que representam na economia da introjeção socialmente compartilhada do medo. Uma recusa da história como conhecimento é muito eficaz sob o ponto de vista dos dominantes.

•

6.

Em “HHhH” a relatividade do tempo é efeito do que se apresenta como uma conjunção de ações e expectativas concorrentes ou coincidentes. Quando os agentes tchecoslovacos escolhidos para emboscar e eliminar Heydrich estão na Inglaterra nos campos de treinamento, ou tomando chá na casa em que se hospedam, na espera e na planificação da ação, ou mesmo depois do atentado, nas catacumbas da igreja em Praga na qual se esconderam, não há muito o que narrar, o tempo se estende, se alonga, não termina. Em contrapartida, a narrativa é breve, rápida, sintética, não há muito o que dizer de horas, dias, espaços e atividades que se repetem uns sobre os outros em uma longa monotonia. Em um magnífico artigo, Temístocles Cezar se debruçou muito melhor do eu poderia fazer sobre essa situação da inação como passível, ou não, de narrativa (CEZAR, 2018).

Quando, porém, eles se põem em ação, mesmo parados na esquina à espreita do alvo, a postos, fisicamente inertes, mas prontos para agir, o tempo se acelera, fica denso, cheio, ligeiro, gordo. A narrativa, por sua vez, se torna extensa, longa, pausada, ocupa várias páginas, há muito o que dizer sobre minutos que duram horas, dias, anos, que simplesmente partem o tempo para dele se livrarem.

O que vivemos hoje no Brasil é um destes momentos. Os acontecimentos se atropelam rápidos, as instituições são postas a pique de uma hora para a outra, esfrangalhadas. As vidas correm perigos reais e virtuais, a violência se espalha, não só a simbólica, mas também a violência física que

faz cair aeronaves com ministro do Supremo dentro, abate vereadoras – quem mandou matar Marielle? –, enterra pessoas vivas na lama da incompetência, do descaso e do neoliberalismo, executa a tiros oficializados centenas de pessoas pobres, todos os dias, negras, em sua maioria, no campo, na cidade. “Quanto vale ou é por quilo?” O filme dirigido por Sérgio Bianchi significa bem, na mesma perspectiva do ficcional-real buscando uma metaverdade, o Brasil da sua violenta e sanguinária cordialidade, nesse sentido bem entendida, como arroubos desmedidos comandados pelo fígado. E os atuais governantes e seus prepostos atizam o clima com ainda mais violência, tanto a violência da administração descontrolada por parte de agentes do estado de uma de suas prerrogativas essenciais, o uso da violência física legítima, quanto as violências conflitantes e criminosas dos oligarcas armados, das milícias, dos agentes desgarrados das funções de estado, de suas instituições paralelas, extralegais, de supostos gurus, influenciadores, pastores, bispos e missionários de todo o tipo alcovitados na internet ou nos púlpitos, nos tribunais, nas delegacias e nos quartéis, todos raivosos, irascíveis, profundamente ignorantes em um sentido amplo, reles capitães do mato, em sua maioria. Nascido das trevas do ódio e do anátema, dificilmente o atual governo de extrema direita poderá se sustentar sem alimentar suas entranhas com os restos dos corpos dos sujeitos de sua ira. Não é à toa que um livro sobre nazistas e como foram e devem ser tratados impacta tão fortemente em qualquer pessoa que esteja atenta à situação atual, não somente no Brasil, aliás.

•

7.

Proponho agora um pequeno exercício. Ao retirar duas palavras no trecho a seguir do romance-história de Binet – cujas supressões indico com asteriscos os quais, adiante, esclarecerei –, a passagem fica assim: “É essencial punir os professores * , pois o corpo docente é um viveiro para a oposição.

É preciso destruí-lo e fechar os colégios *. Naturalmente, a juventude ** deverá então ser educada fora da escola e arrancada dessa atmosfera subversiva” (BINET, 2012, posição 2690). Isso não é um tuíte de um dos filhos do atual governante ou mais um anátema de Olavo de Carvalho, o suposto inspirador do atual conluio governativo, é parte de um discurso que teria sido proferido pelo carrasco de Praga, o chefe nazista da Gestapo e interventor, o carnicheiro Reinhard Heydrich, em 4 de fevereiro de 1942. A julgar pelas manifestações de diversos apoiadores do governo do Brasil empossado em 2019, inclusive tendo em vista a vigilância e as perseguições que proponentes do projeto denominado escola sem partido, o qual eles têm tentado transformar em algum tipo de legislação, propõem quanto a professores e suas práticas docentes, o * poderia tranquilamente estar no lugar de “brasileiros” e ** de “brasileira”. Na verdade * está no lugar de “tchecos” e ** de “tcheca”, afinal, Heydrich era interventor em Praga a mando de seu regime de força e morte, não em Brasília, a mando de Donald Trump e do “mercado”.

Acrescente-se a isso a tentativa, como política de governo expressa pela atual ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, de permitir por decreto no país a educação domiciliar (G1, 25/01/2019). A escola virou alvo de destruição e não mais objeto de política pública. Destrua-se a inútil e cara Universidade, bradam, desprezíveis, os que de uma forma ou de outra influenciam a camarilha em governo do alto de seus preconceitos de templos, casernas e mal-entendidas leituras tortas.

Pelo Twitter, que, no meu tempo, era só um autofalante – sim, eu sei que o autofalante é *tweeter*, mas eu achei a piadinha boa e a confusão fonética é justa –, um dos membros mais destacados da *famiglia* governante no país como ativista de internet, o vereador Carlos Bolsonaro, fez a postagem da capa de uma dissertação de mestrado então ainda não defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) intitulada “A produção das masculinidades nos perfis de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no aplicativo Tinder em

Rio Grande – RS”. O agora afamado edil da cidade do Rio de Janeiro ajuntou o comentário:

Meu Deus! Isso é uma dissertação de mestrado! Este senhor recebeu dos cofres públicos, nos últimos 2 anos, uma bolsa de R\$1.500, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Nota-se porque o Brasil está no nível de educação que está. Tire suas conclusões! (*apud* Sul21, 11/02/2019).

A orientadora da tese respondeu em uma carta pública, bem como algumas autoridades da FURG, lembrado da estupidez, ignorância e prepotência, palavras minhas, de se julgar o conteúdo de um trabalho acadêmico apenas por seu título e com claras pretensões de insinuar uma reprovação *a priori* do mesmo por uma capenga vigilância moralista.

De início eu pensava que o filho, dizem que dileto, do atual preposto estava movido apenas pelo anti-intelectualismo, por preconceito de gênero e pelo moralismo tacanho que caracterizam muitos dos atuais ministros e demais nomeados em cargos de confiança dos escalões mais altos aos mais baixos da administração federal, mas há um outro detalhe. O autor da dissertação fora candidato a vereador em Rio Grande pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o que só agrava o caráter baixo da postagem, pois a motivação adicional e colateral é também atingir adversários políticos transformados em inimigos pelos tiranetes de ocasião. Numa só tacada são agredidos e misturados como se fossem uma coisa só os homossexuais, todo o pessoal envolvido com pesquisa acadêmica, a Universidade e, de quebra, o PT.

O episódio leva a uma questão crucial para todos nós brasileiros neste momento: a quantos metros de distância estamos da volta da censura e das perseguições arbitrárias ao conhecimento, às artes, à liberdade de criação e de expressão? A postagem foi feita pelo filho do homem, não por um Zé das Couves querendo ganhar notoriedade com seu canal no YouTube, é uma manifestação “oficial”.

8.

Quando referi que este texto tem inspiração no livro de Binet pode parecer pretensão. É um pouco pretensão e uma certa inveja por não ter sido eu a escrever algo parecido, uma inveja boa, como diz o outro, mais ou menos, que me acomete depois de uma grande leitura. Eu queria ter escrito “Memórias póstumas de Brás Cubas”, “Grande sertão: veredas”, “Política no mundo antigo”, “O processo”, “O cavaleiro inexistente”, “Incidente em Antares”. Felizmente não escrevi, estiveram em boas e melhores mãos e mentes. Porém, depois de ler qualquer livro dessa estirpe a vontade é sentar e escrever, talvez algo parecido, ao menos inspirado, e alguém já disse, sobre inspirações, acho que foi o Pierre Bourdieu, que um ótimo esquema teórico-metodológico bem aplicado tem resultados importantes para o avanço do conhecimento. Nem todo mundo é Platão, Marx, Comte ou Freud. “Os donos do poder” (FAORO, 1979) é um estudo que faz muita justiça a Max Weber, assim como “O tempo saquarema” faz a Gramsci (MATTOS, 1990). Nada como um bom estímulo, uma boa inspiração, na ciência, nas artes, no mundo da vida.

É, portanto, importante deixar claro que a inspiração em Binet para este ensaio está mais presente na forma, com a divisão das seções, nas interpelações e interposições subjetivas, no recurso a fontes heterodoxas e na tentativa de transformar o autor em personagem, em um observador participante. É isso.

Ainda mais, a gravidade e a importância do tema de “HHhH”, que, enfim, diz respeito à reatualização histórico-literária da luta contra o nazi-fascismo assassino de milhões de pessoas, é muito mais universal por seu peso histórico relativo do que as vicissitudes de um país latino-americano periférico mais uma vez às voltas com golpe de estado, regime de exceção, autoritarismo. Não que essas situações não causem também mortes e horrores, os quais importam totalmente na perspectiva das vítimas e da história como ancoragem segura para a reflexão sobre a justiça, a verdade e as formas de convivência em sociedade, para aquela meta-

verdade acima referida. Infelizmente, por estas bandas tais situações são muito mais a rotina do que a exceção.

Por outro lado, recuso-me a medir regimes ou relações de dominação quanto aos graus de horror e terror que causam ou causaram apenas pelo número de mortos e mutilados físicos e simbólicos que deixam em seu rastro. Isso é uma porta aberta para, por exemplo, a estúpida ou mal-intencionada definição da ditadura militar brasileira como “ditabranda”, vereda percorrida pela insigne Folha de São Paulo e acolhida pelos então marginais obscurantistas de plantão que acabaram agora no governo e que hoje acusam, entre outros, a própria Folha de São Paulo de ser parte do grande “complô comunista” internacional capitaneado pela “imprensa”.

Caetano tem razão ao perguntar por que será que a América Latina vira e mexe tem de suportar ridículos tiranos, coniventes e sustentados por capatazes e paisanos que com sua burrice fazem jorrar sangue demais nos pantanais, caatingas e nos gerais, estes últimos agora soterrados em lama tóxica de barragens criminosamente incontinentes.

Há também um outro detalhe: não tenho nem sombra do talento literário daqueles que me inspiram, de modo que não há perigo de ser confundido com eles.

•

9.

Um esclarecimento. Aqui nesta “dança das bolinhas”, a pretensão tem sido a de circular por temáticas e representações que não se propõem a ser ficção, sem ser também uma escritura acadêmica típica. É um discurso de base historiográfica conjugado com as técnicas e características de uma crônica memorialística das coisas vividas, mas que tenha passado pelos filtros estreitos da pesquisa científica. Sei que corro o risco de contrariar muitas das incursões pela filosofia da história que ultimamente têm tomado lugares da crítica teórico-metodológica em espaços de formação na disciplina e na profissão históricas, mas, sim, história para mim

é uma ciência, não é arte, não é memória, não é depoimento, não é somente (mais uma) narrativa e muito menos literatura. A história acadêmica dialoga e flerta com todas essas outras práticas e registros, se apropria de várias de suas contribuições e recusa outras tantas, mas é de outra ordem. Ao menos, creio, deveria ser. História tal qual praticada nas academias é *episteme*, não outra *doxa* comensurável a outras tantas. É o que tento nesta contribuição, só que com uma roupagem mais casual.

•

10.

De minha parte, continuo chamando o golpe de 1964 de golpe militar e o que se seguiu de ditadura militar e regime militar. Há toda uma discussão sobre as denominações a respeito (MELO, 2012), sendo a mais convincente a que aduz a militar a designação civil, para sublinhar que o golpe e o estado de exceção posterior tiveram a marcante participação de civis, individualmente tomados ou por meio de suas vinculações institucionais, ideológicas ou fisiológicas. Sou pelos nomes mais tradicionais forjados e consagrados no próprio correr dos acontecimentos, inclusive como palavras de ordem. Justifico.

É totalmente louvável, pertinente e importante a discussão acadêmica sobre a questão, criando ou reforçando inclusive a prática de, de tempos em tempos, pôr tais denominações em xeque. Ao mesmo tempo, nesse movimento se cria e se estabelece um problema de e para a reflexão, criando-o como tal. Porém, em termos de eficácia simbólica, que quer dizer também eficácia política, uma vez que o negacionismo está frutificando em cima da própria recusa da definição do golpe de 1964 como golpe e da ditadura que ele inaugurou como ditadura, nomeações sintéticas têm força muito maior do que as construções discursivas mais extensas e complexas. As ideias-força são tão mais eficazes quanto mais sintéticas e, portanto, mais passíveis de comunicabilidade (BOURDIEU, 1981). Além disso, creio, o mais

importante e digno de marcação está em golpe e ditadura e não nos eventuais adjetivos que possam se seguir. Seja como for, se alguém está estudando ou desdobrando academicamente e mesmo politicamente o que se alberga sob golpe e ditadura militares, certamente vai se deparar com os agentes ou coniventes civis corresponsáveis e tão culpados quanto os que vestiam fardas.

Não se pode esquecer que as próprias denominações golpe e ditadura foram o resultado de um processo amplo de disputa iniciado ainda em abril de 1964, com os golpistas se querendo revolucionários na melhor tradição tenentista da revolução brasileira regeneradora, daí a ideia de uma “revolução redentora”, que remonta à década de 1920, embora renovada, enquanto os golpeados imediatamente acusaram e denunciaram o golpe enquanto tal. No final dos anos 1970 e início dos 1980, as pessoas nas ruas gritavam contra “a Ditadura” que “o Golpe” produziu, sem mais, “Abaixo a Ditadura”, sem adjetivos ou outros qualificativos. As referências eram imediatamente reconhecidas e instrumentalizadas na luta política. Golpe militar e ditadura militar têm, no meu ponto de vista, a força dupla do esclarecimento do que aconteceu pelo viés da própria luta conjuntural, quanto a força cultural e até científica desse mesmo esclarecimento pela corroboração quase unânime dessas definições que se seguiu na objetivação operada pela história e pelas ciências sociais à época. O ciclo de golpes militares na América Latina dos anos 1960 e 1970 estão amplamente reconhecidos pelos estudiosos mais próximos dos acontecimentos, inclusive como contraposição à experiência cubana, que não é caracterizada como um golpe de estado, mas como uma revolução social.

Na linha daquele esforço em maquiarse, escondendo sua essência reacionária e conservadora, por parte dos vitoriosos em 1964, mesmo distribuindo arbitrariedades desde o princípio, tais como cassações, perseguições, Atos Institucionais (AIs), expurgos e violências semelhantes, o regime se apresentava como restaurador da democracia, redentor e salvador da pátria contra os “subversivos” que supostamente a queriam entregar ao comunismo ateu. Lembro de

uma definição corrente na época da ditadura, e isso depois do AI-5 que enterrou o *habeas corpus* e deu ao regime poder quase ilimitado de uso da força contra a população, destas coisas que se ouvia no rádio ou na televisão ditas por vezes de aluguel, por sabujos obedientes, de que o Brasil era uma semidemocracia, como sendo algo positivo e como se isso pudesse ser possível e que, ao mesmo tempo, acabava reconhecendo, talvez sem querer, o estado de exceção.

Mais recentemente, estamos de novo frente a tentativas de redefinição do que aconteceu e acontece. 1964 e a ditadura passam por uma nova prova. A milícia cibernética que apoia o situacionismo em grande parte se serviu de um discurso militarista e autoritário, sendo que o próprio chefe, o ex-capitão expulso do exército Jair Messias Bolsonaro, que ora ocupa o palácio do Planalto, declarou em diversas oportunidades ser um defensor da ditadura militar e da tortura como método de enfrentamento político, chegando a referir em certa ocasião que os militares teriam matado pouco, deveriam ter eliminado uns 30 mil quando estavam no poder (FSP, 03/06/2018). Não há aqui como deixar de fazer conexão com legados infames como o de Reinhard Heydrich. Quando da consumação do golpe de 2016 na votação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, Jair Bolsonaro dedicou seu voto ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um Heydrich à brasileira que torturou pessoalmente ou supervisionou centenas de sessões de tortura, inclusive da presidenta que era então afastada de suas funções e prerrogativas de direito (BBC-BR, 21/04/2016).

Não pode haver confusão nisso, aliás, não há, apenas acontece um trabalho intenso, agora apoiado por autoridades designadas, como o então ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, admirador também confesso de regimes militares e seus métodos, de negar 1964 como um golpe e o regime subsequente como ditadura. Trata-se de mais um de tantos elementos obscurantistas e violentos que se querem fazer passar por evidências na atual conjuntura, é mais um meio de espezinhar os adversários políticos, os

professores, a escola e a universidade, todos transformados em um bando de comunistas, esquerdistas, ou petistas, o anátema do momento.

O que aconteceu no país em 2016 quando do afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff entra nessa linha de preocupações. Em outro momento discuti o assunto (GRIJÓ, 2018), marcando fortemente a posição academicamente fundada de que o impeachment de 2016 foi um golpe de estado.

É de Pierre Bourdieu a sugestão de que o estado pode, além de outras formas de apropriação científica, ser pensado como composto por uma mão direita e uma mão esquerda. A primeira seria relativa ao seu núcleo duro, como as forças armadas e policiais, justiça, promotorias, finanças, agricultura, arrecadação, economia e assim por diante, enquanto sua mão esquerda seria aquela relativa aos serviços sociais, educação, previdência, saúde, fiscalização e política ambiental e assemelhados (BOURDIEU, 1997 e 1998). A mão direita é a face do estado vinculada às suas razões primordiais de arrecadar, concentrar, fazer guerra, vigiar e punir. A mão esquerda, que se foi desenvolvendo historicamente na luta no e pelo estado, é a que nutre, conforta, educa, cuida, é a que opera a interface mais direta com a sociedade sob o ponto de vista do acolhimento, principalmente com respeito aos seus membros mais debilitados ou necessitados. O que ocorreu no Brasil em 2016 foi um golpe da mão direita do estado sobre a mão esquerda, com a ampla participação e conivência de instâncias cruciais da sociedade civil, como os empresários em geral e, em especial, os rentistas, com os aplausos de boa parte da pequena burguesia satélite de várias corporações, tudo devidamente justificado pela grande mídia corporativa nacional que se posicionou em bloco contra o governo de Rousseff e em favor de sua destituição.

A grande mídia, aliás, teve uma função e participação fundamentais no desencadeamento do golpe ao incensar, por exemplo, iniciativas deletérias que beiravam a ilegalidade, como a tal operação Lava Jato, levada a cabo não por acaso no estado do Paraná, um tradicional reduto de elites conservadoras e historicamente bastante periférico em relação

à política nacional, bem como incentivar as manifestações de rua contra o governo petista, principalmente desde a sua guinada histórica de junho de 2013. Naquele mês estouraram no país manifestações de rua capitaneadas principalmente por grupos de esquerda e extrema esquerda, eventualmente espelhados nos movimentos *occupy* espalhados pelo mundo, que reivindicavam melhorias nas condições da mobilidade urbana em várias cidades do país. Levantavam a bandeira já antiga da contrariedade com o aumento das passagens dos transportes coletivos. Pois, partindo da corriqueira condenação dos movimentos como radicais e compostos por vândalos, na medida em que eles ganharam adeptos e amplitude, a mídia empresarial passou a apoiá-los, tentando ao mesmo tempo transformá-los segundo a sua própria agenda: uma suposta luta contra a corrupção. Desde meados do mês de junho de 2013, portanto, os grandes jornais, revistas e meios eletrônicos passaram não só a simpatizar com as manifestações, mas a incentivá-las dando-lhes ampla divulgação e destaque, condenando apenas alguns “excessos” que identificavam em um caso ou outro, especialmente tentando neutralizar os chamados *black blocs*, os quais passaram a ser alvos também da repressão policial e judiciária. O efeito foi a expulsão da esquerda das manifestações e sua transformação em algo completamente diferente.

Depois de junho de 2013, começaram a nascer organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL), de direita neoliberal, cuja sigla é uma tentativa de usurpação de MPL, Movimento Passe Livre, que estava na origem dos protestos e é uma organização de esquerda. Um de seus líderes, que em sua maioria são, ainda hoje, seis anos depois, muito jovens, Kim Kataguirí, chegou a ser colunista regular contratado do supostamente imparcial e neutro “jornalão” Folha de São Paulo. O emprego durou sintomática e aproximadamente um ano, de janeiro de 2016 a março de 2017, justamente o ano do golpe ao longo do qual correu o processo de afastamento de Dilma Rousseff. Logo depois, o rapaz foi despedido. O MBL se declarava apartidário, sem pretensões eleitorais, lutando desinteressadamente pela regeneração

moral do país. Hoje uma boa parte de seus membros mais ativos é parlamentar, alguns eleitos à sombra da candidatura Bolsonaro à presidência. Kataguirí tornou-se deputado federal pelo Democratas (DEM), partido da base de apoio do atual governo e que tem suas origens na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), organização de sustentação parlamentar da ditadura militar.

Naquela altura, 2013, a meta era a derrota de Rousseff nas eleições de 2014, para o que a grande mídia empresarial não poupou esforços. O candidato preferido, Aécio Neves, ao final perdeu o pleito por escassa margem. Daí em diante, desde o primeiro dia do novo mandato em janeiro de 2015, foi desencadeada uma avalanche oposicionista que envolveu a grande mídia, empresários de todos os tipos, agentes policiais, judiciários, do ministério público, maçonaria, movimentos de rua convocados por organizações como o próprio MBL, religiosos de igrejas neopentecostais, boa parte das “classes médias”, do centro-sul em especial, e uma forte articulação parlamentar, com o PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, sendo o fiel da balança, pois, de partido alinhado com o governo e contando inclusive com o vice-presidente de suas fileiras, Michel Temer, se transformou em principal força no Congresso de condução do processo de impeachment, ao lado dos partidos claramente de oposição. As chamadas manifestações verde-amarelas, do pessoal que legitimou e impulsionou nas ruas os movimentos que levaram ao golpe de 2016, eram marcadas aos domingos e contavam com coberturas ao vivo da TV Globo. Ela chegava a sacrificar transmissões de jogos de futebol para veicular os protestos.

O então senador Romero Jucá sintetizou os contornos do golpe no célebre diálogo que travou com o empresário Sérgio Machado, ambos aturdidos com os rumos que as investigações realizadas no âmbito da operação Lava Jato tomavam. Tratava-se de um telefonema interceptado pelos investigadores e datado de, provavelmente, março de 2016, antes da sessão da Câmara que permitiu a abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, pois quando do

vazamento para a imprensa em maio do mesmo ano Jucá era já ministro do governo Michel Temer. Segue o diálogo editado, fiz apenas algumas adaptações para enxugar a transcrição que é muito longa no original, tendo como base a sua publicação pelo jornal Folha de São Paulo:

JUCÁ – Eu ontem fui muito claro. [...] Eu só acho o seguinte: com Dilma não dá, com a situação que está. Não adianta esse projeto de mandar o Lula para cá ser ministro, para tocar um gabinete, isso termina por jogar no chão a expectativa da economia. Porque se o Lula entrar, ele vai falar para a CUT, para o MST, é só quem ouve ele mais, quem dá algum crédito, o resto ninguém dá mais crédito a ele para porra nenhuma. Concorda comigo? O Lula vai reunir ali com os setores empresariais? [...]

MACHADO – Tem que ter um impeachment.

JUCÁ – Tem que ter impeachment. Não tem saída. [...]

MACHADO – Acontece o seguinte, objetivamente falando, com o negócio que o Supremo fez [autorizou prisões logo após decisões de segunda instância], vai todo mundo delatar.

JUCÁ – Exatamente, e vai sobrar muito. O Marcelo e a Odebrecht vão fazer.

MACHADO – Odebrecht vai fazer.

JUCÁ – Seletiva, mas vai fazer.

MACHADO – [...] Eu estou muito preocupado porque eu acho que... O Janot [procurador-geral da República] está a fim de pegar vocês. E acha que eu sou o caminho. [...]

JUCÁ – Você tem que ver com seu advogado como é que a gente pode ajudar. [...] Tem que ser política, advogado não encontra [inaudível]. Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria. [...]

MACHADO – Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

JUCÁ – Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

MACHADO – É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ – Com o Supremo, com tudo.

MACHADO – Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ – É. Delimitava onde está, pronto. [...]

MACHADO – É aquilo que você diz, o Aécio não ganha porra nenhuma...

JUCÁ – Não, esquece. Nenhum político desse tradicional ganha eleição, não.

MACHADO – O Aécio, rapaz... O Aécio não tem condição, a gente sabe disso. Quem que não sabe? Quem não conhece o esquema do Aécio? Eu, que participei de campanha do PSDB...

JUCÁ – É, a gente viveu tudo. [...]

JUCÁ – [Em voz baixa] Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem ‘ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca’. Entendeu? Então... Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para não perturbar.

MACHADO – Eu acho o seguinte, a saída [para Dilma] é ou licença ou renúncia. A licença é mais suave. O Michel forma um governo de união nacional, faz um grande acordo, protege o Lula, protege todo mundo. Esse país volta à calma, ninguém aguenta mais. Essa bagada desses procuradores de São Paulo ajudou muito. [referência possível ao pedido de prisão de Lula pelo Ministério Público de SP e à condução coercitiva dele para depor no caso da Lava Jato]

JUCÁ – Os caras fizeram para poder inviabilizar ele de ir para um ministério. Agora vira obstrução da Justiça, não está deixando o cara, entendeu? Foi um ato violento...

MACHADO – E burro [...] Tem que ter uma paz, um...

JUCÁ – Eu acho que tem que ter um pacto. [...]

MACHADO – Um caminho é buscar alguém que tem ligação com o Teori [Zavascki, relator da Lava Jato], mas parece que não tem ninguém.

JUCÁ – Não tem. É um cara fechado, foi ela [Dilma] que botou, um cara... Burocrata da... Ex-ministro do STJ [Superior Tribunal de Justiça]. (Adaptado de FSP, 23/05/2016).

Dilma Rousseff foi afastada pelo parlamento sob o pretexto de que cometera “crimes contábeis”, algo que nunca derrubara antes absolutamente ninguém, forçados em “crimes de responsabilidade”, cuja caracterização era necessária para a abertura do processo sob o ponto de vista constitucio-

nal. Jucá, no entanto, um sujeito profundamente envolvido nos acontecimentos e muito próximo a Michel Temer, escancarou, involuntariamente é certo, os meandros das articulações, suas razões e quais os seus agentes principais, desde o Supremo Tribunal Federal (STF), passando por militares e parlamentares. Dentre os citados na gravação, Teori Zavascki morreria em uma queda de avião pouco mais de um ano depois. Lula está hoje preso em Curitiba por condenação em um caso armado contra ele sobre a alegada posse de um apartamento como tendo sido havido por meio de propinas. O juiz responsável até 2018 pelos processos da Lava Jato, inclusive pela primeira condenação de Lula, Sérgio Moro, é hoje ministro da Justiça do conluio governativo comandado pelo capitão reformado do exército Jair Messias Bolsonaro.

Por outro lado, começam a ser destrinchados os meandros da articulação jurídico-política e midiática denominada Lava Jato. Um estudo do professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Ricardo Costa de Oliveira demonstra que os procuradores, juízes e advogados envolvidos na operação são em sua maioria parte de um mesmo grupo social de tipo “provinciano”, consolidado há muito por suas inter-relações pessoais, até mesmo herdadas, e por sua presença em diversas instâncias e órgãos estatais. Estudaram nos mesmos colégios, seus pais eram conhecidos entre si e faziam parte de um mesmo estrato superior das elites paranaenses com ramos na política, no direito e nos negócios. Assim, os procuradores e promotores que investigavam e acusavam têm relações pessoais, inclusive de parentesco, e de afinidades ideológico-políticas com os juízes que julgavam e com os advogados que defendiam e que costuravam com os primeiros as delações premiadas que livraram vários da cadeia em troca da colaboração com as investigações. Nisso, muito dinheiro circulou, enriquecendo as bancas de advocacia da província e outros agentes periféricos. Segundo Ricardo Costa de Oliveira,

eles se conhecem muitas vezes desde a infância, porque os pais já se conheciam muitas vezes. Eles fre-

quentaram as melhores escolas, universidades, têm sociabilidade em comum. Quer dizer, vivem na mesma bolha. Têm as mesmas opiniões e gostos políticos e ideológicos. E todos têm conexão com a indústria advocatícia, com os grandes escritórios jurídicos que atuam no sistema judicial (OLIVEIRA, 2019).

Mais recentemente, além da retribuição que o ex-juiz Sérgio Moro pessoalmente recebeu pelos serviços prestados sendo apontado para o cargo de ministro da Justiça, os procuradores federais vinculados à operação, com o aval da juíza federal que substituiu Moro na condução dos processos, resolveram criar uma obscura fundação com uma polpuda percentagem da multa acordada entre a Petrobras e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos para indenização de acionistas eventualmente prejudicados. Conforme o acordo, 80% do valor ficaria no Brasil e acabou depositado em uma conta judicial em Curitiba. Os procuradores, capitaneados por Deltan Dallagnol, se adiantaram e, com algum estardalhaço midiático, resolveram criar um fundo de investimento ligado a uma fundação administrada por eles próprios e com a participação do Ministério Público do Estado do Paraná, que em princípio não tem a ver com a Lava Jato, e que teria como objetivo distribuir recursos para projetos de combate à corrupção e incentivo à cidadania (O GLOBO, 15/03/2019; FSP, 17/03/2019b), seja lá o que isso queria dizer.

Todos midiaticamente pimpões ao anunciarem a iniciativa, pois provavelmente supunham que teriam um amplo apoio na sociedade em geral e na grande mídia. Porém, os tempos são outros. Lula já fora nocauteado politicamente e o Partido dos Trabalhadores e as esquerdas expurgados do palco principal. Os novos governantes não têm mais interesse no aprofundamento de ações desse tipo, ainda mais que muitos deles estão implicados em investigações criminais, e a própria grande mídia também já se desinteressou em incentivar e estender essa cruzada persecutória que no limite pode atingir os seus próprios negócios. Enfim, os ventos mudaram. O ministro e ex-juiz Sérgio Moro, antes tão

aparentemente implacável em perseguir supostos corruptos, pelo que alguns até mesmo o comparavam com Batman, o Homem-Morcego, agora assume uma postura mais acolhida, resguardando ou protegendo os interesses de seus novos chefes. Portanto, ao contrário de aplausos, a criação da tal fundação com o aporte dos recursos bilionários ou foi recebida com frieza, ou mesmo denunciada como no mínimo estranha. A própria chefe institucional dos procuradores federais de Curitiba, a procuradora-geral da República, provocou o Supremo Tribunal Federal para cancelar o acordo de criação da fundação, o que foi feito.

Ou seja, alguns já operam no sentido de diminuir a tensão e voltar a emprestar ao mundo das lutas jurídico-políticas ares de normalidade, o que implica necessariamente em enquadrar os mais radicais e supostamente autônomos, especialmente a chamada “república de Curitiba” e a sua operação Lava Jato.

A mídia e os adversários políticos do PT negam que tenha havido um golpe. O que teria acontecido em 2016 foi um impeachment dentro dos conformes legais. A presidenta seria culpada de ter cometido crime de reponsabilidade, as chamadas “pedaladas fiscais”, portanto justa e legalmente afastada. Não somente os petistas, mas inúmeros intelectuais e acadêmicos identificaram no processo, no entanto, claras características de um golpe de estado, inclusive a parte mais lúcida da imprensa internacional. No caso do Brasil, um novo tipo de golpe, parecido com os que ocorreram no Paraguai e em Honduras, quando os resultados eleitorais foram subvertidos por articulações internas e externas ao parlamento e que lograram destituir com aparente legalidade um mandatário eleito no curso de seu período de governo. Alguns falam em golpe branco, em golpe parlamentar, em golpe parlamentar, midiático e empresarial. Prefiro golpe de 2016. Seus efeitos ainda estão em curso e, dentre eles, um detectado por Romero Jucá: “nenhum político desse tradicional ganha eleição, não”. Ganhou um outro?



11.

Eu nasci em janeiro de 1965, praticamente um ano depois do golpe militar de 1964. Até 1985, quando boa parte dos pesquisadores identifica o fim da ditadura com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral à presidência da República, são 20 anos. Em 2019, com 54 anos, estamos já há 3 anos de distância do golpe de 2016. Sendo brasileiro e vivendo no Brasil, passei, portanto, 23 anos de minha vida até agora sob alguma forma de regime de exceção. Se considerarmos que a expectativa média de vida dos brasileiros e brasileiras é de em torno de 75 anos, é certo que um membro de qualquer geração que se tome passou ou passará por ao menos dois golpes, guerras ou distúrbios civis, ou tentativas de golpe ao longo de sua vida.

A República em novembro de 1889 foi instalada com um golpe militar, sendo que até 1900 tivemos ao menos três grandes enfrentamentos bélicos de importância – as lutas internas às elites pelo poder na guerra federalista de 1893 a 1895 e na revolta da Armada, durante a qual foi inclusive bombardeada a cidade do Rio de Janeiro, e o massacre, várias vezes adiado pela força, coragem e ousadia dos sertanejos, do Arraial de Canudos. A década de 1920 foi uma sucessão de conflitos, levantes militares, a coluna Prestes, até o golpe de misericórdia na república oligárquica em 1930. Em 1932, tivemos uma guerra civil e o Estado Novo em 1937 também surgiu com um golpe de estado. Democratizado em 1946, até 1964 o país sofreu ao menos quatro tentativas sérias de novos golpes, contra Getúlio Vargas, contra Juscelino Kubitschek e contra João Goulart. Quanto a esse, a segunda tentativa foi o bem-sucedido golpe militar de 1964. Em todos esses casos, de 1889 até 1964, a participação de militares foi essencial, seja na articulação principal dos levantes, seja como seus apoiadores ou avalistas.

Quando passei os originais deste ensaio para meu querido colega e amigo Eduardo ler e opinar, entre outras várias e oportunas observações e sugestões que fez, me lembrou

que sobre o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello eu nada referira: “tu tinhas que dizer alguma coisa sobre a renúncia do Collor”. Ele tinha razão. Então me dei conta de que provavelmente não contara o processo de afastamento de Collor no balanço das tentativas e dos golpes de estado provavelmente por um ato falho, porém, ele me parece ser justificável por algumas razões e distinções importantes. Em todos os casos que eu arrolei, havia fissuras significativas entre as forças e os grupos políticos e sociais. O caso de Collor, além de se situar nos inícios da vigência da nova Constituição de 1988, quando as leis escritas e não escritas estavam ainda se ajustando às novas condições institucionais, e ter se dado antes do arranjo político depois denominado de “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 1988), que seria costurado nos governos posteriores de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, não foi propriamente o produto de um racha político-social. Foi algo que acabou se impondo como uma quase unanimidade política que congregou da extrema esquerda à direita mais conservadora. Collor foi, ao longo de seu mandato, ficando sem bases, sem apoio social e político, e seu vice, Itamar Franco, que assumiria depois de sua renúncia, não operou como um agente central da concretização do processo, caso de Michel Temer, tramando às escondidas e agindo como um dos principais conspiradores. Aponto isso não para me esquivar da questão: foi a renúncia de Collor em 29 de dezembro de 1992 provocada pela abertura de um processo para seu impeachment um golpe de estado? Tecnicamente, sim, mas nesse caso por ação de praticamente todas as forças políticas e sociais mais significativas do país contra um presidente que acabou isolado. Sua patética exortação, “não me deixem só”, apenas sintetizou o processo, pois foi solenemente ignorada pela maioria e acabou fortalecendo o movimento nas ruas dos chamados “Caras Pintadas” que impulsionariam a sua queda. A renúncia do presidente eleito propiciou a consolidação dos entendimentos e dos procedimentos que viabilizaram a governabilidade dali em diante até 2016. Sob o ponto de vista legal, no entanto, o processo tinha sérias fragilidades, pelo que muitos, inclusive no PT, argumentavam que o impeachment

deveria ser um julgamento político e não jurídico, passando também um pouco ao largo da letra da lei.

Vou contar como os golpes de estado da minha geração os de 1964 e o de 2016, aqueles que me couberam como brasileiro neste latifúndio, por enquanto. A renúncia de Color em 1992 fica como uma nota de rodapé, que, a rigor, apenas reforça meu argumento central de que por estas bandas continentais é melhor ir se acostumando, pois golpes e tentativas de golpes são uma regra e não uma exceção.

Quanto ao golpe de 64, embora eu não o tenha testemunhado, dos 20 anos que vivi sob a ditadura dele derivada participei mais intensamente do período da sua debacle, de seu melancólico e comemoradíssimo fim, quando os ratos que o apoiavam iam abandonando o barco e deixando para trás uma trupe raivosa e inconformada do tipo do falecido general Newton Cruz.

Durante o período de votação no Congresso do projeto de emenda constitucional Dante de Oliveira, abril de 1984, a “emenda das diretas”, que previa o retorno da escolha do presidente da República pelo voto universal direto dos cidadãos aptos, no governo João Figueiredo, um outro general que dizia preferir o cheiro de cavalos ao cheiro de povo (FSP, 02/11/2000) e o último ditador, se realizavam vigílias públicas e manifestações de apoio ao projeto em diversas cidades pelo país. Era a campanha das “diretas já”. Em Brasília, no entanto, os movimentos foram proibidos, o que não impediu que muitos cidadãos acorressem aos espaços públicos. Uma das formas de protesto eram os “buzinaços”. O general Newton Cruz, comandante militar do Distrito Federal, encarregava-se pessoalmente de supervisionar a repressão e, numa destas ocasiões, saiu pelas ruas montando um cavalo branco, ao menos acho que era branco, se bem lembro, mas se não era deveria ter sido pelo maior efeito cênico, distribuindo golpes de relho nos capôs dos automóveis cujas buzinas teimavam em soar (CHICO SANTANNA, 06/06/2014), mesmo ante a ameaçadora presença do militar que se trajava à semelhança do general norte-americano George S. Patton, ao menos à semelhança do figurino do ator

norte-americano George C. Scott que interpretou o general combatente da II Guerra no filme "Patton". A performance era patética, um militar de alta patente vestindo uniforme de campanha, montado num cavalo branco, distribuindo relhaços em carros buzinando em pleno centro da capital do país. Caetano tem razão, realmente ridículos, esses tiranos.

As imagens daqueles dias ficaram para mim registradas como algumas das representações mais fortes do fim da ditadura maldita. Eu estava nas manifestações pelas diretas em Porto Alegre e cursava o segundo ano de Engenharia Mecânica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi muito bom ter feito parte daquilo tudo, da agitação e da excitação política e social que tomava conta do país abrindo muitas possibilidades de futuro. A década de 1980 tem sido chamada de "década perdida", especialmente por economistas e pelas demais gentes ligadas ao sacrossanto mercado, por causa da eventual crise econômica e sua tradução no Brasil: inflação altíssima, índices de crescimento econômico baixos, desemprego, enfim. Sob outros pontos de vista, cultural, político, social, existencial, a década de 1980 foi um dos períodos mais ricos e intensos que viveu o país nas últimas décadas.

A liberalização social, política e cultural que chacoalhou o mundo desde o final dos anos 1960 encontrou no Brasil um regime de exceção, uma ditadura moralista, conservadora, operosa em reprimir não só os adversários políticos, mas também as manifestações culturais e artísticas que considerava desviantes, subversivas, ou moralmente ofensivas. Não obstante aqueles que lutaram contra todas essas adversidades e ainda assim conseguiram produzir arte, literatura, jornalismo e ciência livres e de qualidade entre 1964 e 1979, nos anos 1980 a derrocada no regime possibilitou uma espécie de ruptura de comportas e muito do que estava represado, reprimido e oprimido saltou direto para as ruas, inclusive atropelando muito do que fora antes feito por artistas e intelectuais que viveram e resistiram durante os anos de vigência do AI-5, principalmente.

Com raras exceções, a grande mídia empresarial, a que

restou das perseguições mais ou menos diretas depois de 1964, estava de fato em grande parte a serviço do regime ditatorial. Até enfrentava a censura, alçada ao plano de uma repartição federal, de uma burocracia pública dedicada a zelar pela segurança nacional e pela moral e os bons costumes, reprimindo as manifestações de oposições mais incisivas. Ao longo dos anos 1970 houve alguma distensão e pareceu se estabelecer uma tolerância um pouco maior para, por exemplo, o cinema considerado pornográfico ou politicamente subversivo, essa última uma palavra chave e uma ideia-força central na justificação da repressão, censura, perseguição, tortura, enfim, do próprio regime. Aqui e ali, alguns artistas, autores, jornalistas e intelectuais desafiavam a censura e forçavam seus limites, mas tudo isso, creio, vai de fato desembocar na abertura cujos efeitos mais consistentes se farão sentir depois do final do AI-5, com a anistia e o relaxamento e fim da censura a partir do final dos anos 1970. Foi bonita a festa, e muito louca. Tinha de tudo um pouco para todo mundo, um quarto só para nós, um quarto para os convivas, cabeças ativas, todo mundo dando vivas, como cantou o bardo preferido de Porto Alegre à época Nei Lisboa.

A trajetória no Brasil do filme “Laranja mecânica” de Stanley Kubrick é paradigmática. Lançado internacionalmente em 1971, ficou censurado, como se dizia como sinônimo de proibido pela censura, até 1978. Então, já nos estertores do regime, a liberação do filme, apenas para os maiores de 18 anos, incluía algo que se tornou antológico: nas cenas de nudez, círculos pretos, uns borrões, foram pintados nas cópias exibidas nos cinemas cobrindo os genitais dos atores e atrizes, além das pontas dos seios dessas últimas (DP, 04/09/2015). Ficaram famosas as “bolinhas pretas dançando”.

Eu tinha 15 anos em 1978 e não pude ver o filme quando lançado em Porto Alegre porque a censura era mais zelosa em fiscalizar os cinemas das cidades maiores. Mas era um ponto de honra ver “Laranja mecânica” para um adolescente que descobria o mundo naquele contexto adverso. E havia sempre um jeito. Era raro que pedissem documentos comprobatórios de idade na porta dos cinemas, só se o por-

teiro desconfiava, e alguns colegas da minha idade que aparentavam ser mais velhos não tinham problemas para ver os filmes “proibidos” para nossa faixa etária. Eu tinha cara de guri e, bem, azar o meu. As coisas ficavam mais difíceis, mas não impossíveis.

Um expediente era fazer a carteirinha de estudante com a idade alterada. Elas eram confeccionadas por entidades estudantis que não pediam documentos de comprovação e apenas perguntavam pela data de nascimento e registravam o que o freguês dizia. Não tinham a validade de um documento oficial, mas eram aceitas como comprovante de idade nas roletas dos cinemas. Um monte de gente entre 15 e 17 anos passava a ter 18 num golpe de caneta, na batata.

Alguém mais persistente também podia matar, ou se matar, no cansaço, tentando ingressar diversas vezes no cinema esperando um porteiro mais descuidado, relaxado ou amigável. Não convinha arriscar nos primeiros meses de exibição, quando o pessoal ficava mais alerta e eventualmente poderia aparecer um fiscal. “O império dos sentidos” consegui assistir ali no saudoso Cine Avenida, na João Pessoa com a Venâncio Aires, lá pelo sexto ou sétimo mês em cartaz, depois de barrado várias vezes, em uma sessão deserta de meio de tarde.

Se todas essas alternativas e expedientes fossem frustrados, se não desse para “passar pela censura” nos cinemas da capital, os adolescentes da classe média porto-alegrense, eu era um deles, sabiam da alternativa de esperar pelo verão e assistir os filmes nos cinemas das praias. Então, eram comuns as temporadas prolongadas durante as férias escolares, basicamente nos meses de janeiro e fevereiro, passadas pelas famílias em suas casas de veraneio em alguma das cidades balneárias do Rio Grande do Sul. Os cinemas das praias, ao longo desses dois meses, costumavam fazer uma espécie de retrospectiva, exibindo por alguns dias cada um dos principais filmes que estiveram em cartaz durante os demais meses do ano em Porto Alegre. Na praia eles sempre deixavam entrar. Dificilmente alguém era barrado. Tramandaí, a cidade que minha família frequentava, contava com os Cines Caiçara

e Coimbra, num dos quais pude ver “Laranja mecânica” com os borrões-bolinhas dançando na tela no verão de 1979, além de outros filmes proibidos, naquele ou em outros verões, como “Calígula” e alguns da série “Emmanuelle”. Me acompanhavam nessa e em outras empreitadas praianas – como nos bailes de carnaval na Sociedade Amigos de Tramandaí (SAT), nas longas caminhadas noturnas, nos passeios pela Avenida Emancipação, em um lanche na Pizzaria do baixinho ou no Pica-Pau Lanches, na beira da praia pela manhã, nas infundáveis voltas de bicicleta Caloi 10 – dois amigos e colegas de Colégio Anchieta. Enfim, costumávamos “aprontar”, como acusava meu pai, em trio.

As manchas pretas pintadas em “Laranja mecânica” gíngando na tela, tentando tapar os órgãos genitais dos atores e atrizes que se movimentavam de um lado para outro, era muito do descrédito do regime que já não cumpria mais nenhuma função significativa nem para as classes dominantes para as quais servira muito bem. Uma censura com bolinhas pretas dançando em uma tela de cinema já não é mais censura, é apenas ridículo, sinal de desespero, é o autoritarismo encerrado em si mesmo, é a exposição da hipocrisia. A dança das bolinhas pretas, ao invés de tapar e cobrir, apenas escancarava e desnudava a arbitrariedade que não cumpria mais nenhuma função efetiva de proteção ao regime ou às almas pudicas que antes exercera sob o ponto de vista dos que mandavam. É como o trabalho daqueles que se arrogavam o direito ou o dever de pintá-las nos negativos das películas, é como um general distribuindo relhaços nos capôs dos carros no meio da cidade montado num cavalo branco, é como tapar os furos da represa enfiando os dedos nos buracos, enxugar gelo, tapar o sol com a peneira.

•

12.

O final dos anos 1970, portanto, quando comecei a ter uma noção mais apropriada do mundo, coincidiu com o processo chamado de “abertura”. Lembro bem da campa-

nha pela anistia, da volta dos exilados, o caso de Brizola foi marcante para a gente aqui no Rio Grande do Sul, da criação do PT, das eleições livres para governadores em 1982, da campanha pelas diretas para presidente, da eleição e morte de Tancredo Neves e do governo anticlimático de José Sarney que, ao menos, conseguiu garantir a Assembleia Constituinte e a promulgação da Constituição em 1988. A gente tinha um bocado de esperança, ilusão e também receios.

Eu começava a vida universitária ao entrar, em 1982, no curso de Engenharia Mecânica da UFRGS, junto com meu colega de colégio Hélio, um dos meus amigos que me acompanhava nas estripulias praianas. Lá conhecemos o Max, que se tornaria um irmão de alma. Nenhum de nós três terminou o curso. O Max pulou fora do barco primeiro, eu ainda me demorei um pouco, o Hélio um pouco mais. Eu passava mais tempo lendo literatura e história. Quando o Max foi para a Psicologia, por tabela, também me interessei pelo assunto e cheguei a frequentar palestras e grupos de estudos com o pessoal de lá. Já tinha me dado conta de que a Engenharia não tinha nada a ver comigo, mas também não era fã de Psicologia como profissão, embora sim como curiosidade intelectual. Acabei ficando ainda mais perdido.

Sempre gostei muito de história, acho que por influência do meu avô que costumava me contar dos tempos dele na Alemanha na I Guerra e de como a família emigrou depois dela devido às dificuldades e veio parar em Porto Alegre. Falava dos começos no Brasil, da oficina de meu bisavô que consertava instrumentos óticos – fora operário técnico na fábrica da Zeiss, essa que faz lentes até hoje e, me parece, agora pertence à Sony, em Jena, perto de Leipzig –, de sua participação frustrada na Revolução de 1930 – para encurtar, quando o então jovem Erich estava em Santa Catarina a tal de Revolução terminou, mas antes disso ele perdeu o rifle que lhe deram e começou a fumar, o que lhe custaria o infarto que teve anos depois –, de como perdeu o emprego na Cia. Telefônica – era alemão e o Brasil entrara na II Guerra contra seu país natal em 1942 –, do por que de minha mãe, que nasceu em 1941, não falar alemão direito – eles tinham medo que ela, muito

criança, pudesse sair falando pelas ruas e a família ser denunciada por algum vizinho à polícia. Antes de ir dormir na minha própria cama, quando ficava na casa deles na rua João Abbott para que a mãe e o pai pudessem ter um pouco de sossego, eu me deitava na cama deles entre ele e minha avó, dona Sony – ou *frau* Vogel –, embaixo da coberta de penas de ganso, e abríamos o Atlas, acho que era o da edição da Melhoramentos, e ele me contava do mundo, das bandeiras, dos países, dos lugares em que os dias ou as noites eram tão longos que emendavam-se uns nos outros. Minha avó, depois de voltarmos da feira livre de manhã cedo, deixava que eu futricasse nos álbuns de fotos da família e respondia as minhas insistentes perguntas sobre quem era quem, onde estavam e o que faziam. Era um bando de alemães imigrados que não tem tamanho, passeando, tomando banho de açude, desfilando de DKW, sentado embaixo de uma árvore fazendo piquenique, fumando, fumavam muito. Já mais velho, perguntei certa vez para meu avô por que ele nunca retornara à Alemanha, para uma visita rápida que fosse, para rever a cidade em que nascera, ou algo assim. Ele desconversava, “vou fazer o que lá?” Depois me dei conta, a terra dos alemães, *Deutschland*, era para ele sinônimo de sofrimento: frio, fome, medo. Fazer o que lá? Se tornara brasileiro, por mais que mantivesse ao longo da vida um certo sotaque e todos os seus amigos mais próximos fossem de origem alemã como ele. Conversávamos horas sobre política e economia tomando uma cerveja Antártica. A primeira coisa que ele pedia quando eu chegava sem sua casa para uma visita era “pega ali com a tua avó o caderninho e vai na venda buscar uma cerveja”. Erich e Sony Vogel, meus avós, que saudades.

Mas enquanto o país mudava e eu também, apesar das apreensões, a gente se divertia bastante. Cerveja com Trigo Velho, um xis corabacon com ovo ou uma Pastelina na Lancheria do Parque. O velho Bar do Beto, na esquina da Venâncio com a Vieira de Castro. Tinha também as festas nas catacumbas do CEUE, nos Centros Acadêmicos da Biologia e da Psicologia. Um bom filme no Bristol. Eu e Max costumávamos pernear pelo Bom Fim e pela Cidade Baixa, na

época ela tinha só meia dúzia de bares frequentados pelos moradores ou pelos bichos-grilos, especialmente nas noites de inverno, em longos bate-papos e paradas rápidas neste ou naquele barzinho para tomar uma Bock. Eu passava na casa dele ali perto do Campus Central da UFRGS. Saíamos pela Perimetral, Sarmento Leite até o começo da Oswaldo que era percorrida até o seu final na Venâncio Aires. Dali seguíamos até a José do Patrocínio que pegávamos à direita de volta à Perimetral. Vou esquecer de algum lugar, mas lá vai: passávamos, parando ou não, pelo Marius, o Lola, Bar Ocidente, Bar João, Cines Baltimore e Bristol, Bar Redenção, Lancheria do Parque, Xis Cripton, o bar da escadinha que não lembro o nome, o bar que a gente chamava de Fedor, mas que não era o Fedor original que não chegamos a conhecer, o Bar do Beto, o Cine Avenida, o Cine ABC, o Luan-da, já na Cidade Baixa, que tinha também o Bar Opinião original na Joaquim Nabuco, o Doce Vício na República, o Van Gogh, claro, e, um tempo depois, o Zelig.

Mas a Lancheria do Parque, antes a gente chamava de Cumprido, era o ponto de encontro principal. O Bom Fim era o canal, como se dizia. Os colegas do Max da Psicologia andavam muito por lá, vários se tornaram também meus amigos, e mais um monte de guris e gurias queridos que se agregavam por serem amigos de amigos ou por outras relações, como meu irmão e a turma dele da Filosofia e do Teatro, ou meus colegas da História, namoradas e namorados. As festas no Independente e no Caminho do Meio eram célebres. O clima era muito Nei Lisboa mesmo: Rita, aflita, agita a multidão, bebe chope e faz revolução. Esse era o Bom Fim que tinha como trilha sonora o pessoal nativo da cidade que se aventurava na música, como o próprio Nei, Nelson Coelho de Castro, Bebeto Alves, e os carimbados nacionais, como Raul Seixas, Maria Bethânia, Caetano, Jorge Mautner e por aí.

•

13.

Os contornos de uma “crise fabricada” já se esboçavam

desde os inícios dos governos do PT, mas a partir de junho de 2013 a aposta foi aumentada. A grande mídia empresarial em parte criou e tomou a frente do movimento antipetista, insuflando e apoiando as manifestações de rua e purgando-as de seus elementos indesejados, como a extrema esquerda e os anarquistas que estiveram presentes em suas origens. Fabricaram uma crise com contornos de filme norte-americano de tribunais, levando à criminalização e judicialização da atividade política. Junto a isso, a conjuntura econômica internacional começava a dar sinais de que seria desfavorável aos países exportadores de *commodities* como o Brasil, o que de fato ocorreu. O governo Rousseff não conseguiu administrar eficazmente o problema, a crise se acentuou.

No pleito eleitoral de 2014 a turma supostamente liberal não conseguiu colher os efeitos da crise fabricada e de todo o trabalho de desconstrução e criminalização do PT e dos seus governos. Não emplacaram o candidato preferido, Aécio Neves, do partido político do seu coração, o Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB), que está no governo de São Paulo desde 1994, seu estado-modelo-laboratório. No entanto, para a grande mídia corporativa, empresários rurais e urbanos, rentistas, agentes do mercado financeiro, para a classe média embranquecida das cidades principalmente do centro-sul, para os agentes da mão direita do estado (vários militares, juízes, promotores, procuradores, policiais, alguns deles venais e com ligações com organizações paraestatais como as chamadas milícias), não era aceitável mais um governo petista.

Porém, Dilma Rousseff e o PT demonstraram uma força político-eleitoral ainda significativa em 2014, impedindo que no Brasil ocorresse como na Argentina, onde a perseguição midiática, policial e judicial aos governos de Néstor e Cristina Kirchner obteve sucesso elegendo Maurício Macri presidente. Intolerável! Desde o primeiro dia o segundo governo de Rousseff sofreu um bombardeio político, midiático e judicial como poucas vezes se pode constatar na história do país. O Congresso acabou dominado por antigos aliados, agora rompidos com a coalisão comandada pelo PT, lide-

rados pelo presidente da Câmara Eduardo Cunha, que estabeleceu uma estratégia de boicote a projetos e ações do governo e a imposição de uma agenda que ia de encontro aos interesses do Planalto, as chamadas “pautas-bombas”. Inclusive, segundo alguns indícios, Cunha teria intermediado a compra de votos de vários parlamentares para apoiarem o impedimento de Rousseff (FSP, 14/10/2017). Aécio Neves e o PSDB, por seu turno, não acataram o resultado eleitoral e partiram para o enfrentamento jurídico questionando o pleito. A mídia se armou em bloco, cada vez com maior truculência e violência simbólica, e se tomou de um furor lacerdista exacerbado contra a presidenta. Ela passou a ser atacada pessoalmente, inclusive por ser mulher e supostamente, e por isso mesmo, uma “louca”, “raivosa”, “prepotente”, “descontrolada”. Tudo em redes nacionais de televisão. A grande mídia empresarial passou a seguir mais ou menos disfarçadamente o paradigma da revista Veja, simplesmente deixou de fazer jornalismo para fazer política partidária clara e abertamente. O impeachment foi uma consequência direta disso.

Não sou muito adepto de teorias da conspiração, mas é quase certo que em algumas coberturas de prédios de alto luxo no Rio de Janeiro ou em São Paulo, em exuberantes mansões numa daquelas ilhas particulares de Angra dos Reis, em apartamentos deslumbrantes na Quinta Avenida em Nova Iorque, ou em mais de um lugar desses ao mesmo tempo, barões da mídia e das finanças, grandes proprietários e empresários, um punhado muito restrito de políticos, talvez algum general, juiz, enfim, lá pelas tantas todos e mais alguns foram chegando à conclusão, entre lagostas e espumantes, de que Dilma tinha que sair de qualquer jeito, nem que fosse na marra disfarçada em devido processo legal. A mesma conclusão a que certos políticos, num plano inferior e com objetivos mais fisiológicos de salvarem as próprias peles, como Romero Jucá, também chegavam. E os militares em geral, fiéis ao seu golpismo atávico, há muito queriam ver Dilma pelas costas, ainda mais depois que implantou a Comissão Nacional da Verdade para investigar os crimes de

estado no país. O Rubicão seria ultrapassado.

A mídia pode ainda hoje querer dourar a pílula com jatos de suposta legalidade, negando as evidências e provas que apontam para o caráter golpista do processo de impeachment de Dilma Rousseff, sinto muito, o nome disto que aconteceu em 2016 é golpe de estado.

Naomi Klein apontou que processos desse tipo estão relacionados com o que chama de doutrina dos choques adversos, uma tática de determinados grupos dominantes ou de governos de criarem ou se aproveitarem de desastres naturais ou crises, fabricadas ou não, para imporem reformas neoliberais.

Vimos a Doutrina do Choque em ação recentemente, antes da eleição de Trump, em cidades americanas como Detroit e Flint, onde a falência financeira do município foi usada como pretexto para dissolver a democracia local e nomear “gestores emergenciais”, que declararam guerra aos serviços e educação públicos. [...] A mesma tática está sendo usada no Brasil, onde, após o bastante questionável impeachment da presidente Dilma Rousseff, instalou-se um regime ilegítimo e ferventemente pró-empresariado. Entre as medidas adotadas estão o congelamento dos gastos públicos por 20 anos e o leilão de aeroportos, usinas de energia e outros ativos públicos, em um verdadeiro frenesi privatizante.

Como escreveu Milton Friedman, muitos anos atrás, ‘apenas uma crise – real ou presumida – produz mudanças. Quando uma crise ocorre, as medidas adotadas dependem das ideias presentes na paisagem política. Esta é a nossa função primordial: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantendo-as ao alcance da mão até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável’. Certos alarmistas estocam comida enlatada e água para o caso de um grande desastre natural; outros estocam ideias espetacularmente antidemocráticas (KLEIN, 2017).



14.

Nem sempre as coisas saem como desejadas ou plane-

jas. Mesmo sendo o PSDB o partido preferido das classes dominantes nativas, é um partido como qualquer outro e no processo de derrubada de Dilma Rousseff foi esbagaçando-se. Sangrou como todos os demais grandes partidos e acabou envolvido em denúncias criminais pelas investigações jurídico-policiais, o que também pode ser visto como um expediente para emprestar ares de isenção a essas investigações. Aécio Neves e alguns governadores e parlamentares do PSDB foram implicados em transações criminosas. Internamente o partido se cindiu. Acabou escolhendo como candidato às eleições de 2018, outra vez, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Um humorista o apelidara de “picolé de chuchu” quando de sua candidatura anterior à presidência em 2006. Ele é de fato um político com pouquíssimo apelo carismático ou popular. O apelido pegou e, de qualquer modo, o Chuchu não teria a menor chance no pleito de 2018. Parece que a profecia de Romero Jucá era compartilhada por muitos, a de que um político “tradicional” dificilmente ganharia as eleições. Especulou-se, inclusive, durante um tempo, que o apresentador de TV Luciano Huck seria candidato, um *outsider* com algum apelo popular, funcionário da Rede Globo e que, inclusive, teve a simpatia do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mesmo contrariando muitos dos seus correligionários do PSDB (FSP, 08/02/2018).

De qualquer modo, para essas elites, o grande medo, o medo muito grande mesmo, maior ou igual à tentação de frei Serapião, que era enorme, como deixava claro o antigo quadro de Jô Soares, seria a volta de Lula à presidência. O PT já o escolhera pré-candidato e as pesquisas de intenções de voto lhe eram amplamente favoráveis. A reação do espectro golpista foi rápida e certa. Apressaram um dos processos criminais arranjados contra o ex-presidente na justiça federal pelas mãos do então juiz Sérgio Moro. O Tribunal Regional Federal da Quarta Região se encarregou de em tempo recorde confirmar e ampliar a condenação de Lula. Ele foi impedido de se candidatar por acabar preso em uma cela na sede da Polícia Federal em Curitiba, onde se

encontra até hoje.

As eleições de 2018 no Brasil, que aportaram aos parlamentos nacionais um conjunto expressivo de deputados e senadores do até então insignificante Partido Social Liberal (PSL) e fizeram presidente da República o capitão reformado e deputado Jair Messias Bolsonaro, do mesmo partido, só podem ser entendidas neste contexto do golpe de estado. Bolsonaro seria o *outsider*. Mas como, um *outsider* que fora deputado federal por quase 30 anos? Pois foi esse o todo bem-sucedido trabalho de campanha realizado em torno dele. Como sempre fora um deputado de terceira linha, um zero à esquerda parlamentar a quem ninguém dava importância ou ouvidos, e ser um sujeito expansivo, agressivo verbalmente, dado a rompantes e com um discurso machista, homofóbico, militarista e autoritário, conseguiram construí-lo como justamente isso, um diferente, alguém que não era convidado para o baile, o patinho feio de supostas mão limpas, corajoso em falar o que pensa sem se preocupar com a mídia ou o decoro, que não participava do grande jogo dos partidos e dos cargos. O fato de ter sido um medíocre a vida toda foi usado em seu favor. Em uma agressiva campanha nas redes sociais e com o apoio dos neopentecostais das igrejas eletrônicas chegou ao segundo turno, quando, ao enfrentar o professor Fernando Haddad do PT, ganhou a adesão decisiva do antipetismo que marcou a campanha eleitoral como um todo, arrebanhando os votos de quase todos os outros candidatos com maior votação no primeiro turno.

•

15.

Em janeiro de 2019, pouco depois da posse de Bolsonaro, uma comitiva de parlamentares do PSL, em torno de uma dúzia, viajou para a China a convite daquele país oriental. O que poderia ser apenas algo prosaico e bastante comum, se transformou em um imbróglio.

Tido como um guru da direita brasileira e de muitos dos membros do atual governo, o autointitulado “filósofo”

Olavo de Carvalho postou um vídeo na internet no qual xingava e esbravejava contra a viagem dos parlamentares e assessores à China. Chamou-os de caipiras e analfabetos funcionais, dizendo que estariam querendo entregar o Brasil aos chineses, uma vez que teriam para lá se deslocado a fim de conhecer, visando uma eventual implantação em aeroportos no Brasil, um sistema de reconhecimento facial da empresa Huawei. Para Carvalho, se isso acontecesse, a China teria acesso aos dados dos brasileiros, os quais poderia manipular conforme seus interesses e, sendo ela um país comunista, isso equivaleria a entregar o Brasil de vez ao marxismo-leninismo, imperdoável para os parlamentares eleitos por uma agenda de direita claramente antiesquerdista e anticomunista, o que os incompatibilizava com a viagem e com um possível acordo tecnológico com o país supostamente marxista. Foi um reboiço entre os apoiadores do governo, desencadeando postagens de uns e de outros em redes sociais na internet fazendo-se acusações mútuas, até mesmo de ordem pessoal, apoiando ou não a viagem, seus objetivos e as admoestações de Carvalho. O próprio palácio do Planalto seria envolvido, pois, segundo alguns dos viajantes, eles esperavam dele algum sinal de apoio, o que não aconteceu (FSP, 20/01/2019). Por fim, Carvalho, “depois da confusão armada [...], escreveu na sua página que o chamavam erroneamente de guru do governo. ‘Não sou guru dessa porcaria’” (PIAUÍ, 17/01/2019).

Em 2019 a direita brasileira discute publicamente seus problemas e dilemas, sendo acompanhada com interesse por jornais de grande influência como a Folha de São Paulo e revistas que atingem um público de intelectuais como a Piauí. Ela está no poder, comandando o executivo federal e com possibilidade de estabelecer uma maioria no Congresso, embora sua composição bastante heterogênea e sua enorme dificuldade em se relacionar com os parlamentares de outras orientações.



16.

Em 2004 viviam-se outros tempos, em vários sentidos. O primeiro presidente operário eleito do país cumpria o seu segundo ano de mandato. O Brasil entrava em um período de crescimento econômico e melhoria substancial de diversos de seus indicadores sociais, como no tocante ao combate à fome, aos níveis de escolaridade, ao emprego. Mas aquele ano também representava uma data redonda, eram passados 40 anos da implantação no país da ditadura militar de 1964.

Naquele tempo, havia motivos de sobra para se pensar que o Brasil superara institucional e politicamente não só o regime de exceção, mas as suas sequelas mais importantes. Diversos comentaristas e estudiosos afirmavam que a democracia, se não ainda plenamente consolidada, se encontrava em rápido e contínuo processo de fortalecimento. A eleição de Lula em 2002 era uma prova. Sem contar a euforia evidente e justificada dos seus correligionários do PT, de modo geral, se tinha como certo que o acontecimento vinha ao encontro da percepção de que o país seguia firme no rumo do reforço das instituições democráticas. A cerimônia de posse condensava a representação: o sociólogo Fernando Henrique Cardoso passou a faixa presidencial para o líder sindicalista-operário Luiz Inácio Lula da Silva. Um representante de uma coalizão de centro-direita neoliberal empossava um representante da centro-esquerda socialdemocrata sem um golpe de estado, sem luta armada, sem militares desfilando nas ruas aterrorizando as pessoas. Esse só poderia ser um forte indício de que as coisas estavam mudando, de que, de um modo ou de outro, um apreço mais amplo pelas instituições e regras da democracia liberal se espalhava e consolidava na sociedade como um todo.

Para marcar os 40 anos, foi realizado um evento acadêmico e três pesquisadores universitários se encarregaram de publicar um livro que reunia as intervenções então realizadas. Os artigos da coletânea expunham a produção e propunham a reflexão histórica sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. Dentre esses textos, um dos organizadores e meu querido professor orientador de tese na Universidade

Federal Fluminense (UFF) nos inícios dos anos 2000, Daniel Aarão Reis, escreveu “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória” (REIS, 2004). O artigo faz uma contraposição paralela entre dados históricos a respeito da ditadura e uma análise da memória sobre ela até aquela altura, 2004. Na década de 1960, nem os apoiadores do regime de exceção e nem a maior parte da oposição, especialmente os que pegaram em armas, nutriam grandes apegos pelas instituições democráticas. A maioria desprezava os mecanismos da democracia liberal burguesa, embora os motivos e justificativas pudessem variar. Já no processo de abertura, do final da década de 1970 até meados da década de 1980, porém, as discussões sobre os direitos humanos e a anistia começaram a ganhar força, ao mesmo tempo em que o regime moribundo perdia legitimidade e aceitação.

O projeto reformista revolucionário evaporou-se, transformado em um *fantasma*. As esquerdas foram vitimizadas. Os amplos movimentos sociais de direita praticamente apagados. Os militares, estigmatizados *gorilas*, culpados únicos pela ignomínia do arbítrio. A ditadura, quem apoiou? Muito poucos, raríssimos, nela se reconhecem ou com ela desejam ainda se identificar. Ao contrário, como se viu, quase todos *resistiram*. Mesmo a esquerda revolucionária transmutou-se numa verdadeira *resistência democrática* de armas nas mãos. E assim a nação que construiu a ditadura absolveu-se e reconstruiu-se como uma nação democrática, reconciliando-se, reconciliada (REIS, 2004, p. 49-50, grifos no original).

De minha parte, professor do curso de história da UFRGS desde 1993, recordo claramente que na virada do século, nas várias vezes nas quais se faziam discussões em sala de aula sobre eleições, partidos políticos, lutas ideológicas no Brasil, ficava claro que naquele tempo praticamente não havia ninguém que se declarasse ou posicionasse como “de direita” nas discussões públicas pelo país. Com a provável e estridente exceção de Eneias Carneiro e seu Partido da Reedificação Nacional (PRONA), com uma expressão política menor no conjunto das organizações de então, nem aqueles

partidos que tinham suas origens vinculadas diretamente à ARENA, quais sejam, o Partido Democrático Social (PDS), do qual o Partido da Frente Liberal (PFL), hoje DEM, é uma secessão, e que, depois de fusões e mudanças de nome, hoje é conhecido como Partido Progressista (PP), bem como uma miríade de partidos menores criados em função de divisões desses, se apresentavam como de direita. Antes de mais nada, procuravam se afastar de qualquer identificação com a ditadura e com um eventual “conservadorismo” ou, mais ainda, “reacionarismo”, buscando um discurso de aparência progressista, reformista e democrático. Palavras muito comuns eram mudança, democracia, legalidade, respeito às leis e ao estado de direito, e não conservação, regime de força, estado policial, estado de exceção, militarismo, armamentismo.

Depois dos percalços iniciais do processo de abertura, aquilo que então se chamava Nova República se configurou com a Constituição de 1988 e se impõe com a queda do governo Collor de Melo, o Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso. Esse último condensava em si mesmo muito da imagem do processo de reconstituição de memória, eventual reconciliação nacional e de produção de esquecimento do qual Daniel Reis dá conta. Sociólogo academicamente reconhecido, ex-professor da Universidade de São Paulo (USP) cassado pela ditadura, exilado, filho de um general do exército, ainda nos anos 1970 se torna um político de início vinculado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o qual concentrava a oposição consentida ao regime militar. Estava, ao que se dizia, na ala esquerda do partido, tendo sido apoiado como candidato por lideranças emergentes de novos ou renovados movimentos sociais, como o então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. No final dos anos 1980, foi um dos criadores do PSDB. Quando presidente por dois mandatos (1995-2003), implementou reformas neoliberais que o aproximaram ainda mais das classes dominantes do país, especialmente do capital financeiro, do agronegócio, da alta burguesia nacional, da grande mídia empresarial e de boa parte das classes médias.

Cardoso, que foi se constituindo com aparências de uma figura moderna e democrata, de início procurando uma inspiração mais social-democrática à europeia e depois seguindo um pragmatismo mais sintonizado com o que a burguesia paulistana propunha para o país, não tinha suspeitas de vinculação ou colaboração com a ditadura, pelo contrário, era mesmo tido por militares como um dos “comunistas [que] chegaram ao poder” (*apud* CASTRO, 2002, p. 65). O sociólogo descendente da classe senhorial revestido de moderno homem de ação, um acadêmico afamado e sintonizado com as agitações de 1968, com uma inegavelmente qualificada produção bibliográfica internacionalmente reconhecida, que rejeitara a luta armada e apostara na transformação das instituições pela via pacífica, que olhava para frente sem revanchismos, se transformou em um agente-chave no processo geral de transformação da maior parte do espectro político em democratas de fé e de demonização da parte dos militares tidos como “linhas duras” e “gorilas”, daqueles associados aos “porões da ditadura” e responsabilizados pelas torturas e maiores arbitrariedades do regime ditatorial.

Importante frisar que não seriam todos os militares os assim estigmatizados, pois inclusive generais-ditadores como Castelo Branco e Ernesto Geisel foram de certa forma democratizados, o primeiro como aquele que, embora tenha sido o primeiro presidente do regime militar, era no fundo um liberal, e o segundo como o fiador da abertura do regime em uma luta contra os próprios colegas da “linha dura” (BIAL, 2004, p. 203; GASPARI, 2014a, 2014b, 2014c, 2014d; CALIL, 2014). Ambos seriam, no fundo, democratas, assim convertidos *a posteriori* como parte de uma grande acomodação política e cultural que acabou viabilizando a chamada Nova República.

Não só como memória enquanto modo de representação do passado compartilhado por certas elites que de um modo ou de outro se preocupam e se ocupam com o trabalho da memória coletiva, mas como régua de delimitação dos posicionamentos político-partidariamente legítimos, a elisão da referência à direita era uma constante e a eventual

identificação de um político qualquer que fosse com ela tinha apenas resultados eleitorais muito limitados.

Caso de Eneias Carneiro, que, embora tenha sido o deputado federal mais votado da história com mais de 1,5 milhão de sufrágios até as eleições de 2018, suas tentativas de chegar ao Planalto renderam o máximo de 7% dos votos, 4,6 milhões, válidos nas eleições de 1994, sendo que nas eleições seguintes, 1998, eles encolheram para pouco mais de 1,4 milhão de votos (PRONA, 2019). Portanto, uma identificação pública e ostensiva por parte de um político ou organização como sendo de direita poderia sim auxiliar na eleição de parlamentares, ou mesmo prefeitos, mas dificilmente o meio político-midiático como um todo viabilizava uma eleição majoritária, para os cargos mais centrais de senador, governador ou presidente, de um direitista autodeclarado e militante, ainda mais um radical extremista. A polarização eleitoral para a presidência da República acabou se dando entre o PT e o PSDB desde a década de 1990, quando a regra era que o candidato de cada um desses partidos fosse o primeiro ou o segundo mais votado, com ou sem segundo turno.

•

17.

Tanto na disputa de memória e no debate político-eleitoral, quanto na mídia de uma forma geral, uma identificação como de direita por parte de políticos, ativistas, jornalistas e afins não era muito recompensadora, a não ser no caso de alguns deles que buscavam nichos muito limitados de audiência ou voto. Mesmo as posições mais radicais à direita eram disfarçadas com um discurso legalista e democrático. Como bem frisou Reis, por volta de 2004 se podia constatar com segurança que “as esquerdas, derrotadas no campo dos enfrentamentos sociais, históricos, puderam ressurgir vitoriosas, nas batalhas de memória” (REIS, 2004, p. 40). Pela contraposição com o PT, tido como inegavelmente de esquerda, embora se movimentando cada vez mais para o centro a fim de se viabilizar eleitoralmente, por sua gui-

nada em prol do neoliberalismo, desde a década de 1990, o PSDB foi se identificando mais à direita do espectro político, sendo que, a rigor, a representação dominante era a de que o que passou a prevalecer fora uma espécie de grande centro, em termos político-parlamentares representado pelo chamado “centrão”, sem o qual não havia governo possível dadas as condições da estrutura político-institucional dominante. O PT foi ocupando a centro-esquerda, enquanto o PSDB foi se situando na centro-direita, embora seus membros se identificassem mais como “liberais” no sentido norte-americano. Essas representações se consolidaram e impuseram sua marca nas disputas políticas, deslegitimando tanto a extrema direita militarista e autoritária, quanto a extrema esquerda revolucionária, as quais acabaram em parte restritas a pequenos partidos políticos, ou a movimentos sociais mais ou menos organizados, muitos deles escondidos e mesmo clandestinos, mas de limitada penetração social.

É importante frisar, porém, que se trata da representação dominante, não da efetiva identificação de vários desses grupos ou seus agentes, escudados sob rótulos democráticos e, principalmente, seus apoiadores no mundo social, com o autoritarismo, o golpismo, o anticomunismo, a revolução, a luta armada, enfim, com métodos e visões de mundo pouco afeitos aos marcos e regras da democracia liberal típica, da política como representação (BOURDIEU, 1989).

•

18.

Em 2019, certa direita autodeclarada e orgulhosa de si assume o governo no país com a posse do candidato eleito no pleito de 2018 Jair Messias Bolsonaro, do PSL. Seu vice, depois de várias especulações e tentativas que incluíram, inclusive, um príncipe da extinta casa real brasileira, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, tetraneto do imperador Dom Pedro II, acabou sendo um general do exército reformado, Antônio Hamilton Martins Mourão. No mundo midiático internacional e no mundo acadêmico, praticamente todos

concordam que a extrema direita reassumia o controle. Desta vez sem tanques nas ruas, sem baionetas, sem aparente quebra institucional, pelo voto. Em uma entrevista logo depois da posse, um antigo militante da esquerda, o petista Flávio Koutzii, que fora exilado e preso político na Argentina entre 1975 e 1979 pela ditadura do lado de lá do Rio da Prata, declarou em uma entrevista que ultimamente estava se sentindo estranho em seu próprio bairro. Os vitoriosos de 2016 e 2018 “acham que tinham que nos matar como já foi verbalizado expressamente várias vezes. [...] O cara que está torcendo pelo Inter ao teu lado no Beira Rio pode ser um cara que quer te matar” (KOUTZII, 2019).

O contraste com 2004 é abissal. Então, se podia inclusive postular uma vitória cultural da esquerda que aderira à democracia liberal, vitória essa também política, sobre a direita que teve seu discurso praticamente varrido dos canais mais importantes e legítimos de manifestação pública, especialmente da grande mídia. Desde 2013, porém, a esquerda politicamente dominante, leia-se o PT e seus aliados, tem sofrido uma avassaladora oposição a enfrentá-la nos mais diversos espaços, inclusive fazendo ressuscitar publicamente as vozes de direita, agora com uma nova legitimidade e alcance, com uma enorme virulência e, em grande medida, suportadas pelo chamado discurso de ódio. O que aconteceu foi que aquilo que era relegado a um plano insignificante, alegórico, folclórico em anos anteriores, cujos portadores, quando muito, apareciam em programas de televisão marginais com o claro objetivo de serem ridicularizados por suas tiradas extremistas amplamente consideradas estapafúrdias – justamente o caso de Jair Bolsonaro, desde 1991 deputado federal com uma expressão política nacional ínfima, do grupo parlamentar chamado de baixo clero por seu fisiologismo e pouca influência, eleito e reeleito principalmente por causa de uma base de apoio conquistada entre militares, agentes de segurança e afins em seu estado e reduto eleitoral, o Rio de Janeiro (THE INTERCEPT-BRASIL, 24/06/2019) –, passou a conquistar estatuto de legitimidade pública e ocupar espaços mais nobres. Se antes o que a figu-

ra de Bolsonaro representava e aquilo que dizia em emissoras e programas marginais era uma suposta atração um tanto bizarra, o convite a um bufão era uma forma de disputar audiência pelo absurdo de suas falas e pela forma como se expressava, servindo também de escada para jornalistas e entrevistadores aparentemente sensatos chamarem todos à razão, passou a ser explícito, legítimo, aberto e, desde janeiro de 2019, tornou-se linguagem e imagem oficiais. E o discurso de Bolsonaro, reconheça-se, desde sempre foi de defesa do regime de 1964, homofóbico, machista, autoritário, inclusive favorável à tortura de detentos e mesmo de adversários políticos tidos como “subversivos”. Muito há para se criticar e repudiar em Bolsonaro e em tudo o que ele representa em termos de enfraquecimento da democracia, mas há que se reconhecer suas inegáveis constância e coerência. Ele não se tornou autoritário, homofóbico, machista, intelectualmente limitado ou cognitivamente deficiente por uma conveniência eleitoral *ad hoc*, ele sempre foi exatamente isso e costumeiramente o deixava muito claro para quem quer que fosse.

•

19.

Em algum ontem ou anteontem das férias de fevereiro de 2019, o vizinho uruguaio da pousada veio bater um papo. Eu comentei com ele que, desde que eu e a Simone começamos a vir com maior frequência para o Prata, nunca tínhamos visto o Uruguai tão bem, com um astral tão alto, com uma cara renovada. Há poucos anos, trafegar por suas ruas e estradas era um mergulho em um museu do automóvel. Carros caindo aos pedaços de idades variadas que vinham lá dos anos 1940 e 1950 era o que estava à disposição das pessoas, mesmo de boa parte da classe média. Montevideú era uma cidade devagar, um pouco decaída, população envelhecida, taciturna. Abundava uma certa melancolia que, confesso, me agradava, mas que era o reflexo ou o sintoma de uma sociedade alquebrada por obra de suas próprias elites predatórias.

Em uns dez anos a situação mudou significativamente. Ainda se pode cruzar com carros velhos pelas estradas, mas a quantidade é bem menor e a conservação é outra. Parece também haver mais jovens e Montevideú tem bares, restaurantes e uma vida noturna bem interessante para quem tem menos de 30 anos. A moeda local, que antes se trocava na razão de um real para onze pesos, hoje está algo em torno de sete a oito pesos por real. Na fronteira, ali no Chuy / Chuí, os brasileiros antes abarrotavam os *free shops* comprando de antenas parabólicas e aparelhos de ar condicionado a bebidas e cigarros. Hoje são os uruguaios que vêm às lojas do lado brasileiro comprar têxteis e alimentos.

Desde 2005, uma coalisão de partidos de esquerda governa o país, conseguindo resultados sociais e econômicos interessantes, mesmo para uma economia muito dependente das da Argentina e do Brasil, as quais entraram em crises acentuadas como reflexos da reaplicação das reformas neoliberais radicais desde os governos de Maurício Macri e do golpista Michel Temer, respectivamente.

Mal terminava eu de elogiar seu país desde minha percepção impressionista, e o vizinho me veio com: “é, mas aqui temos também muitos problemas, a corrupção, por exemplo”. Eu devo ter sido muito rude ou até grosseiro, mas meu sangue ferveu e saí logo bradando que essa história é pura empulhação, veja os casos do Brasil e da Argentina, vamos de mal a pior, economia em frangalhos, instituições desmontadas, desemprego, aumento vertiginoso da pobreza, e tudo isso depois que foram destituídos governos de esquerda acusados de corruptos por neoliberais que, ainda por cima, são muitíssimo mais corruptos e safados.

Ele esboçou uma risadinha amarela, passou a mão no mate e na térmica e se foi. Deve ser um “coxinha” uruguaio, pensei, e, ao mesmo tempo, me preocupei profundamente. Em 2019, há eleições presidenciais no Uruguai, será que eles vão conseguir tomar conta dele também? Seria muito triste ver aquele lindo, querido, resistente e sofrido país voltar a ser assolado por discursos de ódio, perseguições, pobreza desesperançada, como o Brasil e a Argentina. E a ameaça

já está posta. Um politicamente obscuro milionário *playboy*, Juan Sartori, auxiliado pelos mesmos métodos e grupos que financiaram e contribuíram para as vitórias de Donald Trump, Brexit – a saída do reino Unido da União Europeia – e Bolsonaro, já se insinua como candidato *outsider* ao pleito presidencial disputando a indicação pelo Partido Nacional (EL PAÍS-BRASIL, 24/06/2019).



20.

Outro livro vencido nas férias de fevereiro de 2019 foi “Como as democracias morrem” (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018). Os autores, cientistas políticos norte-americanos, se propõem a fazer uma análise comparada entre os casos de diversos países nos quais instituições democráticas foram suplantadas por regimes autoritários, desde o caso do nazismo, passando pelo da Argentina de Perón, Cuba de Fidel Castro e pela situação atual dos Estados Unidos, a qual exigiria uma total vigilância, pois correria o perigo de derivar para um regime desse tipo. Na verdade, eles comparam muito pouco e ao invés de tentar uma teoria geral das derrocadas das democracias que pudesse incluir os diversos casos que analisam, se mostram mais preocupados com a conjuntura norte-americana e o risco que segundo eles estaria correndo a “sua” democracia. Os demais países aparecem no texto como contrapontos ou *sparings* para o foco principal. Não obstante, contribuem para o debate que busca explicar a atual emergência do autoritarismo no mundo ocidental, especialmente.

Lá pelas tantas, arriscando algo que fosse um pouco mais geral, elaboram um quadro de indicadores de risco à democracia, uma “prova dos nove”, como chamam. Contudo, creio, acabam caindo em certos lugares-comuns já bastante explorados. Excessivamente institucionalistas, a democracia para eles é muito mais um conjunto de instituições e práticas vinculadas ao que Pierre Bourdieu chamaria de campo político que eles acabam reificando. Há um pressu-

posto implícito de que no fundo Brasil, Estados Unidos, Venezuela, Cuba, Itália, Hungria pouco importam sob o ponto de vista de suas configurações histórico-sociais, mas sim se instituições de tipo democrática estariam ou não em vigência aqui ou ali e como essas experiências históricas poderiam fundamentar uma compreensão mais acurada do que ocorre hoje em seu próprio país, os Estados Unidos. Nada contra, mas essas limitações diminuem, ou melhor, limitam a qualidade da análise. O interessante artigo da jornalista Anne Applebaum vai também um pouco no mesmo sentido (APPLEBAUM, 2018).

Porém, eles têm alguns *insights* bastante pertinentes que se encaixam muito bem na atual situação do Brasil:

Com efeito, as iniciativas governamentais para subverter a democracia costumam ter um verniz de legalidade. Elas são aprovadas pelo Parlamento ou julgadas constitucionais por supremas cortes. Muitas são adotadas sob o pretexto de diligenciar algum objetivo público legítimo – e mesmo elogiável – como combater a corrupção, ‘limpar’ as eleições, aperfeiçoar a qualidade da democracia ou aumentar a segurança nacional. [...] [É importante] ter os árbitros do seu lado. Estados modernos possuem várias agências com autoridade para investigar e punir delitos tanto de funcionários ou mandatários públicos como de cidadãos comuns. Entre elas figuram o sistema judiciário, os órgãos de imposição da lei, os serviços de inteligência e as agências reguladoras e tributárias. Em democracias, essas instituições são destinadas a servir como árbitros neutros. [...] Capturar os árbitros dá ao governo mais que um escudo. Também oferece uma arma poderosa permitindo que ele imponha a lei de maneira seletiva, punindo oponentes e favorecendo aliados (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 81-2).

Desde antes de 2013, mas se acentuando a partir de então, com a ênfase no processo de impeachment de Dilma Rousseff, o golpe de 2016, e no da condenação e prisão do ex-presidente Lula, a captura dos árbitros que primeiro foi operada pelos opositores do PT que estavam fora do governo, agora, com a entronização do juiz paladino da Lava

Jato Sérgio Moro como ministro da Justiça, é intentado pelo próprio governo Bolsonaro. Os árbitros foram cooptados ou mesmo artífices da seletividade e da arbitrariedade e já deixaram de ser árbitros há muito, transformando-se em sua maioria em *players* interessados. No limite, se pode inclusive sustentar que o estado de direito não existe mais no Brasil (ver VALIM, 2017), se é que em algum momento chegou a estar próximo de existir vertical e horizontalmente em relação com as suas estruturas sociais.



21.

Sintomático dos tempos e do espírito do atual governo e do novo velho regime que busca instaurar é que já se encontra mergulhado em problemas políticos e morais. Até junho de 2019, são três ministros demitidos, vários sendo processados, um dos filhos do capitão-presidente é suspeito de apropriação indébita de recursos públicos com o uso de intermediários, ditos laranjas, e de associação com criminosos, policiais e ex-policiais militares do Rio de Janeiro envolvidos com grupos paramilitares de extermínio, venda de proteção e serviços e tráfico de drogas, as chamadas “milícias” (O GLOBO, 14/10/2018; THE INTERCEPT-BRASIL, 22/01/2019). Em seis meses de governo, já são 19 os membros de segundo escalão que foram trocados (O GLOBO, 16/06/2019). Bolsonaro, por sua vez, mal assumiu e internou-se para uma cirurgia, deixando de cara à deriva um governo que se elegeu sem debates com as demais candidaturas e sem uma linha clara de ação a não ser a vaga promessa de ser diferente, “acabar com tudo isto que está aí” e eliminar os adversários políticos e seu legado. Não obstante, embora não explicitada por motivos eleitorais, a linha de ação pretendida era já conhecida de muitos, qual seja, passar o rolo compressor neoliberal sobre o estado e as políticas públicas de cunho social, entregando o mais possível dele ao mercado financeiro, como no caso atual do sistema previdenciário e das vendas de ativos de estatais como a Petrobras.

Quando da demissão do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno, foram tornados públicos áudios de conversas travadas por meio de uma rede social. Não vou entrar no mérito da demissão em si, a qual se deu por influência explícita de um dos filhos do ex-capitão devido a uma rixa antiga, em meio a acusações de desvio de fundos públicos partidários com o uso de candidaturas-laranjas. Pessoas sem nenhuma chance eleitoral constavam nas listas do PSL para esse receber recursos do fundo partidário público, os quais eram desviados para pagar despesas irregulares, enquanto Bebianno era o presidente do partido. O que me interessa é um outro aspecto revelado pelas gravações.

No Brasil é corrente a expressão, vinculada a condutas de políticos e ao próprio fundamento das disputas políticas, segundo a qual aos amigos, tudo, aos inimigos, os rigores da lei (GRYNSZPAN, 1990; GRIJÓ, 2017). Nos regimes democráticos pluralistas clássicos, a disputa política é uma disputa entre adversários que se reconhecem mutuamente como legítimos, como tendo direito não só a disputar, como a assumir o poder dentro das regras estabelecidas (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018). No filme “Nixon” de Oliver Stone há uma passagem na qual está todo o *staff* de campanha reunido e desolado pela perda das eleições para John Kenedy. Nixon está inconformado, alegando que fora uma trapaça e que as eleições deveriam ser contestadas. Um dos seus assessores mais calejados, chamando-o às razões das regras não escritas, diz algo que, apesar de eu não recordar as exatas palavras, tem este sentido: “Temos que engolir. É claro que eles trapacearam, mas eles trapacearam *fair and square*. Ninguém nunca antes contestou resultado de eleições presidenciais”.

No Brasil, contudo, era predominante a noção de que nas disputas políticas há sempre e quase que exclusivamente dois lados, o dos amigos e o dos inimigos. O objetivo não é o de vencer um adversário, mas derrotar um inimigo, acabar com ele, o que poderia se dar no sentido mais figurado de vencer ou anular politicamente, quando no sentido físico de matar acabando com a vida dele ou de seus prepostos (GRYNSZPAN, 1990). Não se reconhece no outro nem mes-

mo o direito a existir, politicamente, de modo que o próprio direito é instrumentalizado, junto com a polícia, as forças armadas, a imprensa, grupos paramilitares – os antigos “capangas”, “jagunços”, “pistoleiros” – e qualquer outro meio ou ferramenta à disposição de quem controla os recursos do estado ou os quer controlar para sufocar, perseguir, encarcerar, enfim, destruir, até mesmo fisicamente, os que dele divergem. Isso acontece corriqueiramente, sendo que nas épocas de intervenção militar, como na ditadura de 64, se transforma em terrorismo de estado, em carnificina, com o largo uso quase indiscriminado da tortura e do extermínio.

Em uma das gravações o senhor Bolsonaro diz ao seu ministro subordinado:

Gustavo, o que eu acho desse cara da Globo dentro do Palácio do Planalto: eu não quero ele aí dentro. Qual a mensagem que vai dar para as outras emissoras? Que nós estamos se [sic] aproximando da Globo. Então não dá para ter esse tipo de relacionamento. Agora... Inimigo passivo, sim. Agora... Trazer o inimigo para dentro de casa é outra história. Pô, cê tem que ter essa visão, pelo amor de Deus, cara. Fica complicado a gente ter um relacionamento legal dessa forma porque cê tá trazendo o maior cara que me ferrou – antes, durante, agora e após a campanha – para dentro de casa. Me desculpa. Como presidente da República: cancela, não quero esse cara aí dentro, ponto final. Um abraço aí (*apud* G1, 19/02/2019).

Mal entrando no seu segundo mês de governo, o presidente da República encontrava na imprensa, e não em qualquer imprensa, no largamente hegemônico Grupo Globo, um dos seus inimigos. Não se trata somente de tosca linguagem de militar de baixa caserna, se trata de visão de mundo. Para Bolsonaro só há duas posições possíveis, ou se é seu amigo ou seu inimigo. A virulência na campanha eleitoral, na qual o candidato e seus apoiadores lançaram mão fartamente de argumentos desse tipo, inclusive fabricando acusações sabidamente inverídicas contra os adversários, já denotava isso. “Vamos fuzilar essa petralhada [sic] aqui

do Acre. Vou botar esses picareta [sic] pra correr aqui do Acre” (*apud* PODER 360, 03/09/2018), disse em um ato de campanha naquele Estado do Norte, brandindo no ar um tripé de câmera fotográfica como se fora uma metralhadora. Em 1984 o general batia nos carros com um relho e era ridicularizado e desautorizado mesmo por simpatizantes do regime. Passados 34 anos, um ex-capitão candidato à presidência performava essa pantomima em praça pública e ao invés de descrédito amealhou cada vez mais seguidores. No ridículo e no patético as duas cenas se equivalem, na eficácia política, são opostas.

As acomodações explícitas e de bastidores, que o chamado presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988) brasileiro exigiu e que sustentaram todos os governos depois da queda da ditadura, ancoravam-se no acordo tácito de que as regras escritas e não escritas de sustentação do jogo político deveriam ser respeitadas não somente pelo pessoal político, mas também por outros agentes-chave que direta ou indiretamente participavam do jogo, tais como militares, juízes, promotores e procuradores, grupos de pressão, empresários e, principalmente, pela grande mídia empresarial. Essa última foi uma espécie de fiel e fiadora do regime, influenciando os demais agentes por seu papel fundamental na mediação com a população e por seu crédito e poder de pressão junto a eles próprios, os políticos e demais agentes sociais de importância, que com ela se relacionavam utilitariamente, mas sempre com fundados receios. Em grande medida as próprias ideologias conflitantes se apagavam. Desde o governo Itamar Franco, o controle da economia do país se manteve em mãos muito semelhantes, todas vinculadas ao chamado mercado e comprometidas com a manutenção, em linhas básicas, do plano de estabilização econômica neoliberal, o plano Real. Na consecução de políticas públicas é que eventualmente divergiram os governos do PSDB e do PT, com o primeiro tendendo a privilegiar políticas mais voltadas para o poder econômico e as classes dominantes e o segundo, sem esquecer desses, evidentemente, canalizar também e alternativamente recursos para a mão esquerda

do estado: saúde, renda mínima, educação, assistência social, políticas de inclusão.

A eleição de Bolsonaro foi resultado da quebra, talvez definitiva, do pacto não escrito do presidencialismo de coalisão operada pelo golpe de 2016, quando a grande imprensa e a maioria dos políticos, dos empresários, dos juízes, dos militares, dos policiais, apoiados em uma mobilização popular que aguçou o antipetismo das classes médias do centro-sul que vinha sendo há tempo nutrido, passaram a rejeitar o PT e por tabela a esquerda como legítimos ocupantes ou sequer postulantes a ocupar o executivo federal. Como desde 2006 três tentativas de vitória eleitoral sobre o PT de Lula foram fracassadas, na última delas, em 2014, resolveram virar o cocho e dar um golpe.

Porém, não é à toa que os golpes são usados com alguma parcimônia. Normalmente há um acordo inicial entre os principais agentes de que um grupo deve ser destituído a despeito das leis escritas e dos acordos tácitos. Feito isso, o que se segue é sempre bem mais incerto do que se as regras fossem respeitadas, pois durante algum tempo se abre uma espécie de vale tudo e de tudo pode por parte dos vitoriosos que passam a disputar entre si o controle dos recursos e a satisfação dos seus interesses. O jogo desde 2016 até hoje, 2019, ainda está aberto e impreciso. Sintomático é que parte da coalisão agora no poder e, ao que parece, o próprio presidente em governo, elegeram como seu inimigo um grupo como o Globo, um dos principais fiadores do golpe de 2016.

Para a Globo, por sua vez, o presidente ideal jamais seria um Bolsonaro, mas alguém como o fictício Paulo Ventura, personagem da minissérie “Um brado retumbante”, produzida e depois exibida pela emissora em 2012. Honesto, neófito na política, incorruptível, alto, bonito, desprendido, dinâmico e casado com uma mulher linda, tem seus defeitos humanos, como algumas amantes e gostar de beber. Por certo acaso, um acidente aéreo mata o presidente e o vice. Paulo Ventura, deputado presidente da Câmara, se torna presidente da República. Euclides Marinho, um dos roteiristas da série, declarou em uma entrevista:

Um dos objetivos sempre foi que os telespectadores se projetassem no Paulo Ventura. A tentativa de criar um herói nacional, um Capitão Nascimento de terno e gravata [...]. E até passou pela minha cabeça chamar o Wagner Moura para ser o Paulo Ventura. Sou apaixonado pelo Capitão Nascimento. Quando ele esbofeteia o deputado, no segundo filme... é como um gol da Seleção Brasileira! (risos) Mas houve, sim, essa vontade de fazer do Paulo um herói. Porque temos tão poucos heróis na nossa mitologia, né? (MARINHO, 2012).

O capitão Nascimento é o personagem principal de dois filmes chamados “Tropa de elite”, os quais pretendem retratar a vida pessoal e profissional desse capitão do BOPE, Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Nascimento é o policial-herói que circula entre os colegas e um sistema corruptos e, enquanto isso, faz “justiça” com as próprias mãos – melhor seria dizer, com as armas de fogo e o posto que o Estado lhe delegou –, torturando e executando aqueles que ele considera “bandidos”. Os filmes fizeram muito sucesso comercial e revelam um pouco desta visão de mundo bastante disseminada – inclusive por boa parte de certas elites como a de que Euclides Marinho faz parte – segundo a qual pouco importa a lei e as regras, o que importa são os resultados.

Para as eleições de 2014, porém, as primeiras depois de exibida a série, as fichas da Globo acabaram postas em Aécio Neves, com quem Paulo Ventura foi por muitos comparado. Fracassado eleitoralmente, logo depois o ex-governador de Minas Gerais foi atolado em acusações criminais, o que o inviabilizou como candidato para as eleições de 2018. Então, o animador de programas de auditórios da Rede Globo e empresário Luciano Huck foi sondado e testado ainda em 2017 para a missão, mas acabou recusando se candidatar. As tentativas de emplacar um candidato jovial, casado com uma mulher que se encaixasse nos padrões de beleza impostos pela própria mídia, o padrão “boneca Barbie”, com ares modernos e descolados, com alguma formação escolar e cultural, com compromissos e trânsito nas classes dominantes

e nas diversas elites naufragaram sob o peso dos votos ou sob o peso do descrédito de um possível fracasso como presidente que certamente poria em risco uma carreira milionária de alguém como o apresentador Huck.

Ao mesmo tempo, se foi criando a candidatura do ex-capitão Bolsonaro. Em uma faixa paralela, uma composição entre militares, policiais, grupos de extrema direita, desde neonazistas, passando por integralistas e monarquistas, aos poucos, foi incensando o deputado até então politicamente inexpressivo nacionalmente, embora tendo uma base eleitoral forte em seu Estado, o Rio de Janeiro, onde recebeu a maior quantidade de votos nas eleições de 2014 (UOL, 05/10/2014). O militar reformado foi tendo sua imagem construída em torno de um repertório ao estilo capitão Nascimento. Era apresentado como um neófito, embora político há anos, de “mãos limpas”, disposto a recolocar ordem no país supostamente devastado pela corrupção da esquerda e pelo crime organizado, particularmente habilitado para afastar do poder o PT. Pela fragilidade das demais opções de candidatos antipetistas e pelas alianças que foi costurando e ampliando, incluindo desde o mundo das altas fianças, passando por militares, juízes, empresários e chegando às igrejas neopentecostais e sua tropa de choque de autoproclamados pastores, bispos, missionários, elegeu-se presidente.

O custo, porém, foi elevado para uma parte do pessoal político e para alguns dos tradicionais agentes herdeiros do processo de transição democrática dos anos 1980, desde para velhos políticos que não se reelegeram, até para o Grupo Globo e sua capacidade de influenciar o pessoal dependente de votos. O partido de Bolsonaro elegeu 53 deputados e quatro senadores na esteira do seu sucesso pessoal, muitos deles cumprem seus primeiros mandatos, sendo um dos senadores seu filho, e entre os deputados um ator de filmes pornográficos com um discurso moralista, um outro filho seu e uma ativista de internet acusada de diversos plágios em 2015 quando no exercício do jornalismo pelo seu próprio sindicato profissional (SINDIJOR/PR, 2019), deixando de fora do Congresso, entre outros, o veterano Romero Jucá.

É hoje o segundo partido em número de parlamentares na Câmara, atrás apenas do PT. Na legislatura anterior, 2015-2019, o PSL tinha um deputado federal e nenhum senador.

O PT foi efetivamente afastado do governo, mas o preço pode ser também a derrota de muitos dos que urdiram esse afastamento subvertendo as regras do jogo. Bolsonaro agora se aproxima tanto do SBT, rede de televisão controlada pelo empresário Silvio Santos, quando da Rede Record, controlada por Edir Macedo, dono da neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e primeira emissora desde os anos 1970 a ameaçar mais seriamente o domínio da Rede Globo no setor, enquanto se afasta dos tradicionais e ainda muito influentes Rede Globo, Grupo Folha, Editora Abril, recentemente sob novo controle administrativo, e Estadão. Por outro lado, ele também adota em parte a estratégia de Donald Trump de se comunicar diretamente com seus apoiadores por redes sociais na internet.



22.

No dia 14 de fevereiro de 2019, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, e o da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, se reuniram para assinar um acordo que previa desencadear uma vasta operação de investigação de corrupção, desvios de recursos e outras irregularidades em órgãos e ações vinculados à pasta da Educação, incluindo programas de financiamento estudantil, bolsas de estudos e pesquisas e as universidades públicas federais. Rodríguez foi indicado para o ministério por Olavo de Carvalho, o já citado influenciador e inspirador do governo por sua proximidade com um dos filhos do ex-capitão. Carvalho é um ferrenho ativista anticomunista, anti-intelectualista e um feroz crítico das universidades, as públicas especialmente. O ministro Rodríguez chamou o acordo de “Lava Jato da educação” (EXAME, 14/02/2019).

O governo e seus sequazes são desesperados por lances de efeito, por factoides que chamem a atenção da mídia e

nas redes sociais. A área da educação foi uma das escolhidas para produzi-los em profusão. Porém, mesmo que isso possa agravar a situação específica do setor, não é algo novo, pois um ataque mais sistemático a professores, pedagogos e instituições já vem sendo operado com alguma regularidade desde o golpe de 2016 por autoridades policiais e o Ministério Público Federal (MPF), como no caso das operações midiático-policiais realizadas nas Universidades Federais de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, levando inclusive ao suicídio do reitor dessa última, acusado pelas autoridades de crimes que hoje se sabe que não cometeu (GRIJÓ, 2018). A universidade, tida por Olavo de Carvalho como o centro difusor de um tal “marxismo cultural” que ele julga ser nela hegemônico, é um alvo certo.

Recém empossado, Vélez Rodríguez concedeu uma entrevista a uma revista de circulação nacional (VEJA, 06/02/2019), cujo título, aliás bem apropriado, é “Faxina ideológica”. Nela, ele se declara admirador do senhor Olavo de Carvalho e admite ter sido escolhido para o cargo por sua indicação e de seus seguidores, que são próximos a um dos filhos de Jair Bolsonaro. Como se tratava de um ilustre desconhecido da população em geral, é apresentado aos leitores pela revista como um colombiano que fala um português carregado de sotaque espanhol e naturalizado brasileiro em 1997. Na foto que acompanha a entrevista ele está de pé, trajando um vistoso terno e apoiando os braços em uma pilha de livros. Trata-se de um obscuro professor universitário, academicamente apagado, periférico e inexpressivo, que atribui sua carreira medíocre ao fato de que sofria uma perseguição esquerdista que lhe vetava conseguir oportunidades profissionais mais importantes, tudo porque ele divergia da visão hegemônica entre seus pares. A culpa é dos petistas que segundo ele têm controlado o ministério da Educação desde os anos 1990, ainda nos governos do PSDB. Sua missão, atribuída pelo presidente que ao convidá-lo para o cargo teria dito “Vélez, você tem faca nos dentes para enfrentar o problema do marxismo no MEC?” (*apud* VEJA, 06/02/2019, p. 3), seria a de acabar com “a ideologia” no mi-

nistério e nas instituições de ensino. De onde a felicidade na escolha do título da entrevista pelos jornalistas de Veja, pois sua função seria justamente essa, a de um lixeiro de ideologia.

Efetivamente, Rodríguez era um anônimo no país até o momento de sua indicação, mas, em certo nicho acadêmico, daqueles que estudam ou estudaram o Rio Grande do Sul na Primeira República, ele era sim conhecido. É o meu caso. Em 1980, ele publicou “Castilhismo, uma filosofia da República” (RODRÍGUEZ, 1980). Não vou entrar nos méritos do livro e muito menos em elucubrações a respeito das motivações de seu autor, apenas cabe frisar que a “obra” despontou para a mediocridade. Quer dizer, embora constando nas referências dos estudos sobre a época, não se destacou por nada de exatamente novo ou diferente em termos heurísticos, analíticos ou interpretativos. É um livro, tipo assim, que se lê obrigado por dever de ofício e depois de lido era isso, nada de mais, picolé de chuchu.

Na entrevista o ministro deixa vislumbrar as possíveis linhas da ação saneadora do novo governo e das novas diretrizes do ministério da Educação sob Bolsonaro: desprezo pelo ensino universitário universalizado, deve ser restrito a uma elite; contrariedade com o princípio das cotas para os grupos populacionais socialmente desprivilegiados ou vulneráveis na reserva de vagas nas universidades; ênfase no ensino básico e profissionalizante; e, à época de Vélez Rodríguez a mais sintomática delas, trazer de volta às escolas a famigerada disciplina de moral e cívica. Ponta de lança da tentativa de cooptação e despolitização dos alunos do ensino básico durante a ditadura militar, eu lembro bem da dita cuja que, felizmente, na minha escola não havia, pois era particular confessional controlada por padres jesuítas. Eles simplesmente a recusavam ou ignoravam. Mas meus amigos estudantes em escolas públicas conviviam diretamente com ela, a disciplina da moral e do civismo, e dela faziam motivo de galhofas, chacotas e desprezo. Matar aulas de moral e cívica e ir jogar bola na praça, esse era o espírito.

O que o ministro objetivaria com essa recriação de algo que foi totalmente limado dos currículos quando do

final da ditadura, sendo sua carga horária ocupada por disciplinas como história, geografia, sociologia e filosofia? Ele mesmo esclarece:

Os alunos devem sair do ensino básico e do fundamental sabendo que há uma lei interior em todos nós. Se nós a transgredimos, mesmo enganando a própria mãe, sentimos uma coisa chamada remorso. [...] Quais são os nossos heróis? O PT tentou matar todos eles. [...] É necessário lembrar que existem contextos sociais diferentes e que as leis dos outros devem ser respeitadas. O brasileiro viajando é um canibal. Rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo. Esse tipo de coisa que tem de ser revertido na escola. (VEJA, 06/02/2019, p. 6-7).

Chega a ser constrangedor todo esse esforço para encobrir o que são meras perseguições ideológico-políticas de adversários e propaganda vazia, factoides, como o de atribuir ao PT todos os males do mundo, em cruzadas moralistas. Mas o constrangimento é maior ainda se tentamos espremer quais, nessa torrente de ignomínias, preconceitos, despreparo e um certo grau de simples ignorância, imperdoável em se tratando de membros de uma suposta elite intelectual, seriam os projetos e seus embasamentos respectivos que tivessem como objetivos o interesse público, a formação de cidadãos e a perseguição de uma visão de e para o país. Claro que existe um projeto, mas ele é inconfessado, vou voltar a esse ponto logo adiante, mas no mundo dos supostos homens de letras seria de se esperar um nível bem mais sofisticado e qualificado de preparo e sustentação do que simples tiradas moralistas.

Mais recentemente, depois que Vélez caiu e foi entronizado no ministério Abraham Weintraub, o novo ministro conseguiu superar os feitos de seu antecessor, apresentando-se em um vídeo publicado no Twitter com um guarda-chuva aberto na mão, a música de fundo do filme “Cantando na chuva” e ele com voz de falsete cantarolando versinhos contra a imprensa que estaria fazendo “chover *fake news*” no seu ministério (FSP, 30/05/2019a).

Ao final da entrevista, os jornalistas perguntaram a Vélez Rodríguez se ele tivesse oportunidade de trocar o busto de Paulo Freire, o qual passou a ornar a entrada do ministério da Educação em um dos governos do PT, pelo busto de outra personalidade, quem ele colocaria em seu lugar? A resposta é sintomática. Rodríguez cita três nomes, os quais, evidentemente, acabam representando aqueles que ele considera como seus modelos pessoais, ao menos publicamente: Tobias Barreto, Antônio Paim e Olavo de Carvalho. Dos dois primeiros até se pode discordar quanto ao conteúdo do que produziram e dos posicionamentos tomados ao longo de suas trajetórias, porém, ambos contam com um certo reconhecimento histórico-cultural quanto ao seu legado na formação de um grupo de bacharéis denominado Escola do Recife, caso do primeiro, e na docência e produção de obras de filosofia e erudição, caso do segundo. Paim tem mesmo alguma reflexão sobre a universidade, mas o forte de ambos não era exatamente o tema da educação em si, ao contrário de Paulo Freire, um reconhecidíssimo especialista, pensador e reformador da educação, um dos brasileiros mais citados em trabalhos científicos no planeta, sendo o único deles com um livro, “Pedagogia do oprimido”, incluído entre os 100 títulos referenciados nos programas de disciplinas de universidades de língua inglesa (G1, 17/02/2016).

Mas até aí é uma questão de visão de mundo e de percepção da dimensão relativa de uns e de outro. O ministro que se diz admirador de Paim, no entanto, o rebaixa ao nível daquele a quem chama de “mestre” Olavo de Carvalho, um confuso autodidata sem nenhum preparo cultural e escolástico (PEREZ, 2019) e cujas únicas virtudes reconhecidas por seu simpatizante, o próprio Rodríguez, são, primeiro, os modos de Carvalho – os xingamentos, as admoestações pessoais, os rompantes de ira, os anátemas, e, inclusive, as palavras de baixo calão, que, em princípio, ao meu ver, não seriam um problema, mas sim o modo de empregá-las, que são recorrentemente utilizadas por ele para difamar e atacar, para desmoralizar e desacreditar reputações –, que seriam apenas um recurso didático-pedagógico para fazer com que

as pessoas prestassem atenção ao que ele diz, mas que também poderiam ser definidos, sob outro ponto de vista, como um tipo de pedagogia da linguagem de esgoto e do comportamento de bordel; e, em segundo lugar, a suposta liderança que Carvalho exerceria na cruzada de livrar o Brasil do marxismo ateu, seu carisma e ares proféticos aplicados na luta para resgatar as almas dos cidadãos desviados e reconvertê-los em “pessoas de bem” (VEJA, 06/02/2019, p. 7).

Realmente não me interessaria, e não deveria interessar a ninguém mais, escrutinar o que se passa na cabeça de um sujeito como Olavo de Carvalho, mas isso até o ponto em que sua retrógrada visão de mundo passou a operar como balizador da tomada de decisões passíveis de afetar a vida de muitas outras pessoas, de um país inteiro. Em uma entrevista o reconhecido guru do governo chegou a dizer que: “Estudante representa alguma coisa? Estudante tá lá na universidade só pra fumar maconha e fazer suruba. Movimento social é o caralho” (*apud* CANAL GAMA, 01/11/2018).

Em uma postagem de rede social de maio de 2019, Carvalho inclusive flertou com o chamado terraplanismo, a falsa polêmica criada por grupos de ativistas de internet nos Estados Unidos que advogam que a terra seria um disco plano coberto por uma abóboda chamada firmamento e não um planeta de formato esférico. Ele escreveu que, depois de assistir a vídeos sobre o assunto, não encontrara razões para refutar a hipótese de que a terra seja de fato plana. Sim, é isso mesmo, um dos festejados influenciadores ideológicos do atual governo brasileiro, que indicou, inspirou ou ratificou a escolha de ao menos três ministros de estado, Ernesto Araújo das Relações Exteriores e os dois da Educação até o momento, se não chega a se declarar diretamente um crente de que a terra não seja um planisfério, não encontra motivos para disso duvidar (BRASIL 247, 29/05/2019).

Alguém que parte do princípio de que o outro não pode ser uma pessoa de bem porque simplesmente diverge daquilo em que se acredita e que destrata e destrata vastos grupos da população simplesmente porque vivem e pen-

sam diferentemente de si, anatematizando adversários reais ou imaginários, o diferente e o divergente, revela um autoritarismo puro que só pode levar a ações que ou caem no ridículo e são desmascaradas e massacradas pela nau dos sensatos, ou descambam para autocracias abjetas, persecutórias e, no limite, genocidas.

O atual governante, por sua vez, sem a criatividade e nem o preparo, cultivado em anos e anos de aparições públicas e lances midiáticos de peso, do seu modelo declarado, o presidente dos Estados Unidos Donald Trump, tem se esmerado em tentar copiá-lo. Assim, passou a escolher entre os meios de comunicação para se manifestar dois tipos básicos: as empresas de seus apoiadores e aliados políticos, Rede Record e SBT, e as redes sociais na internet. A rigor, ele se comunica mais assiduamente por tuites. Recentemente, ao longo do período de carnaval de 2019, postou um vídeo com escatologias pornográficas deixando a entender que a maior festa popular do país se resumia àquele tipo de comportamento. Costuma também eleger um ou outro crítico ao seu governo, um jornalista, artista, professor, enfim, ninguém está à salvo, para retrucar as manifestações das quais discorda com ataques pessoais, inclusive ameaçando com processos judiciais. Em um desses tuites escreveu:

A agenda globalista mira a divisão de classes. Pessoas divididas e sem valores são fácelmente [sic] manipuladas. Mudar as diretrizes 'educacionais' implementadas ao longo de décadas é uma de nossas metas para impedir o avanço da fábrica de militantes políticos para formarmos cidadãos (BOLSONARO, 04/03/2019).

Nem entro no mérito sobre a ignorância a respeito do que significa a globalização, a divisão de classes e os valores cívicos que a mensagem revela sobre o seu autor, ressalto apenas que ela é a palavra do governante, daquele que é o chefe de estado e de governo do Brasil. Os dois ministros da Educação até o momento têm feito jus ao seu chefe, pelo que a situação é realmente perigosa e preocupante, pois não

se trata de idiossincrasias, deslizes, voluntarismos, mas de uma visão de mundo que orienta o comando da atual administração pública federal.



23.

Tem gato nessa tuba. Mesmo que o governante tenha claras limitações intelectuais e uma personalidade tirânica e paranoica, é apelidado por seus adversários em postagens e memes na internet de, entre outras coisas, “Biroliro” e “Bozo”, é cercado por assessores e aliados que não compartilham com ele as mesmas limitações cognitivas e personalidade. Durante a campanha eleitoral, nas poucas vezes em que concedia entrevistas a jornalistas, quando perguntado sobre questões econômicas, além de deixar claro que não entendia nada do assunto, remetia as respostas ao seu então assessor Paulo Guedes, a quem chamava de “posto Ipiranga”. A alusão é a uma conhecida campanha publicitária da rede de distribuição de combustíveis Ipiranga, na qual um matuto é sempre abordado por transeuntes pedindo alguma informação, ao que o interpelado costuma responder: “pergunta lá no posto Ipiranga”, ou “tem lá no posto Ipiranga”. Paulo Guedes seria o sabe-tudo, aquele que tem todas as respostas para um ignorante assumido, o próprio capitão reformado.

Mas quem é esse elemento, do que vive, como se alimenta? Há dois perfis realizados pela Folha de São Paulo bastante interessantes e insuspeitos sobre Paulo Guedes (FSP, 9/10/2018, 04/11/2018). Ele é mais um acadêmico frustrado a compor o governo Bolsonaro. Enquanto muitos de sua geração participaram de diversos governos brasileiros desde a década de 1980, sendo responsáveis por planos econômicos, por cargos nos ministérios, comando de autarquias e estatais, além de lograrem posições consolidadas de docentes em universidades e escolas prestigiosas e influentes, na administração pública, na mídia e em empresas privadas, Guedes passou um tanto à margem do *mainstream*. Tendo estudado na Universidade de Chicago em meados dos anos 1970, foi aluno da mais

fina flor do neoliberalismo inspirado em Ludwig von Mises e Friedrich A. Hayek, tais como Milton Friedman e outros tantos economistas daquela escola norte-americana que seriam responsáveis pelo suporte teórico-acadêmico da debacle do *welfare state* a partir do final daquela década no mundo. Tornou-se um típico *Chicago boy*, mais um dos tantos latino-americanos, principalmente chilenos, que foram estudar economia em Chicago e retornaram à América Latina ávidos em aplicar seu receituário neoliberal. No Chile se criaram à farta sob a proteção de um dos ditadores mais sanguinários da história, Augusto Pinochet, mostrando claramente que o renovado capitalismo neoliberal está pouco se lixando se floresce em um ambiente democrático ou em uma ditadura abjeta e genocida, o que interessa é o mercado e as oportunidades de lucro.

No Brasil, Paulo Guedes não teve a mesma sorte. Não conseguiu desde os anos 1980 expressão suficiente para ocupar cargos públicos mais notáveis na administração direta e nem posições acadêmicas de destaque. Assim, dedicou-se à iniciativa privada, na qual enriqueceu jogando no mercado financeiro: especulação, fundos de investimentos, corretagem e trambiques *gourmets* afins. Virou sócio de corretoras e de bancos de investimento.

Em uma perspectiva de análise de trajetória, pode-se dizer que o apego de Guedes ao neoliberalismo e o seu sucesso no mercado especulativo de capitais vai passar a ser valorizado mais acentuadamente ao longo dos últimos anos, com o seu recrudescimento no país e pela cada vez maior influência no mercado dos agentes do rentismo. Nos governos Fernando Henrique Cardoso, as reformas neoliberais ganharam um impulso decisivo, e, mais do que isso, se criaram as condições para a economia caminhar nesse sentido, tendo o estado como avalista por meio da garantia das condições mais ou menos ótimas para a reprodução do capitalismo nesta sua nova fase. Privatizações, estabilização monetária, política liberal de juros e câmbio, desregulamentação do trabalho, terceirizações inclusive de serviços do e para o estado e por aí se foi. Com os governos do PT, esse processo não foi propriamente estancado, pelo contrário. O

mercado sempre esteve protegido e durante as administrações petistas avançaram ainda mais a desregulamentação trabalhista e a flexibilização das formas de vínculos de trabalho. Quanto à política econômico-financeira, quase nada mudou com respeito aos governos do PSDB. Como eu já apontei antes, com o PT mudaram algumas políticas públicas e se fizeram concessões a um aumento da quantidade de servidores públicos e reponsabilidades do estado em áreas como educação, saúde, assistência social e mesmo policial e militar, mas tudo isso sem modificar essencialmente o sentido do plano real e da política econômica nele traçada.

No entanto, os agentes do mercado apoiaram em peso o golpe de 2016. Por quê? Se o PT vinha se comportando bastante conforme à cartilha neoliberal na área da gestão econômico-financeira, por que arriscar um golpe para derrubar o governo? É que o golpe não teve só esse pessoal como agente-chave. Aliás, me parece que as motivações propriamente políticas e ideológicas foram mais importantes para o golpe em si do que o chamado mercado. Jucá falava do golpe “com o Supremo, com tudo”. Porém, quando o processo de derrubada se instalou e tendo em vista o descontentamento de muitos com a condução pontual por parte do governo Rousseff dos efeitos da crise mundial no Brasil desde 2014, empresários, especuladores, mídia empresarial, todos aqueles que já haviam apoiado Aécio Neves como candidato em 2014 pularam para dentro do barco golpista. Era uma oportunidade para avançar ainda mais sobre o que restava de estado como amparo e serviço públicos, bem como sobre o desmonte final da regulamentação trabalhista com o pretendido fim da justiça do trabalho, a desobrigação sindical, a terceirização do trabalho em todas as instâncias, sua plena “uberização” (EL PAÍS-BRASIL, 29/05/2019), inclusive na eventual dimensão política “de direita” que isso comporta, como no caso justamente do motorista de aplicativo que é o paradigma do “obsoleto de direita integrado [...] capaz de celebrar e admirar a força destrutiva do capitalismo atualista, ser uma de suas vítimas e, ao mesmo tempo, sobreviver funcionalmente em suas fronteiras” (PEREIRA & ARAÚJO, 2019). No que pôde o governo

golpista de Michel Temer cumpriu com esses objetivos, tendo procurado também avançar na questão do desmonte da Previdência pública, mas aqui esbarrando em uma série de complicadores políticos que o impediram de ter sucesso.

Onde Paulo Guedes entra nisso tudo?



24.

Desde a minha graduação em história nos anos 1980 que me interessei por questões políticas. De início comecei a pesquisar e estudar a Grécia antiga, muito por influência da minha querida professora e orientadora no curso de história da UFRGS: Loiva Otero Félix. Loiva é daquelas pessoas-chave na vida da gente. Eu tive a sorte e a honra de trabalhar com ela na década de 1980 enquanto me graduava. Mais adiante, na década de 1990, quando passei a estudar a Primeira República no Rio Grande do Sul na pós-graduação em Ciência Política, tive o privilégio de conhecer e ser orientado por outro professor extraordinário, Odaci Luiz Coradini, um verdadeiro guru no melhor sentido acadêmico da palavra, sentido radicalmente oposto ao do “guru” picareta de internet Olavo de Carvalho. Loiva é grande especialista, pesquisadora e conhecedora das coisas do Rio Grande do Sul da época do castilhismo e do borgismo, sua tese de doutorado é um marco nas pesquisas em história política do período. Incentivadora, impulsionadora, amiga, expansiva, agitada, emotiva, ela é um exemplo do que a universidade pública pode produzir de melhor. Coradini tem um estilo mais ermitão, na dele. Sem desmerecer outros, é o maior erudito e pesquisador em ciências humanas que conheço. É brilhante, sem parecer ou pavonear-se. Seus orientandos não podem esperar mãozinha na cabeça e condescendência, mas sim rigor, o exemplo e algumas boas risadas nas conversas no café. Faço esse desvio porque se estou aqui hoje e se este livro pode vir a ser é por causa da Loiva e do Coradini. Mesmo agora, com 54 anos de idade em 2019, continuo dizendo que quero ser um deles, na verdade uma mistura

dos dois, quando crescer.

Mas a história social da política, como costume definir minha perspectiva teórica de análise, me interessou desde muito cedo e eu acabei descrevendo uma linha de enfoques nas minhas pesquisas e atuação docente que foram me aproximando do chamado tempo presente. Comecei pela Grécia antiga, passei pelo Brasil e o Rio Grande do Sul dos séculos XIX e XX, até chegar nas preocupações atuais sobre o papel da mídia empresarial no país desde a abertura democrática da década de 1980. Mas há um fio condutor nisso tudo: sempre me interessei pelas questões que envolvem a análise das disputas de poder entre agentes e grupos políticos e as visões de mundo correspondentes em relação com os agentes e as divisões sociais, seja na Atenas do século V a.C., seja no Brasil de 2013, por exemplo.

Assim, fui com o tempo me acercando daquilo que muitos chamam de história do tempo presente, a HTP. Como só mais recentemente os temas do presente foram aceitos amplamente na disciplina como objetos lícitos às perspectivas e pesquisas de historiadores – o que comporta, ao meu ver, uma estéril disputa sob o ponto de vista do conhecimento, mas muito séria sob o ponto de vista das lutas internas ao mundo dos historiadores por prestígio, posições e verbas –, algumas preocupações metodológicas se abrem.

Não há muito tempo atrás, se algum estudante se propusesse a pesquisar a internet, o governo Fernando Henrique Cardoso ou o governo Lula, o impacto das mídias digitais e das redes sociais nas disputas políticas, ele seria encorajado a mudar de curso e ir bater na porta dos nossos colegas das ciências sociais. Não eram aceitos como história ou como temas da alçada dos historiadores os problemas de pesquisa sobre períodos mais recentes. De onde toda uma batalha que na França terminou por consagrar o *Institut d'Histoire du Temps Présent*, legitimando academicamente a possível intromissão dos historiadores no campo dos colegas sociólogos, antropólogos e cientistas políticos. Felizmente, esse não é mais um problema hoje e a história do tempo presente conquistou sua cidadania entre os historiadores. Como bem

lembrou Marieta Ferreira, o processo de sua aceitação implicou igualmente em uma redefinição da história tal qual praticada entre os seus profissionais (FERREIRA, 2002).

Porém, como eu esbocei acima, em função do tempo presente no qual já se consolidou a aceitação da intromissão do historiador nele mesmo, alguns desafios metodológicos se abrem. Quando eu estudava a Grécia antiga, o maior problema era a falta de fontes. Tirando uma ou outra inscrição que eventualmente arqueólogos desencavavam em algum novo sítio de exploração, o repertório documental sobre o período está mais do que consolidado e definido. A não ser que alguém encontre uma cópia do perdido livro segundo da "Poética" de Aristóteles emparedado em algum monastério medieval, bom lembrar Umberto Eco e seu magnífico "O nome da rosa", pouco ou nada vai mudar em termos de documentação com a qual podemos contar para escrever história daqueles tempos e mundos. Quanto ao tempo presente, o problema é o inverso. Além da documentação abundante, o próprio historiador, como faz o sociólogo, pode criar suas próprias fontes, realizando entrevistas ou colhendo dados em questionários, por exemplo, ou, como faz o antropólogo, realizar uma observação participante, uma etnografia articulada ao seu problema de pesquisa. Acostumados historicamente a lidar com gente morta, o historiador do tempo presente se aproxima de Tucídides ao ser ao mesmo tempo aquele que conta e aquele que testemunha. Mas isso, como no caso das ciências sociais, ao contrário de dificultar ou impossibilitar a objetividade, se a pesquisa é bem sustentada teórica e metodologicamente, vem a facilitá-la, pois as possibilidades de obter as evidências comprobatórias que respondam e correspondam aos problemas propostos são muito maiores. Por outro lado, o historiador imerso no tempo do seu objeto e dele participante, como eu já tentei demonstrar em outro trabalho, deve ganhar uma espécie de fiança como observador-agente que pode produzir uma contribuição tanto heurística como também documental. O historiador-testemunha, como Tucídides, deve ganhar o mesmo crédito que tem o etnógrafo, que em seus diários de

campo anota a vida dos grupos sociais que estuda. Mesmo que o historiador seja ele próprio um dos índios, como o economista, o sociólogo, ou o biólogo, isto não o impede de também fazer ciência sobre sua própria tribo (GRIJÓ, 2014).

Como observador necessariamente participante e a ilusão da objetividade como neutralidade já tendo sido há muito superada – historiadores mais antigos debatiam sobre quando terminaria o presente e começaria a história, ou melhor, o reino dos historiadores: uma geração, 50 anos, 25 anos? –, o que garante a excelência do trabalho do cientista social como o do historiador é o rigor teórico-conceitual, o acerto dos problemas, as virtudes dos métodos e os resultados que ao final passam pelo crivo dos pares. Produzir história, por mais que a tentação carismática se coloque, é sempre um trabalho coletivo. O historiador sentado no arquivo ou na frente do computador nunca está só. Pode até estar sozinho, mas nunca só, pois nele estarão introjetados os princípios de sua formação e as marcas de todos os seus interlocutores, sejam os do passado mais remoto que se deixam entrever pelos documentos, seja os contemporâneos do convívio social e bibliográfico. Eu me sinto efetivamente muito próximo de Pierre Bourdieu sem nunca ter com ele trocado palavra. Aquele historiador que se acha único, que se considera a última bolacha do pacote, que crê dever unicamente a si e seu gênio os resultados de seu trabalho não passa de um idiota no sentido grego de “rei da cocada preta”, mais tecnicamente, aquele que é singular, específico, especial. Tem muitos assim, mas, felizmente e cada vez mais, estão fora da academia, embora nela eles também vicejem.

•

25.

O desmonte do sistema previdenciário público, ao contrário do que quer o rapaz de Chicago Paulo Guedes, não tem nada a ver com a busca de maior eficiência para o setor. Como está bem demonstrado, o chamado “rombo da Previ-

dência” é produto principalmente da larga e impune sonegação por parte dos grandes empresários e empregadores. Eles não recolhem as contribuições previdenciárias e se apropriam dos recursos para seu próprio benefício, deixando de alimentar o sistema que acaba deficitário (RÁDIO SENADO, 11/10/2018; PROGRAMA FAIXA LIVRE, 07/05/2019; SUL 21, 10/06/2019). Mas o que Guedes e o mercado querem fazer com a Previdência? No fim das contas e resumindo, a ideia é atirar a possibilidade de que os assalariados possam usufruir de um período de descanso remunerado ao final de suas vidas ativas ao deus mercado. O objetivo final é privatizar todo o sistema previdenciário (IHU, 21/05/2019). Sim, é isso mesmo, o sistema tem um déficit gerado por ser boicotado pelos grandes sonegadores que são os mais ricos e poderosos empresários e empresas do país, o que inclui as instituições do mercado financeiro e bancário, todos de privadas iniciativas. Como resolver o problema? Cobrar as dívidas? Responsabilizar os sonegadores safados? Processá-los? Evidentemente que não, sob o ponto de vista do guri de Chicago e dos grandes rentistas que tomam conta do mercado financeiro do país, a solução é entregar o sistema para eles próprios administrarem, é privatizar. O trabalhador que agora já nem conta mais com a possibilidade de carteira assinada, cujos contratos de trabalho passarão a valer mais em reclamações trabalhistas do que as leis, sendo que um passo a seguir pode ser a extinção da justiça do trabalho, de modo que o empregado terá de buscar seus direitos na justiça comum brasileira que é uma verdadeira máquina de produzir e reproduzir injustiças e seletividades, vai ter que arcar praticamente sozinho com todo o peso de sua possibilidade de aposentadoria comprando títulos de capitalização oferecidos no mercado pelas grandes instituições financeiras repletas dos sonegadores que quebraram o sistema público. Simplesmente o cidadão comum não vai se aposentar, morrerá trabalhando. Paulo Guedes é realmente um estadista, preocupado com o futuro do Brasil e dos brasileiros sob o ponto de vista do mercado. Se sua reforma da Previdência for aprovada tal qual está projetada, será um dos maiores crimes contra a população trabalhadora brasi-

leira já cometidos em toda a sua história, gerando daqui a pouco tempo um enorme contingente de pessoas com idades avançadas sem segurança de e no emprego e sem uma renda mínima para se sustentar. Voltaremos céleres ao período do pré-guerra, não a de 1939, a de 1914.



26.

O governo já está liberando os recursos das emendas parlamentares, loteando os cargos em comissão que controla, distribuindo prebendas gordotas aos congressistas, isso sem contar possíveis recursos por debaixo dos tapetes, para comprar a aprovação da reforma previdenciária. A Câmara, por sua vez, tem proposto algumas alterações no texto. Quando este livro sair é provável que o assunto já tenha um desfecho. Ao que tudo indica, será mais uma esmagadora e vergonhosa vitória dos riquíssimos sobre o resto de nós, outros, assalariados. No momento em que faço a revisão do texto para entregar os originais à editora, ontem, dia 10 de julho de 2019, o projeto de reforma foi aprovado pelos deputados na Câmara em primeiro turno. O trator segue.



27.

Paulo Guedes, não obstante, não deve parar por aí. Como um verdadeiro posto Ipiranga, é cheio de recursos e truques para fazer avançar os seus interesses e os do grupo que representa: os rentistas do mercado financeiro. Preocupa e muito o destino que ele e seu governo darão para a educação pública no país. Guedes ficou rico com o jogo no mercado financeiro e mais recentemente atuando como impulsionador de fundos de financiamento e participação em empresas de comércio educacional.

Em um livro de coletânea de artigos, alguns deles fartamente documentados e com muitos dados e análises interessantes (MARINGONI, 2017), fica demonstrado como nos

aproximadamente últimos 20 anos as universidades, centros de ensino e faculdades privadas de ensino superior foram sendo tomadas por grupos de investimento e empresas, inclusive estrangeiras, sendo sustentadas em última instância pelo próprio estado brasileiro por meio de programas de concessões de créditos aos estudantes e isenções fiscais. O processo se inicia no governo Fernando Henrique Cardoso, quando mudanças na legislação permitiram que as instituições pudessem se transformar em empresas visando lucros que poderiam ser apropriados pelos mantenedores e, depois, segue lépido nos governos do PT, quando se incentivou largamente o crédito educativo por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O projeto inicial [do Fies] era positivo. O governo deveria estabelecer o preço da vaga e não a instituição privada. Isso não aconteceu. O Estado passou a comprar vaga pelo preço de vitrine, sem negociar valor mais baixo. Adquiriu vagas no atacado pelo preço unitário, garantindo não haver inadimplência. É um verdadeiro capitalismo sem risco, com cliente cativo, inadimplência zero e com o setor privado impondo preços. É difícil avaliar que o formulador e o gestor de tal programa sejam ingênuos. Foram venais! Se fosse um programa emergencial, seria compreensível. As faculdades passaram a oferecer o Fies não apenas para os carentes, mas para os alunos pagantes. Tornou-se um ótimo negócio (NAPOLITANO, 2017, p. 22).

Como resultado da Constituição de 1988, de regulamentações posteriores e de programas de crédito e incentivo dos governos, portanto, a educação se transformou em um grande e lucrativo negócio, especialmente, em um primeiro momento, o ensino universitário e a produção de material didático. Daí para diante tem ocorrido o avanço constante de um punhado de megagrupos empresariais sobre o setor, expandindo-se por aquisições de grupos menores ou abrindo novas unidades próprias. Esses grupos costumam investir na educação à distância e priorizam o oferecimento de cursos tendo em conta exclusivamente a demanda de

mercado. Abarrotam as salas de aula com alunos, apostam em um corpo docente jovem, pouco titulado, mais barato e disposto a aceitar condições mais precárias de trabalho, e concentram os recursos quase que exclusivamente no ensino, desprezando completamente a pesquisa acadêmica por seu alto custo e eventual retorno econômico só a longo prazo, bem como as ações de extensão universitária. Quando atuam na pós-graduação é em cursos profissionais e muitos deles à distância. Diversificam, também, adquirindo editoras de material didático e mais recentemente avançando sobre o ensino básico, como no caso do maior desses grupos, a Kroton Educacional. A partir de 2007, as empresas abriram o capital na bolsa de valores, sendo que em inícios de 2018 nela estavam a Kroton, Ser Educacional, Ânima e Estácio de Sá. Segundo Allan Kenji, que estudou o caso, a:

Kroton já era gigante. Ela tem o dobro do tamanho de qualquer outro grupo. Em termos de ativos financeiros, a Kroton é o maior grupo educacional do mundo. Na educação superior são 877 mil matrículas, mas esse dado é de 2016. Praticamente o dobro da Estácio de Sá, por exemplo, que tem 436,3 mil. A terceira é a Unip, que tem 403 mil matrículas, num universo de 6 milhões de matrículas no setor privado (KENJI, 2018).

Para se ter uma ideia da força desses grupos, recentemente compraram dois centros universitários em Porto Alegre e continuam se expandindo. A Laureate International comprou a Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) e o centro Ritter dos Reis. Tudo é agora UNIRITTER - Laureate International Universities.

Por trás dessas empresas estão os grandes fundos de investimento que muitas vezes têm cotas em mais de uma delas ao mesmo tempo. O quadro é complexo, mas aponta para um avanço desses grupos também sobre o ensino básico público, conforme Kenji:

nunca experimentamos um inimigo com uma força social tão concentrada como esse. Uma coisa era a gente enfrentar donos de instituição privadas as-

sociados por meio de suas entidades federativas brigando contra a educação pública. Outra coisa é você pegar uma instituição que domina 300 multinacionais. E que tem a capacidade de determinar o ritmo da economia. Ainda por cima, o que eu tenho identificado na minha pesquisa, é que esses fundos sequer são donos de só uma instituição. O [fundo de investimento] Oppenheimer era dono ao mesmo tempo da Estácio e da Kroton. O Black Rock era dono da Estácio, da Laureate e da Kroton (KENJL, 2018).

Mesmo no caso do Rio Grande do Sul, onde muitas das instituições de ensino superior privadas são confessionais, católicas em sua maioria, ou fundações comunitárias, os efeitos do avanço dos megagrupos já estão sendo evidentes. A Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) têm 50 anos ou mais de atuação e são confessionais católicas, jesuíta e marista, respectivamente. Ambas cresceram e se consolidaram tendo como modelo as universidades públicas, inclusive absorvendo parcelas importantes de filhos das classes mais abastadas que não ingressavam em uma instituição federal por motivos os mais diversos, começando por não conseguirem passar pelo crivo de uma seleção estritamente técnico-meritocrática como o vestibular. Suas estruturas se assemelhavam muito com a da UFRGS, com as faculdades, departamentos, cursos de pós-graduação, laboratórios e centros de pesquisa. Recentemente, ambas estão passando por um enxugamento de seus quadros docentes. Os mantenedores têm dispensado os professores mais velhos, titulados e com anos de casa e contratado professores mais jovens e mais baratos. Do mesmo modo, elas têm modificado suas estruturas administrativas, concentrando departamentos e cursos, criando cursos caça-níqueis e alugando seus espaços para atividades comerciais e serviços de outras empresas. Cada vez mais parece que o modelo da universidade pública, que segue a diretriz da integração necessária entre ensino, pesquisa e extensão e que caracterizou durante muito tempo essas instituições, mas que é um

modelo que custa caro, está sendo substituído. UNISINOS e PUCRS dificilmente poderiam se jogar no mercado com a mesma desenvoltura da Kroton ou da Estácio de Sá por sua vinculação com a igreja católica, sendo que o ingresso agressivo da Laureate no Estado pode ter acendido alguma luz de alerta. Ambas estão tentando se adaptar a um ambiente de competição por alunos respeitando uma lógica estritamente de mercado, quer dizer, que sopesa custos e benefícios, à qual não estavam tão acostumadas ou adaptadas. A UNISINOS e mesmo a PUC durante anos mantinham laboratórios de pesquisa deficitários economicamente, ocupando espaços nobres em suas estruturas por terem uma longa história ou serem dirigidos por padres ou irmãos das respectivas ordens mantenedoras. Isso está em extinção.

No país como um todo está se intensificando, com o beneplácito do estado, a tendência à privatização e à mercantilização do ensino, em todos os seus níveis.



28.

Agora entra Paulo Guedes, e com tudo, pronto para o que der e vier. Dois excelentes artigos – “Planos para a educação devem enfraquecer professores e beneficiar Guedes” (EXAME, 16/12/2018) e “Novo ministro da Educação terá de gerenciar interesses econômicos de colegas de equipe na sua pasta, incluindo lucros com o escola sem partido” (THE INTERCEPT-BRASIL, 23/11/2018) – apontam que a atuação do ministro da Economia, com todo o seu saber resgatável em postos de combustíveis, segundo seu chefe imediato, na hipótese mais amena, pode apresentar alguns conflitos de interesse com respeito a qualquer ação de sua pasta e do seu governo sobre a educação.

O primeiro artigo revela as ligações estreitas de Guedes com a formação e administração dos fundos de investimentos que aplicam polpudos recursos em empresas de educação. Os valores são da ordem de bilhões de reais, em cima dos quais ele próprio lucrava como presidente da companhia gestora. Era também conselheiro de empresa de

educação que recebia os fundos por ele captados. O artigo da Exame aponta ainda que essas informações são resultado de investigações do Ministério Público Federal (MPF) na operação *Greengeld*, que investiga e já encontrou indícios de algumas irregularidades no gerenciamento de fundos de pensões. Guedes poderia estar envolvido nelas. Mas isso não vem ao caso aqui, não sou juiz, policial ou promotor. O que importa é que o chamado superministro de Bolsonaro é alguém diretamente interessado na privatização do ensino, tendo sido, aliás, um dos principais agentes da transformação das universidades particulares em empresas com ações na bolsa e o serviço básico que ofereciam, o ensino, em mercadoria pura e simples. Além disso, sua irmã, Elizabeth Guedes, é vice-presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP).

A matéria do *The Intercept-Brasil*, por sua vez, lembra das propostas – que na verdade não são exatamente propostas, mas indícios e declarações de intenções levantados nas manifestações de Bolsonaro e seus apoiadores – de cortes de recursos para as universidades federais, com a possibilidade de que se abra a cobrança pelas matrículas dos alunos e a distribuição de *vouchers* para aqueles que não têm condições econômicas de pagar. Outra via é a do incentivo ao ensino à distância na esteira da valorização do ensino privado empresarial. O tal “escola sem partido”, movimento difuso de perseguição ideológica e vigilância moral nas escolas, era um desses apoiadores e, no caso da privatização, teria mais possibilidade de ver contempladas suas propostas de modificação dos currículos e conteúdos e com isso levando à necessidade da confecção de novos materiais didáticos para o gáudio e lucro das empresas editoras contempladas, seus donos e dos autores invertebrados desse tipo de material. O próprio Bolsonaro teria dito que o ensino à distância seria uma forma de enfrentar o marxismo nas escolas.

Um dos principais beneficiados com o projeto é o seu guru da Economia, Paulo Guedes. Nos últimos anos, o Posto Ipiranga do novo presidente teve como foco de investimento justamente o setor de

educação particular, que agora deve florescer. Os negócios em educação de Guedes podem lucrar em duas frentes: com o reforço da educação privada e com as mudanças que podem ocorrer nos próximos anos com o Escola Sem Partido. Na Bozano Investimentos, ele investiu em grupos de escolas, universidades e editoras de livros escolares, prevendo que o ensino particular iria trazer maior retorno. As empresas que fazem parte da cartela da Bozano reúnem, hoje, centenas de milhares de estudantes. O bom desempenho garantiu retorno financeiro a Bozano (e, por consequência, a Guedes) (THE INTERCEPT-BRASIL, 23/11/2018).

Tanto quanto na área previdenciária, o suposto remédio para o déficit causado pelas inadimplências do setor privado seria, ao invés de cobrar dos devedores, entregar para eles próprios a administração do sistema. O projeto que norteia a ação do atual governo para a área da educação é resolver os seus eventuais problemas entregando aos fundos abutres, os fundos de investimento que estão por trás das empresas e fundações privadas de educação, o grosso do sistema. Nada melhor do que o lobo para cuidar do rebanho, esta é a lógica, mesmo que já esteja mais do que provado e comprovado que o que há de melhor em termos institucionais na área da educação no Brasil vem do ensino público de qualidade.

No ensino superior a excelência da formação, da pesquisa e da extensão realizada nas universidades federais não tem paralelo com o que é feito no ensino privado. No ensino básico, mesmo que algumas escolas particulares de elite ocupem posições importantes, a experiência aprofundada nos governos do PT de valorização e incentivo aos institutos federais e colégios de aplicação mostram que escolas públicas com estruturas compatíveis e valorização profissional dos seus professores têm resultados no mínimo comparáveis aos das escolas privadas. Os “institutos federais registraram média 564,93 no Exame Nacional do Ensino Médio de 2016, [...] apenas 3% abaixo da rede privada (580,93)” (FSP, 14/01/2018). A recusa em levar em conta o teste de realidade em nome da ideologia neoliberal vai acabar destruindo o ensino público e pondo em seu lugar uma máquina de produzir mão de obra barata e

muito lucro para os rentistas, como os clientes de Guedes e o próprio “superministro”.

A esse respeito o atual mandatário Bolsonaro declarou que no Brasil poucas universidades fazem pesquisa e, dentre as que fazem, estariam as controladas pela iniciativa privada. A afirmação não é somente estúpida, é totalmente mentirosa e descabida. Como aponta um artigo publicado pela Folha de São Paulo:

O Brasil está entre os 15 países com a maior quantidade de estudos científicos publicados no mundo. Para se ter uma ideia, cientistas brasileiros lançaram cerca de 200 novos artigos acadêmicos diariamente em 2017. A maioria desses trabalhos está em instituições públicas. USP, Unesp e Unicamp produzem, sozinhas, um terço de toda a ciência feita nas 198 universidades do país. Essas instituições lideram um grupo de universidades brasileiras intensas em pesquisa, que também conta com federais como UFRJ, UFMG e UFRGS. Nenhuma delas é privada (FSP, 23/04/2019).

É de conhecimento amplo e incontestável entre aqueles que têm familiaridade mínima a respeito das condições da pesquisa científica no Brasil, são as universidades públicas os lugares por excelência de sua produção. De um motorista de aplicativo seria perdoável tal ignorância, ele não tem obrigação de conhecer dados que, inclusive, lhes são sonogados pela mídia dominante, mas do presidente da República, que tem à sua disposições todas as informações a respeito dessa e de outras tantas questões, repleto de assessores e funcionários com ampla *expertise*, uma declaração do tipo só pode ser movida por ressentimento e desprezo, ideologia, ou astúcia tática que visa apenas criar as condições propícias para atacar de frente as universidades públicas. A última opção me parece a mais plausível, assessorada de perto pela primeira.

•

Quando comecei a escrever este ensaio pensava em mesclar as análises e os comentários com memórias e impressões seguindo uma certa cronologia quanto aos momentos da escrita. Em fevereiro de 2019, ainda nas saudosas férias em Punta del Diablo, para lá de tranquilo curtindo o mar, o clima ameno, os peixes e mariscos bem preparados, os assados de tira na *parrilla* e uma que outra Zillertal geladinha, eu acompanhava o ritmo dos acontecimentos no Brasil pelos periódicos e sítios da internet e com esse material tentava costurar a narrativa. Por outra, tentava dar um ar de diário para o texto que, pensava eu, fluiria de acordo com essa lógica. Mas não dá para fazer isso. Ao mesmo tempo em que, por exemplo, acabei de descrever e analisar as questões da educação focando em parte na figura do ministro Vélez Rodríguez, em meados de março, já se especulava que o mesmo estaria em risco de ser demitido por não conseguir dar conta dos conflitos internos ao ministério. Esses estariam opondo internamente uma “ala olavista”, dos discípulos de Olavo de Carvalho indicados para lá aturarem, e uma “ala militar”, de oficiais militares, também indicados pelo novo governo, e técnicos do quadro estável. No mês seguinte Rodríguez de fato caiu e Weintraub o sucedeu. Ou seja, pode parecer que se esteja dando importância demasiada para uma personagem qualquer e, no momento seguinte, ela seja afastada e retorne para a mediocridade de onde emergiu, deixando de ter felizmente qualquer importância na ordem das coisas. Em começos de junho de 2019, absolutamente ninguém mais fala de Ricardo Vélez Rodríguez. Porém, é justamente isso o que não importa tanto, quer dizer, a fixação nas e a hipervalorização das personagens individualmente tomadas.

Norbert Elias mostra que é escusado procurar por um sentido metafísico para as dinâmicas sociais, para a história. Os sentidos são na verdade contingentes, dados pelos resultados das interações sociais entre os agentes, os grupos, as classes. Eles operam em disputa e conjunção uns com os outros levando a resultados não previstos ou desejados por nenhum deles individualmente tomado. O que não significa

que não se possa identificar um sentido geral na mudança ou na dinâmica histórica, mas esse é apreensível somente pela distinção dos seus resultados e pelas probabilidades lógicas inscritas nas interações em um determinado momento. Em qualquer configuração social as lutas por poder, prestígio, controle de recursos, sobrevivência, enfim, marcam a história cujo sentido só pode ser percebido pelo andar e pelos resultados dessas lutas. Não há um sentido transcendente, apenas uma sucessão de sentidos que se materializam como caminhos percorridos para lá ou para cá, para aqui ou acolá. Elias analisa o paradigmático caso da sociedade de corte, na qual o reforço do poder real, e sua representação objetivada e subjetivada em Versalhes como poder absoluto, foi o resultado histórico das lutas entre os agentes sociais coletivos e individuais que acabaram resultando em algo não previsto e nem desejado antes por nenhum deles individualmente tomado: rei e sua entourage, estratos da burguesia e da nobreza, pressões de servos e assalariados, necessidades de guerra e relações com outros potentados, unificação de mercados, e assim por diante (ELIAS, 1994; 1995).

Quando este livro for publicado ou lido, pode ser que Olavo de Carvalho, ele já tem declarado descontentamento com muitos membros e ações do governo do qual é tido como inspirador, tenha virado o cocho e se transformado em um crítico feroz de Bolsonaro e sua trupe, ou mesmo que, como muitos aventam, em pouco tempo o próprio Bolsonaro seja derrubado por um impeachment ou um golpe militar devido às prováveis ligações dele e de seus filhos com grupos paramilitares de milicianos no Rio de Janeiro, ou um outro motivo ou desculpa qualquer e, de novo, chegue ao controle do país um general, o vice-presidente Hamilton Mourão.

Mas isso não importa tanto para as análises e possibilidades interpretativas, algumas delas intentadas aqui, que buscam capturar os momentos e movimentos de significação que o atual estágio das lutas sociais e políticas comportam ou revelam e que estão sim relacionados com movimentos mais amplos do que a simples existência de um sujeito

em um determinado lugar ou sua troca por outro. Não que não interesse ou não tenha implicações importantes se é Bolsonaro ou Mourão quem governa, mas há muito mais além deles e é isto que, no fundo, explica a existência atual de ambos nos lugares que agora ocupam ou que podem vir a ocupar. Afinal, rei morto, rei posto.



30.

Na elaboração de um texto mais longo como este, como já tentei apontar, é fatal que de tempos em tempos, durante o seu processo de costura, se façam retornos sobre ele mesmo. Esses retornos dificilmente são somente revisões, mas reconstruções constantes. Por isso, felizmente, a minha ideia inicial de seguir uma certa cronologia de diário acabou totalmente frustrada e a continuidade da escrita, nessa exata altura se dá em meados de março e, ao mesmo tempo, em julho de 2019, se insere já em outra temporalidade, outros ritmos, novos contextos. Antes de mais nada, Punta del Diablo e o amigável Uruguai ficaram para trás. Desde o início do mês de março estávamos em Porto Alegre. O retorno ao trabalho, às aulas que felizmente adoro, se impõem com suas exigências e compromissos. O tempo encurta, a disciplina tem que se impor, o autocontrole deve ser reajustado. Escrever não é mais um simples ato de entrega ao prazer, mas um esforço embutido em algum tempo possível distribuído em horas cada vez mais apertadas, espremidas entre uma aula e uma reunião, a correção de um trabalho e a leitura de uma dissertação para uma banca de avaliação. Talvez a escrita endureça e o escrito reflita as novas condições, mas é a necessidade e a possibilidade. Se algum dia este ensaio terminar é porque a disciplina acabou vencendo. Tudo tem um preço. Talvez a empreitada teria sido outra se as férias e o verão se estendessem ano adentro em Punta del Diablo.

Digo isso em parte para me justificar, para mim mesmo, creio, e em parte para me desculpar, talvez também por minha própria causa. Nas releituras de reconstrução do

texto fui acrescentando coisas e cortando outras. Uma não estavam ou estavam antes e, se, por um lado, qualificaram, esclareceram ou simplificaram um pouco certos pontos e questões, por outro, apagaram a espontaneidade do momento em que foram realizados como escrita. Mas é isso, todo escrever é uma reconstrução constante e sempre teremos aquela sensação, muito comum a quem escreve, de que, ao reler algo nosso já terminado e publicado, a vontade é mudar tudo de novo. O suposto fim de um texto, desde um trabalhinho para uma disciplina de graduação, passando pelo trabalho de conclusão de curso, artigos, capítulos, poemas, contos, romance, tese, lista de compras no supermercado, não existe, são percursos sempre por vencer para os quais não há verdadeiramente fim, apenas precários pontos finais, ou nem isso, reticências. A gente chega em casa com as compras e sempre se dá conta de que faltou alguma coisa, a mostarda, por exemplo.

•

31.

Pois não é que o jornalista Luís Nassif parece ter mesmo razão? Há muito que ele tem criticado a operação Lava Jato e sua sanha persecutória (GGN, 14/03/2019). Não só por suas flagrantes conexões no mundo dos partidos políticos, operando as injustas, seletivas e sem provas condenações de Lula, por exemplo, e influenciando em resultados eleitorais, mas também e especialmente por suas consequências econômicas e seu subterrâneo mais prosaico, pois seria um lucrativo negócio para todos que dela participam, desde o conjunto dos parentes e amigos advogados que defendem os acusados, passando pelos próprios promotores regidamente remunerados por palestras Brasil afora e pelo ex-juiz Sérgio Moro, agraciado com o cargo de ministro da Justiça e pretendente a uma cadeira no STF, o que teria sido acordado previamente com Jair Bolsonaro (G1, 12/05/2019). Acima comentei sobre a questão dos lucros financeiros que proporcionou para seus paladinos e que já existem muitos outros sinais que indicam que a operação esteja em rápido proces-

so de liquidação, mas Nassif também ressalta um outro malefício do conluio persecutório: o desmonte da Petrobras e da grande indústria da construção civil nacional.

Os acordos de cooperação estabelecidos pelos procuradores, juízes, policiais e advogados envolvidos na Lava Jato com o Departamento de Estado, com o Federal Bureau of Investigation (FBI) e com escritórios de advocacia norte-americanos, acabaram transformando a Petrobras, de vítima dos atos de corrupção, em ré por suposta conivência com os mesmos. A empresa brasileira acabou sendo indiciada na justiça dos Estados Unidos e forçada a acordos com o pagamento de multas e ressarcimentos bilionários para não ser processada naquele país, tendo seus ativos diminuído e a empresa perdido muito de seu valor de mercado. Foi ainda adicionalmente prejudicada pela abertura da exploração do petróleo do pré-sal a empresas estrangeiras, operada ainda sob o governo Temer.

No domingo, dia 17 de março de 2019, MBL, Vem Pra Rua e outros movimentos de direita convocaram manifestações em várias cidades do país em apoio à operação Lava Jato, a qual julgam estar sendo desmontada pelo STF, pois ele vetara a criação do fundo bilionário dos procuradores para sustentar sua instituição anticorrupção e decidira que os casos de corrupção e desvios de dinheiro vinculados a campanhas eleitorais deveriam ser julgados na justiça eleitoral e não na comum, retirando a competência para tal da vara federal de Curitiba, na qual se aninhava o ex-juiz Sérgio Moro. Se desde 2013, mas em especial em 2015 e 2016, as manifestações domingueiras convocadas pelo pessoal da direita recebia ampla divulgação e repercussão na grande mídia empresarial, inclusive com as transmissões ao vivo da Rede Globo, desta vez foram solenemente ignoradas. O portal G1 do Grupo Globo apenas as noticiou discretamente, apresentando dados sobre o número de participantes apresentados pela polícia ou pelos organizadores em algumas das cidades. Os cálculos de presença de público variaram de 800 para Belo Horizonte a cálculo nenhum para Porto Alegre e São Paulo (G1, 17/03/2019). Blogs e sítios alternativos

na internet mostravam fotos dos protestos em muitos locais nos quais se contavam pouquíssimos participantes. Seja pelos números inflados por organizadores e polícias, já acostumadas a fazê-lo quando os protestantes lhes são dóceis, seja pelas estimativas mais realistas que as fotos deixam transparecer, o movimento foi um fracasso.

Isso pode revelar duas coisas. Em primeiro lugar, o esgotamento que sofre a operação em seu quinto ano de existência. O governo atual, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, parlamentares, a mídia, enfim, quase ninguém têm ainda interesse nas façanhas da turma de Curitiba, já esvaziadas no governo Temer, brevemente ressuscitadas na campanha eleitoral para afastar Lula e derrotar o PT e agora recebendo uma pá de cal. Em segundo lugar, desmonta a tese defendida largamente pela imprensa e pelos organizadores das manifestações desde 2013 de que elas seriam espontâneas e voluntárias, urdidas nas redes sociais. Ao que parece, sem o concurso da mídia empresarial ou de grupos mais bem organizados para as incentivar massivamente, dando-lhes recursos, divulgação preparatória e ampla cobertura ao vivo quando ocorrem, as passeatas verde-amarelas têm tido uma adesão bem menos significativa. É inegável que, antes do afastamento de Dilma Rousseff, principalmente em São Paulo, elas tiveram grande afluxo e adesão. A questão é que o seu atual rotundo fracasso deixa transparecer que as suas supostas espontaneidades eram na verdade catapultadas por uma intensa propaganda realizada pelos principais meios, como os controlados pelos Grupos Folha e Globo, a revista *Veja* e o jornal *O Estado de São Paulo*, além de grupos de mídia provinciais como a Rede Brasil Sul (RBS), no Rio Grande do Sul. A grade mídia empresarial parece ter perdido o interesse pela Lava Jato e pelas manifestações de MBL, Vem Pra Rua e associados, nesse último caso, talvez apenas por enquanto.

No domingo, dia 26 de maio, outra manifestação foi prometida. Desta vez, não foram os tais “movimentos espontâneos”, mas o próprio governo federal quem as insuflou e organizou por meio dos partidos e grupos que o

apoiam, especialmente as igrejas neopentecostais. Tiveram alguma cobertura midiática, mas ainda assim não chegaram nem perto das dimensões que tiveram em 2015, por exemplo. De qualquer modo, essa convocatória de 26 de maio foi uma tentativa de resposta ao #15M, movimento de estudantes e professores de todos os níveis de ensino no país contra a política do governo Bolsonaro de cortes de verbas para o setor. Pela primeira vez desde junho de 2013, antes da cooptação midiática dos protestos, fora o período eleitoral como #EleNão, a esquerda retomava o protagonismo nas ruas. As marchas foram muito fortes, significativas e distribuídas por várias cidades do país, não só em capitais e cidades maiores, ultrapassando em muito as dimensões das manifestações dominicais do governo. O próprio MBL ficou na defensiva, bem como sítios na internet há muito críticos da esquerda, como O Antagonista (IHU, 17/05/2019).



32.

Em algumas passagens acima eu referi que uma parte importante do discurso associado à nova velha direita que tomou o poder no Brasil em 2019 tem forte inspiração fascista e que faz um bom tempo que passou a ganhar visibilidade pública e acolhida nos meios estabelecidos, ao contrário do que antes acontecia. Também salientei que há bandas fascistas enquistadas nos ministérios públicos, polícias, forças armadas e justiça. No entanto, em nenhum momento quis dizer ou dar a entender que o governo Bolsonaro é um governo fascista. Vai uma distância. Quando meu amigo e colega Temístocles leu os primeiros originais deste livro, me indagou se não seria necessário aprofundar melhor essa questão do fascismo no contexto do mundo atual e lembrou dos esforços que uma colega nossa e mútua amiga tem feito, se debruçando sobre os autores acadêmicos e as discussões mais recentes a respeito. Concordo totalmente. Como no caso dos usos do termo populismo que desenvolvo adiante, o fascismo tem sido aplicado com uma rapidez enorme para

rotular esta ou aquela posição política no calor das disputas. Ao mesmo tempo, sublinho minha incompetência atual para fazer esse aprofundamento necessário. Para os efeitos da argumentação desenvolvida aqui, ela poderia ser melhor definida como relacionada a “elementos de fascismo”, e não com um aprofundamento do conceito e seu uso. Ou seja, no momento estou mais preocupado com a luta política e os seus termos, pelo que me parece ser suficiente por ora desenvolver o tema a partir do artigo do jornalista português Jorge Almeida Fernandes (FERNANDES, 2019).

Não obstante a constatação de que as democracias liberais sofrem hoje em dia um sério risco, para Fernandes o que está ocorrendo não é uma espécie de retorno ou uma volta aos anos 1920 e 1930, quando o nazifascismo floresceu na Europa. Então, as instituições teriam sido desmanteladas desde uma espécie de consenso entre elites e massas de que a democracia não valia muita coisa. A submissão das massas ao estado e sua militarização acabaram levando ao ciclo das duas grandes guerras e elas seriam expressões de uma espécie de guerra civil europeia cujo resultado foi o embrutecimento das sociedades, perda de valores e disseminação da violência. A política entraria na vida das pessoas pela guerra e a Europa atual edificou-se desde e contra essa experiência devastadora consolidando, durante os últimos 70 anos de paz interna, o estado de direito e a democracia.

Ainda segundo Fernandes, as comparações entre aquele momento e o atual são bastante impróprias. O contexto dos inícios do século XX que originou o horror subsequente era qualitativamente muito diverso do atual, de modo que comparar as décadas iniciais do século XXI com suas congêneres do século passado não se sustenta.

As pessoas comuns com memória dos anos 30 talvez se preocupam mais com a ordem internacional e com a rapidez com que as coisas podem degenerar durante uma crise inesperada. As elites europeias e, agora, as americanas pensam nos nacionalismos, nos populismos e na degradação da democracia. Mas estes sinais já não remetem para o passado. O Movimento 5 Estrelas ou o Gilets Jaunes, que con-

testam a democracia representativa e começam a ser um modelo, a que época pertencem? Orbán não é o almirante Horthy (1868 –1957), o ditador húngaro de entre as duas guerras, nem Salvini é Mussolini. E com quem comparar Trump? (FERNANDES, 2019).

Concordo com Fernandes nesse ponto. As comparações históricas com objetivo de não se repetir os erros do passado são muito temerárias em si mesmas e na própria proposição dos seus motivos. Nem vou me estender nisso, até porque o material histórico pode ser apropriado das mais diferentes maneiras de acordo com os interesses atuais do freguês, pelo que a história só faz mesmo sentido como apropriação presente desde os mais diferentes lugares possíveis para os quais isso desperte algum interesse, seja o interesse politicamente desinteressado da academia, seja o interesse politicamente focado dos agentes sociais disputando poder. Daí que a admoestação de Fernandes é bastante válida e de onde também meu cuidado em não rotular o governo Bolsonaro de fascista *tout court*.

Porém, quando certos posicionamentos flertam com certas linguagens, sejam elas quais forem, não vejo nenhum problema em apontar as proximidades. Assim, se o governante de plantão se declara a favor da tortura e do assassinato de adversários políticos, se ele se apresenta como racista e segregacionista, se ele é um militarista armamentista convicto, isso não transforma o regime em um regime fascista, mas aproxima o governante em questão de seu ideário e de muitas de suas práticas. Distinguir nisso uma inspiração ou uma influência não é comparar as situações históricas efetivamente separadas por um abismo importante, mas nomear o bicho que tem rabo de rato, pelo de rato, focinho de rato, bigode de rato, patinhas de rato, de rato. E assim também para aqueles que servem o governo ou o apoiam e que se identificam explicitamente não só com um discurso de inspiração fascista, mas como continuadores do fascismo tupiniquim, como no caso do integralismo, o qual não se extinguiu com o fim da II Guerra, pelo contrário, se metamorfoseou para alguns de seus membros da caserna, do

judiciário, do ministério público, do patronato, da propriedade rural em tomadas de posição conservadoras e, mesmo, em um partido político, o Partido de Representação Popular (PRP). Em 1964 aderiram ao golpismo ou foram dele agentes. Esses são fascistas de fato, junto com os bandos difusos de cultuadores de símbolos e ideários nazistas e supremacistas que têm raízes na imitação do modelo de grupos similares europeus e norte-americanos.

Em uma recente viagem à Alemanha, eu e Simone passeávamos em um belo domingo de sol pelas ruas do Altstadt, zona central da cidade de Dresden, totalmente reconstruída depois da devastação sofrida na II Guerra, logo depois da reunificação em 1990 – um cidadão local com quem conversamos referiu-se com desprezo à região como Disneylândia. Descendo para alcançar uma das pontes sobre o rio Elba, que corta a cidade, nos deparamos com uma estranha procissão, ou carreata, como costumamos chamar aqui no Brasil. Eram muitos carros, um atrás do outro, carregando pessoas vestidas com roupas coloridas, agitando panos também coloridos, buzinando. Mais perto começamos a distinguir as coisas. Eram carros do tipo *vintage*, antigos, mas carros norte-americanos em sua maioria, caminhonetes, rabos de peixe, enfim, “carrões” ou “banheirões”, alguns deles tunados, que dificilmente se veem nas ruas das cidades europeias. E os símbolos que carregavam acabaram por entregar a natureza da parada: bandeiras e pinturas sulistas, sim, do sul escravista pré-guerra civil dos Estados Unidos. A bandeira confederada se destacava. Logo a ficha caiu. Eram nada mais nada menos do que neonazistas disfarçados, pois na Alemanha a ostentação pública de comportamentos ou símbolos nazistas é proibido e passível de pesadas sanções.

Lembro também de uma história que não sei se é verdadeira, mas é ilustrativa, que o pessoal contava lá pelos anos 1980. Um grupo de “carecas” neonazista de São Paulo teria mandado uma carta, na época se mandavam cartas, a um grupo congênere da Alemanha ou dos Estados Unidos se declarando admirador de Hitler e sua obra. Receberam de volta uma lacônica resposta que dizia mais ou mesmo que

além de serem contra judeus, negros e ciganos, latino-americanos eram para eles escória semelhante, sendo assim, que fossem procurar outra turma.

Recusando, portanto, a ideia de que o tempo do fascismo poderia se reproduzir no mundo de hoje tal qual, Fernandes tenta encontrar uma definição mais apropriada para o que vem acontecendo agora na Europa. Ele acaba lançando mão de um velho conceito. O impreciso populismo é novamente convocado.

Citei acima Nicolas Lebourg sobre a improbabilidade de um novo fascismo. Que horizontes apontam os populismos? 'Mais provavelmente um regime autoritário e demagógico, que prometerá a defesa das conquistas sociais e desacreditará a política, pervertida pelos partidos políticos clássicos.' Há vários modelos disponíveis. Mas, ao contrário dos anos 1920-30, não há violência organizada, nem as grandes ideologias que prometiam uma sociedade nova, de raça ou de classe, nem o mito do 'homem novo' (FERNANDES, 2019).

Pode ser que populismo dê conta de alguma coisa, mas, como no caso de fascismo, também é um conceito que precisa de uma definição mais bem costurada. Na célebre discussão de Ângela de Castro Gomes com seus colegas de São Paulo, ela rejeita o uso do conceito porque estaria por demais atrelado à ideia de que o populismo seria um tipo de configuração política na qual o líder carismático simplesmente entregaria às massas ignorantes migalhas em termos de legislações e serviços protetivos em troca de sua complacência e docilidade. Ela quer enfatizar que as tais massas não seriam assim tão massificadas, indistintas e despreparadas, pelo que as reformas legais e institucionais do estado que vieram ao encontro de interesses populares não foram produto de uma antevisão iluminada do estado em prover para prevenir, mas produto de uma relação de conflito, uma luta histórica, por meio dos sindicatos, por exemplo, que obrigou o estado a se obrigar a negociar com os representantes sindicais e a conceder-lhes direitos, os quais seriam,

assim, fruto de conquistas e não doações (GOMES, 2001).

O uso do conceito de populismo, porém, ainda está muito identificado com uma espécie de senso comum que Ângela Gomes também aponta. Em outro momento, refleti sobre isso no caso da apropriação que jornais brasileiros fizeram da Argentina durante o ano de 2011, quando, em pleno curso do primeiro mandato de Dilma Rousseff, no país vizinho se acirrou a crise entre o governo de Cristina Kirchner e grupos multimídia oligopolísticos locais. Dois acontecimentos mereceram atenção dos meios brasileiros, a chamada ocupação dos prédios da empresa de TV a cabo Cablevisión, do Grupo Clarín, e a aprovação do projeto de lei que mudou as regras de produção, comercialização e distribuição de papel para jornais no país, o caso Papel Prensa. Tomei para a análise dois jornais, a Folha de São Paulo, de circulação e abrangência nacional, e a Zero Hora, um periódico provincial de circulação regional de um Estado, o Rio Grande do Sul, que tem fronteira com a Argentina (GRIJÓ, 2017).

Foi possível perceber, entre outros aspectos, que ambos os periódicos brasileiros tratavam muito mal o governo argentino, acusado de perpetrar uma série de violências contra as empresas de comunicação e de ameaçar a liberdade de expressão. De onde não só o governo, mas Cristina Kirchner, são desconstruídos pelos meios brasileiros, sendo que a provinciana Zero Hora parte para um ataque pessoal a ela, tida como prepotente, doidivanas, autoritária, e assim por diante, enquanto que a bem mais sofisticada Folha de São Paulo a acusa e a seu governo de serem “neopopulistas”. Embora os jornalistas da Folha provavelmente conheçam algo sobre as discussões a respeito de populismo como um conceito, até porque usaram o prefixo “neo”, a forma como utilizavam populismo não lhe emprestava nenhum sentido conceitual mais sofisticado, como uma ferramenta para explicar uma determinada configuração de poder. Populismo aparece simplesmente como um anátema, uma arma de combate, uma forma talvez mais intelectualizada de condenação e denúncia de Cristina Kirchner e seu governo (GRIJÓ, 2017).

Ou seja, o populismo entrou para o senso comum mi-

diático, o qual elide por força mesmo de sua condição as discussões mais sofisticadas e complexas típicas do mundo acadêmico (BOURDIEU, 1997) e que se desenrolam até hoje (BADIE & HERMET, 1993, p. 199-206; LACLAU, 2013; 2005). Tanto quanto para o caso de fascismo, não está no meu horizonte de realizações neste ensaio discutir conceitualmente a questão do populismo, pelo que vou apenas fazer algumas observações que por enquanto me parecem suficientes.

O populismo como anátema tal qual usado pela mídia traí na verdade o elitismo nela muito arraigado. A mídia se compraz em aparecer como a intérprete dos anseios e desejos do “povo” por meio da identificação operada por ela mesma como sendo representante da opinião pública, daquilo que ajudam a construir como um artefato legitimador de sua posição e de suas disposições no mundo (BOURDIEU, 1987, GRIJÓ, 2016). Como ela quer atuar como o moderno demagogo, no sentido não pejorativo de educador do povo que estava ainda presente entre os gregos do século IV a.c., uma liderança popular forte pode ser um concorrente pelo papel que a mídia atribui a si mesma. Assim, em princípio e de modo geral, os grandes meios costumam combater a emergência de lideranças desse tipo. Como eu já apontei acima, o presidente que era a menina dos olhos da Rede Globo deveria ser um jovem dinâmico, moderno, descolado e totalmente influenciável pela mídia, que poderia ou não lhe emprestar popularidade. No caso dos grandes grupos multimídia brasileiros isso fica muito evidente. Não basta somente identificá-los como representantes dos interesses do grande capital, o que também são, mas, para entender sua lógica de atuação, é também preciso compreender as suas especificidades. Eles querem, e durante muito tempo conseguiram, ser os mediadores entre a população em geral – que as vezes é o povo, outras a classe média e quase sempre as elites – e o estado, a cultura, a economia, a política, os esportes, o mercado, ou seja, todo o leque de possibilidades de significação oferecido a todos indistintamente, mas de acordo com suas condições materiais e escolares-culturais. O mais importante para os meios, no entanto, é que eles pos-

sam oferecer a filtragem e o cardápio. O líder populista sempre pode ser uma ameaça, pois pode sequestrar a opinião pública relativamente passiva construída pela mídia em seu próprio benefício e transformá-la em instrumento de ação que pode se voltar contra ela própria. Em certo sentido, isso aconteceu na Argentina no governo de Cristina Kirchner.

Explico melhor. Desde os anos 1970 diversas empresas de televisão tentam concorrer com a Rede Globo. Durante e à sombra da ditadura militar a Globo foi brindada pelo regime com uma consistente liderança de audiência, o que se refletiu no seu predomínio na área do mercado publicitário e vice-versa. A família Marinho, dona do negócio, ganhou e ainda ganha muito dinheiro com sua rede de emissoras e demais empreendimentos. Segundo a revista *Forbes*, dentre os 42 bilionários em dólares norte-americanos brasileiros em 2018, os três irmãos Marinho juntos – eles que são os atuais donos do negócio e tanto herdado do pai, Roberto Marinho – aparecem como possuindo no total U\$ 7,4 bilhões (ÉPOCA NEGÓCIOS, 06/03/2018).

Mas nem tudo são flores. A crise dos meios tradicionais de comunicação tem afetado a audiência televisiva em geral, bem como a concorrência tem feito estragos na hegemonia do Grupo Globo. O quadro abaixo mostra a audiência média/dia em pontos desde 1993:

AUDIÊNCIA MÉDIA DAS REDES DE TELEVISÃO AO LONGO DOS ANOS

Os dados deixam claro, de 1993 até 2018, a posição do SBT se mantém mais ou menos constante, bem como as posições das três redes menores. A Record, por sua vez, teve um crescimento importante e passou a disputar a segunda colocação com o SBT. A Globo caiu consideravelmente. O SBT é propriedade de Silvio Santos, um apresentador de auditório e empresário que fora empregado da Globo nos anos 1970 e abriu sua televisão ainda em 1981. Logo se consolidou como segunda emissora, se concentrando em um público mais popular, de menor escolaridade e com pouco acesso a bens culturais mais sofisticados. Nunca chegou a concorrer com a Globo mais diretamente, encontrando um nicho

de mercado e nele se acomodando, assim como a Band, que se concentrou em algum jornalismo e muita cobertura esportiva, a Cultura, emissora pública com programação mais sofisticada e de alcance limitado, e a popularesca RedeTV que nunca decolou em termos de audiência. Os fatores desestabilizadores foram a crise geral do setor e a Record. A

Emissora	1993	1998	2003	2008	2013	2018
Globo	23,5	19,5	21,0	17,4	14,3	16,8
SBT	8,0	8,2	8,8	6,3	6,1	7,1
Record	1,5	4,6	4,1	8,3	5,3	6,9
Band	2,8	1,9	2,3	2,5	2,5	2,1
Cultura	1,9	1,3	1,5	1,4	1,2	1,1
Manchete* / RedeTV	1,5*	1,2*	1,8	1,7	0,8	0,9

Fonte: UOL, 30/08/2018.

emissora foi adquirida em 1989 pelo autoproclamado bispo, o senhor Edir Macedo, dono da IURD. A partir de 1993, ele começou a investir pesadamente em sua televisão. Ao contrário do que se pudesse esperar, não a transformou em uma igreja eletrônica 24 horas. Os programas da sua organização religiosa-empresarial ficaram para a madrugada, enquanto o resto da programação incluiu jornalismo, telenovelas, esportes, entretenimento em geral, enfim, mais do mesmo que todas as demais emissoras apresentavam, especialmente a Globo. O bispo também passou a expandir sua rede, comprando emissoras por todo o país.

Mas o pulo do gato do bispo seria outro. SBT, Band, RedeTV se acostumaram em seus nichos de audiência sem enfrentarem a Globo diretamente. O SBT chegou a investir na produção de telenovelas, mas nem arranhou a hegemonia da Globo na área, acabou desistindo por um bom tempo de produzir esse tipo de conteúdo e optou por comprar séries e novelas prontas dos Estados Unidos e do México. Já a emissora de Edir Macedo ao longo do tempo simples-

mente passou a copiar a Globo. Copiou os programas de jornalismo, esportes, as vinhetas, as telenovelas. Mas não só, passou a contratar atores e apresentadores aposentados ou despedidos da Globo. Deu relativamente certo em termos empresariais e, como a Globo perdeu de 1993 a 2018 algo próximo de sete pontos e a Record ganhou cinco pontos e meio no mesmo período, telespectadores parecem ter trocado as suas preferências. A luta entre ambas parece ser um jogo de soma zero. O bispo também encontrou um grande filão que ao mesmo tempo contribui para a coesão de seus fiéis e para a conquista de audiência às custas da Globo que foi a produção de telenovelas com temáticas bíblicas.

Faz já um bom tempo que as duas emissoras passaram a deixar explícito o enfrentamento. No YouTube é farto o material da Record e da Globo com ataques mútuos. A Record tinha especial interesse em mostrar como a Globo cresceu durante a ditadura militar, ressaltando a ligação estreita entre Roberto Marinho e os generais-ditadores de ocasião. A Globo costumava contra-atacar mostrando reportagens com imagens de bispos da IURD mancomunando como otimizar a extração dos bens dos fiéis ou chutando estátuas de santas católicas nos palcos durante os cultos. Observando de fora a briga, é um espetáculo cômico e patético ao mesmo tempo e o melhor para o país seria que os dois contendores perdessem.

Aquilo que se poderia chamar de populismo religioso, sob a mesma chave de entendimento da Folha de São Paulo sobre Cristina Kirchner, pode sim ameaçar o domínio de uma empresa de mídia estabelecida e hegemônica tanto quanto o populismo político, seja de esquerda, seja de direita. Os vetustos grupos Folha, Globo, Estadão e Veja agora estão sentindo na carne os efeitos dessa disputa pelas graças populares por parte de quem não está nem aí para as mediações tradicionais que exerciam e lutam por continuar exercendo. Como Bolsonaro, seus filhos, Olavo de Carvalho e sua trupe de seguidores já deixaram claro em diversas vezes e ocasiões, os grupos midiáticos que não se alinham direta e fielmente com eles não passam de imprensa mentirosa e conivente com o avanço do marxismo cultural de esquerda.

Outro espetáculo cômico e patético em que seria bom para a democracia se todos os envolvidos perdessem.



33.

O populismo, tal qual apropriado pelo senso comum e difundido largamente pela mídia, se aproxima tanto da definição que lhe dá o jornalista Jorge Almeida Fernandes na citação que fiz acima, quanto da que lhe emprestava a Folha de São Paulo quando se refere a Cristina Kirchner, Hugo Chávez ou Evo Morales. Populismo vem associado com demagogia no seu sentido pejorativo, com uma forma de autoritarismo e mesmo de ditadura com apoios populares irrefletidos, emocionais, via *pathos*. Na falta de um conceito mais adequado, a emergência de lideranças carismáticas com apelo popular e com desprezo explícito ou não pelas mediações da mídia institucionalizada, tendendo a uma remissão direta ao “povo” sem intermediações institucionais mais consistentes, logo ganha a pecha de populista: tanto os líderes ou regimes que apelam diretamente às massas nas ruas, como os que se dirigem mais individualizadamente às “maiorias silenciosas”. Jair Bolsonaro (Brasil), Donald Trump (Estados Unidos), Giuseppe Conte (Itália), Mateusz Morawiecki (Polônia), Recep Tayyip Erdoğan (Turquia), Nicolás Maduro (Venezuela), Evo Morales (Bolívia), Vladimir Putin (Rússia) e outros tantos acabam em conjunto colocados no mesmo balaio de gatos conceitual do populismo, mesmo que permaneça a indefinição se por populismo se está entendendo a figura ou estilo pessoal do líder, o regime político que comanda, a sua base de apoio e os modos de a ela se dirigir ou a forma de governo.

De minha parte creio que isso é insuficiente e precário. O populismo como anátema é, na verdade, produto da própria luta política que os meios travam contra a política quando essa lhes desagrade ou fere os interesses. Trata-se, portanto, não de um conceito, mas de uma ideia-força talhada para produzir efeitos de realidade na disputa política e

não conhecimento e explicação. Academicamente, portanto, o populismo do senso comum e da mídia não tem valor heurístico algum.

Para complicar ainda mais o uso do termo, à apropriação midiática tradicional, recentemente vem se juntar uma contra-definição. Normalmente usado com um sentido pejorativo pelos meios e mesmo pela maioria dos políticos – os políticos que eram chamados de populistas pela ou na mídia dificilmente se identificavam como tais –, o populismo tem ganho uma versão pretensamente neutra e quase que positiva no âmbito das lutas político-ideológicas.

Steve Bannon é um dos agentes desta resignificação de populismo. Ele fora um dos articuladores da campanha eleitoral de Donald Trump em 2016 e depois um de seus assessores, tendo, porém, se desgastado com o presidente norte-americano e se afastado do centro do governo. Esteve envolvido no caso da empresa Cambridge Analytica. Como um de seus fundadores e principal dirigente, está respondendo criminalmente pelas acusações de ter se apropriado ilegalmente de dados pessoais nas redes sociais, Facebook em especial, de algo em torno de 50 milhões de usuários para fazer marketing político dirigido, tendo influenciado eleitores no referendo do Brexit na Inglaterra e, principalmente, na eleição de Donald Trump nos Estados Unidos (THE GUARDIAN, 17/03/2018). Hoje se dedica a The Movement, O Movimento, uma pretensa articulação entre governos de extrema direita pelo mundo, incluindo o Brasil e os Estados Unidos, e seus apoiadores.

Em uma entrevista a O Estado de São Paulo, Bannon afirmou:

Populismo é o futuro da política, eu acredito, se é conservador e de direita ou se é de esquerda é a questão. A diferença entre populismo de esquerda ou de direita é sobre intervenção do Estado. Mais intervenção do Estado na economia, nas nossas vidas, leva a um completo fracasso. O populismo de direita que foca na classe trabalhadora e classe média é o futuro. O fato de ter Trump, Salvini e Bolsonaro, nos EUA, Europa e América do Sul, mostra

que o modelo funciona. Os três se conectam com a classe trabalhadora de uma forma visceral (BANNON, 2019).

Para o expoente do chamado neoconservadorismo, ou neocon para abreviar, internacional, o populismo é a remissão à classe trabalhadora, àqueles que não fazem parte das elites, o que entende como algo muito positivo. Populismo significa simplesmente ir ao encontro dos supostos anseios do povo excluído ou deixado à margem da globalização. Para Bannon, a:

derrota de Hillary Clinton representou uma rejeição da classe trabalhadora ao que chamo de partido de Davos, que é essa elite científica, financeira. Eles têm essa ideia de que podem manipular o mundo em uma base global. Não é uma conspiração, é como o sistema funciona agora (BANNON, 2019).

A elevação do populismo como positivo e necessário vai lhe garantir uma extensa sobrevida ao centro das discussões entre politicólogos, ideólogos, marqueteiros, jornalistas e políticos, sendo que cada vez mais estará ao centro dos desentendimentos, da pseudociência, da tergiversação. Ciente de seu papel como agente de confusão e dissimulação, a estratégia de Bannon é clara, pegue aquilo que o adversário real ou presuntivo designa por X em seu discurso de significação e transforme X em Y para solapar os princípios que sustentam o discurso do outro como objeto de questionamento e assim controlar o repertório hegemônico e, eventualmente, a agenda. Por isso que também aparece como um outro, um adversário mesmo, a imaginária “elite científica”. Ela é suspeita de controlar algo que na verdade está muito além, ou aquém, dos seus domínios, que se limitam à pesquisa e ao ensino de modo geral. Claro que os resultados de seu trabalho e mesmo alguns de seus membros assessoram governos e empresas para a tomada de decisões, mas estamos abissalmente longe do reino de uma ditadura científica a Augusto Comte. Como o cientista se preocupa e se ocupa de buscar os sentidos claros, lógicos e objetivos,

necessariamente se choca com o nebuloso, o voluntarismo, a fé e o subjetivismo.

E todo esse ataque é feito em nome do que? Bannon se declara contrário a Davos, contrário ao que denomina elite científica e/ou financeira, mas, ao mesmo tempo, não admite soluções que chama de socialistas, de intervenção do estado. Defende o populismo como ir ao encontro da classe trabalhadora, mas o que exatamente oferece a ela como perspectiva?

À pergunta sobre o conteúdo racista e xenofóbico do discurso neocon, Bannon, tipicamente, não responde à pergunta, mas desvia o foco para o seu interesse:

Trump é definido como populista. E eles [Democratas] estiveram tão surtados no início. Eu dizia: se eles querem focar em raça, deixemos. Toda vez que falarem de raça, nós falaremos de economia para a classe trabalhadora. [...] O que falo é: eles não podem argumentar sobre a economia quando você os derrota nisso. Use essas acusações como uma medalha de honra. Se é disso que irão te acusar: xenófobo, racista, isso significa, na minha visão, que estão perdendo o argumento, significa que não querem debater as propostas. Eles nunca mencionam os empregos, porque eles não têm a solução. A solução deles é o socialismo e nós sabemos que não funciona, é sem sentido (BANNON, 2019).

Quando se vai mais a fundo, ao contrário dos liberais e neoliberais mais típicos, de quem se pode até discordar de seus interesses ou criticar as suas bases e fundamentos intelectuais, mas inegavelmente as tem de sobra ancoradas em economistas e filósofos consagrados, os neocons não confessam ou admitem publicamente quase nada a respeito dos seus fundamentos intelectuais, operando apenas no nível da mobilização pela ativação de pré-conceitos e pela adesão fígdal. É o triunfo do patético, em seu sentido original.

A não resposta sobre a questão da xenofonia e do racismo é sintomática. O discurso e a prática racista e xenofóbica sustentados por eles, ao contrário do nazifascismo que à época buscava em uma certa ciência seus fundamentos, são somente a mobilização de fígados irados contra as con-

dições de degradação na qual o neoliberalismo os colocou, especialmente no caso norte-americano, com o desmonte da indústria de bens de consumo que migrou para outras partes do mundo e deixou desenraizada a classe trabalhadora outrora mais bem situada economicamente do mundo. Tão ciosos do debate econômico, o que exatamente os neocons oferecem como soluções para os problemas? Lances de efeito como acabar com a imigração de “raças” consideradas impróprias, aumentar a segregação racial e cultural, construir um muro na fronteira com o México, por exemplo? Isso feito, todos os problemas da classe trabalhadora estariam resolvidos? Quando algo desse tipo vira programa econômico de governo é porque ou não existe programa algum, ou ele está dissimulado.

De efetivamente contrário à globalização aparece apenas um certo controle maior da balança comercial, algum protecionismo alfandegário e as restrições à circulação mais livre de pessoas. Em que exatamente seriam tais medidas contrárias ao neoliberalismo? Todo o resto do receituário de estado mínimo, proeminência do setor privado, desmonte do estado de bem-estar social está presente. Eles não oferecem um novo tipo de *New Deal* para a classe trabalhadora, de resto, tido como coisa de comunista. De onde a ambivalência em definir as posições dos adversários democratas: com Hillary eles eram parte do conluio das elites científicas e financeiras, depois da vitória de Trump, se transformaram da noite para o dia em “socialistas”. Para os neocons vale tudo, a perspectiva é uma só, tomar o poder político e aprofundar o receituário neoliberal ultraradical, sem confessá-lo, claro, e, ao mesmo tempo, escancarar a posição imperial dos Estados Unidos, e, assessoricamente, da Europa ocidental, inclusive com uma nova escalada armamentista. É provável que a China esteja hoje representando para o Ocidente o que o Lula representava para as classes dominantes brasileiras em 2018, um medo muito grande de ser por ela engolido.

Bannon chegou a demonstrar certa contrariedade quanto a escolha do ministro da Economia Paulo Guedes e a sua justificativa é uma verdadeira pérola dessa enrolação que se

transforma em discurso oficial, atropelando ou ignorando os fatos e as evidências:

[Guedes] veio da Escola de Chicago. O contraponto que Bolsonaro defende, assim como Trump, é: você precisa equilibrar os interesses nacionais versus a pura economia neoliberal, que no primeiro caso se mostrará na infraestrutura no Brasil e como você define quais setores quer privatizar, para quem quer vender. Sempre haverá uma tensão. Você vê a escolha do ministro das Relações Exteriores e do ministro da Economia – é um balanço de como o programa do Bolsonaro é (BANNON, 2019).

Apenas para marcar um contraponto, que Trump em certo sentido não reza exatamente pela cartilha mais clássica e estrita do neoliberalismo é certo, embora isso tenha de ser lido muito mais como uma estratégia ditada pela necessidade política para justamente salvar os fundamentos neoliberais do estado e da economia norte-americanos. Ele dirige uma nação poderosa o suficiente para ser neoliberal para dentro e antiglobalista para fora. Já o caso de Bolsonaro e seu posto Ipiranga é bem outro, como mostram inclusive suas ações no sentido de liquidar as empresas e os recursos naturais do Brasil para os mercados internacionais e o estadunidense em particular.

Mas, voltando aos malabarismos retóricos, um filme lançado faz alguns anos ilustra bem os métodos do neoconservadorismo para criar suas cortinas de fumaça como meio de aprofundar o neoliberalismo. “Thank you for smoking”, “Obrigado por fumar” em português, é um filme de 2006 dirigido por Jason Reitman baseado no romance homônimo escrito por Christopher Buckley. A personagem principal é o lobista das indústrias de tabaco Nick Naylor. Diante da crescente mobilização social contra o tabagismo por seus malefícios cientificamente comprovados à saúde, Naylor se coloca à frente do contra-ataque da indústria do setor. Nas discussões públicas sobre o controle e restrições ao tabagismo, seus defensores se valem de argumentos estatísticos e médico-científicos para se justificar: o tabaco causa depen-

dência química e câncer, o tabaco sobrecarrega os hospitais, o tabaco causa doenças cardiorrespiratórias, o seu custo social é elevado, etc. Naylor, ao invés de tentar desmentir as evidências apresentadas, traz a discussão para um outro campo, basicamente, o da liberdade de escolha. Se uma pessoa come queijo e costeletas fritas de porco demais vai acabar entupindo seu sistema circulatório e vai morrer. Sendo assim, a solução seria proibir a produção e venda de queijos e costeletas de porco? A discussão, então, deriva para a liberdade de escolha e de expressão, para a conveniência ou não da interferência do estado na alçada privada, nas consciências e no livre-arbítrio de cada um. O tabaco é deixado de lado e o foco se perde em intermináveis questões sobre os limites entre o público e o privado, direitos e deveres, livre-arbítrio e demandas coletivas. Segundo a lógica de Naylor e de Bannon, quando o desvio se torna o principal, a parada discursiva, que terá efeitos de realidade por sua interferência na ação ou na inação, já está ganha. A questão é menos estabelecer quem tem ou não razão, mas construir e cultivar os impasses discursivos que atinjam o principal objetivo daqueles que o provocam, impedir a ação, seja evitando leis e políticas restritivas ao comércio tabagista, caso de Naylor, seja evitando um maior controle ou presença público-estatal na economia e nas políticas de assistência e proteção sociais, caso de Bannon.

Cada vez se fica mais longe do agir comunicativo que tenta superar as discussões de crença e a razão instrumental e constituir espaços comunicacionais que permitam o avanço da racionalidade discursivamente construída (HABERMAS, 1992, 1999). Pelo contrário, é o reino da pós-verdade, do impressionismo, dos sofismas e do mito como realidade. É o reino dos meios não importam quais para atingir fins, o cúmulo da racionalidade instrumental se aproveitando da irracionalidade, do *pathos*, que habita em cada um.



No caso do Brasil isso fica ainda mais escancarado. A disputa político-partidária sempre comportou a dissimulação, a mentira, os duelos verbais e mesmo o uso de algum grau de violência física e de um alto grau de violência simbólica. É que com a crise das mediações tradicionais, as ligações mais diretas entre candidatos e eleitores via postagens na internet permitiu a difusão desmedida e desmediada, se me é permitido um neologismo, de conteúdos sem outras checagens que o eventual bom-senso de quem os recebia ou a credibilidade relativa de quem os enviava. Um universo de subjetividades impressionistas atuou na produção e reprodução de crenças e preconceitos que sim tiveram algum peso no resultado eleitoral, ainda mais que secundadas pelo uso deliberado de robôs que multiplicavam os conteúdos.

Deste modo, um Jair Messias Bolsonaro totalmente comprometido com o mercado e seu neoliberalismo entreguista atávico, o que se materializa na figura do superministro Paulo Guedes, pode aparecer como nacionalista, preocupado em restaurar a grandeza do Brasil, constantemente usando verde e amarelo e exibindo à exaustão símbolos nacionais reflexos de um ufanismo de arquibancada de jogo da seleção nacional de futebol em Copa do Mundo. Seu discurso nem de longe se dirigia a uma classe operária, pelo contrário, essa em grande parte lhe era hostil, mas aos indefinidos “povo brasileiro” e “gentes de bem” que estariam sofrendo na pele as consequências dos anos de governos esquerdistas e marxistas, incluídos aí os governos Temer, do PT e até mesmo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso. Diferentemente do caso norte-americano, no Brasil os apelos propriamente racistas, machistas e xenofóbicos foram matizados durante a campanha eleitoral, por mais que seus adversários à esquerda quisessem trazer tais pontos para o centro dos debates. Aqui, a função de Judas discursivo foi exercida pelo anti-intelectualismo e o antiesquerdismo e seus adjacentes antipetismo, antimarxismo, antiateísmo, etc., eficazmente confundidos uns com os outros e devidamente demonizados. Já a homofobia e o antifeminismo ganharam alguma centralidade e também se mostraram elei-

toralmente eficazes, na medida em que se conjugaram com aspectos sociais e culturais mais amplos presentes na sociedade e que historicamente tendem a rejeitar os movimentos e a visibilidade social feministas e LGBTQ+s, especialmente junto aos neopentecostais e “cristão” em geral, as “gentes de bem”. Como referências positivadas apareciam o militarismo, o armamentismo, a policialização, a moralização, enfim, a necessidade do vigiar e do punir para salvar uma “nação” diagnosticada como doente, ou melhor, adoecida por anos e anos de governos “esquerdistas”, de Fernando Henrique Cardoso a Dilma Rousseff e Michel Temer.

Digno de nota é a força que o termo “nação” ganhou no debate, especialmente por sua correspondente bíblica, sua associação com a ideia do povo eleito de Israel. Ou seja, nada a ver com uma remissão ao estado nacional moderno, mas à concepção religiosa do povo, ou nação, sem estado em busca da terra prometida. O discurso político foi fundido ao discurso religioso, especialmente dos pastores e assemelhados neopentecostais, carregando um forte acento místico-salvacionista. Em lugar da explicitação de planos e programas e da argumentação racional, o apelo ao voluntarismo escatológico e exotérico. Há que se reconhecer, deu muito certo eleitoralmente.

Como é comum acontecer, a articulação discursiva que encobriu e mesmo eliminou o debate de propostas para o país acabou incluindo muitos grupos sociais e interesses que só convergiram no momento da campanha eleitoral. Em março de 2019, porém, nem passados três meses da posse de Jair Messias Bolsonaro, os rachas já estão presentes.



35.

Em visita oficial aos Estados Unidos, logo depois de empossado, o capitão reformado se fez acompanhar de alguns ministros, entre eles Sérgio Moro, Paulo Guedes e o chanceler Ernesto Araújo, além de Eduardo Bolsonaro, um de seus filhos e grande admirador de Olavo de Carvalho.

Desde antes das eleições no Brasil, Eduardo Bolsonaro mantivera ao menos um encontro com Steve Bannon, de onde as diversas especulações sobre uma possível assessoria que o estrategista e ideólogo norte-americano teria prestado aos Bolsonaro na campanha eleitoral em 2018, incluindo o marketing de guerrilha nas redes sociais com o uso de robôs, a difusão compulsiva de notícias falsas sobre os adversários, a instrumentalização política de grupos no WhatsApp e o desprezo pelas mídias tradicionais e pela discussão de projetos de governo.

Como uma espécie de evento preparatório à chegada da comitiva brasileira, no sábado, dia 16 de março de 2019, Steve Bannon e Eduardo Bolsonaro reuniram fãs de Olavo de Carvalho, que mora há anos nos Estados Unidos, e representantes da extrema direita norte-americana para uma homenagem ao “guru” bolsonarista no Trump International Hotel em Washington. No dia seguinte, Bannon e Carvalho participariam de um jantar na embaixada brasileira, quando Eduardo Bolsonaro se juntaria à comitiva presidencial paterna. Na ocasião, Jair Bolsonaro se sentou à mesa entre Bannon e Carvalho.

Mas a sessão do dia anterior no Trump Hotel foi publicamente muito mais animada do que o jantar na embaixada. Na homenagem de Bannon a Carvalho foi exibido um documentário sobre a sua vida, tendo sido ele apresentado à plateia de aproximadamente 100 pessoas pelo anfitrião como aquele que “não é importante apenas para o Brasil, [...] tem uma importância no contexto mundial do movimento populista de direita, é um pensador seminal” (*apud* FSP, 17/03/2019a). Na entrevista de Bannon ao jornal O Estado de São Paulo, ele elogiava o festejado guru:

A história vai mostrar que ele é um dos grandes conservadores e filósofos. O que ele faz no Brasil, seus escritos estão cada vez mais conhecidos nesse movimento. Acho que ele será mais e mais conhecido a cada ano, não só para o Brasil, mas para o entendimento desse movimento numa perspectiva mundial. [...] Eu não sou um filósofo, sou só alguém que tem interesse nisso e tenta se engajar. Ele é

claramente uma figura seminal nesse movimento. Suas ideias se tornarão mais conhecidas, mas ele tem um imenso impacto na vida política brasileira (BANNON, 2019).

Para o ano de 2016 a equipe do dicionário Oxford elegeu a expressão *post-truth*, pós-verdade, como a de maior destaque em língua inglesa. Junto com *fake news*, a pós-verdade muito recentemente entrou para o léxico político-midiático, associada principalmente a alguns acontecimentos ocorridos em 2016 e que contribuíram para consagrar a expressão: a vitória do Brexit no referendo na Inglaterra e a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos (EL PAÍS-BRASIL, 17/11/2016). No Brasil de 2018, pós-verdade e *fake news* se consagraram na campanha eleitoral que elegeu o candidato de extrema direita Jair Bolsonaro presidente da República. Do mesmo modo que certos grupos espalham nas redes sociais “estudos” e “provas” de que a terra não seria esférica e sim plana, conquistando uma legião de aderentes e seguidores, o mundo da pós-verdade é aquele no qual as *fake news* e o anti-intelectualismo têm contribuído para criar um ambiente de descrédito nas instâncias tradicionais de mediação, entre elas a universidade livre e, mais recentemente, os meios de comunicação tradicionais, que passaram a sofrer um ataque direto das forças político-partidárias que apoiam o atual governo.

Quando alguém como Olavo de Carvalho, até há pouco um obscuro bufão apedeuta que tentara de tudo na vida para alcançar algum reconhecimento – colunista de imprensa, astrólogo, vidente, autoproclamado “filósofo” tentando conquistar algum incauto grupo de seguidores, divulgador de vídeos em blogs e redes sociais nos quais destila incultura e discurso de ódio buscando fiéis e curtidas – consegue tal projeção não somente ao centro do governo de um país, mas como, mesmo que da boca para fora – tenho sérias desconfiâncias de que Bannon jamais parou para escutar ou ler qualquer coisa de Carvalho, até porque seu domínio da língua de Camões deve ser quase nulo –, um “pensador seminal” de um movimento que se quer global, acreditar que

a terra é plana, como parece ser o caso do próprio Carvalho (O DIA, 31/05/2019), não se apresenta mais como algo assim tão sem propósito.

Em tempo de pós-verdade, *fake news*, impressionismos e voluntarismos se sobrepondo ao conhecimento e, pior, se voltando contra ele e ameaçando seu modo de produção – a pesquisa e o ensino em universidades livres e autônomas –, a democracia corre um risco real de simplesmente ir desaparecendo aos poucos, consumida pelo autoritarismo militarista reacionário que em nome da lei e da moral pode tornar cada vez mais comum mortes como a de Marielle Franco, a vereadora carioca assassinada por membros das milícias paramilitares, que comandam áreas do crime no Rio de Janeiro, e cujos mandantes ainda não foram identificados, com a justificativa de que seus modos de vida e lutas seriam em si criminosos apenas por discordarem ou divergirem da suposta “maioria” ou dos pontos de vista, e ideologia, dos governantes. Há muito que o neoliberalismo tem abdicado da democracia em benefício do lucro a qualquer custo e tudo fará e tem feito para que as coisas assim se mantenham, agora em um clima de “populismo de direita” com Bannon e Olavo de Carvalho como ideólogos e ativistas.



36.

Como sublinhei acima, o que era para acontecer aconteceu mesmo. Segunda-feira, dia 8 de abril, o ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez foi substituído no cargo, durou pouco mais de três meses. Durante sua gestão, internamente, como também já apontado, a estrutura do ministério da Educação se cindiu, opondo, de um lado, os novos servidores por ele indicados que são seguidores e discípulos de Olavo de Carvalho, e, de outro, o quadro técnico de carreira e alguns militares também indicados pelo novo governo. O ministro não conseguiu administrar os conflitos e foi se desgastando, enquanto o ministério ficava paralisado.

No dia da indicação de Abraham Weintraub como o

novo ministro, pelo Twitter, Bolsonaro escreveu que saudava o professor “doutor” da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Logo se descobriu que ele, embora professor, não tinha o título de doutor, pelo que Bolsonaro retratou-se também pelo Twitter.

Economista, Weintraub é outro acadêmico frustrado. Tem apenas mestrado e, embora professor universitário, é oriundo do mercado financeiro, onde atuou por 18 anos ligado ao Banco Votorantim. É também admirador e discípulo de Olavo de Carvalho. Fez parte da equipe da campanha eleitoral de Bolsonaro, atuando na área econômica e de previdência. Ao que tudo indica, Weintraub não se diferencia de Vélez Rodríguez por questões ideológicas e pelo perfil de ambos como acadêmicos inexpressivos e sem experiência na área da educação. A diferença, que a cada dia mais se confirma, pode estar em outro aspecto. Rodríguez se mostrou um inepto. Se o novo ministro se mostrar um administrador mais capaz ou um sujeito mais esperto pode efetivamente causar estragos bem maiores na educação brasileira ao implementar o projeto privatista, dirigista e autoritário do governo. E Weintraub já tem mostrado a sua cara. Com certeza é bem mais capacitado do que seu antecessor e muito mais ideologicamente teleguiado pelos “ensinamentos” do grande “pensador seminal” da nova direita populista internacional, segundo Steve Bannon: seu mestre e guru Olavo de Carvalho. Os cortes lineares de verbas de custeio das universidades e institutos federais anunciados em 30 de abril de 2019, que rondam os 30%, foram inicialmente divulgados como um corte seletivo. Seriam afetadas apenas as Universidades Federais da Bahia (UFBA), Fluminense (UFF) e de Brasília (UnB)., sendo depois estendidos para todas as universidades e institutos federais de ensino. Parece, portanto, que ele conseguiu pôr um pouco de ordem entre seus comandados e já começa a avançar sobre o custeio das instituições afetadas. Ao mesmo tempo, segue uma cartilha de histrionismo midiático em redes sociais que parece modelar-se nas aparições de seu chefe, o capitão reformado.

Os cortes de verbas e o seu comportamento público nas

redes sociais de um adolescente que pela primeira vez toma um porre, tem aguçado a insatisfação de alunos e professores pelo país.



37.

Desde que a Simone e eu voltamos de Punta del Diablo para Porto Alegre tenho a impressão de que a escrita do livro tem se tornando mais pesada. Nada a ver com a dificuldade da escrita em si, ela está fluindo, pois tenho conseguido manter uma certa disciplina, mesmo quando é preciso enfrentar a rotina de reuniões, aulas para preparar e lecionar, bancas, pareceres, artigos para escrever e as burocracias universitárias. Dia 19 de março, porém, me caiu uma ficha. Soube por uma colega que a nossa universidade, a UFRGS, estava recebendo ameaças de que poderia sofrer um ataque como o que ocorrera na semana anterior, dia 13 de março, em Suzano. Nessa cidade do interior de São Paulo, uma escola de ensino médio foi invadida por dois jovens armados. Eles atiraram a esmo em professores, alunos e funcionários, matando 10 pessoas e ferindo outras 11, se suicidando logo depois quando da chegada da polícia. As ameaças à UFRGS vinham de postagens em um grupo anônimo de discussão na *deep web*, o território de ninguém da internet, mesmo sítio do qual os atacantes de Suzano participavam e incentivavam-se mutuamente para o morticínio que cometeram. Alguém fez um comentário no grupo dizendo que o Rio Grande do Sul veria até o fim do mês um ataque sem precedentes no país. Outro participante sugeriu o alvo: o Campus do Vale da UFRGS. Lá, a segurança seria precária, o que facilitaria atingir quem ele chamava de “vadias das exatas”. Cópias das postagens circularam entre professores, estudantes e servidores e a Reitoria acionou as polícias federal e militar para providências (SUL21, 20/03/2019). A notícia se espalhou rapidamente e em alguns casos causou pânico entre os membros da comunidade universitária, seus familiares e amigos.

Até então foi o coroamento de um clima absolutamente

contaminado, pesado, nebuloso que tem se intensificado desde a eleição de Bolsonaro. Em janeiro eu ainda estava em Porto Alegre trabalhando, mas janeiro é sempre um mês atípico. Primeiro mês do ano, logo depois das festas, o verão em seu ápice, muita gente em férias. A cidade bem mais tranquila. O governo recém começava e o que então mais chamava a atenção eram suas trapalhadas e a curiosidade em procurar saber quem eram os desconhecidos que se materializavam em posições importantes como ministros de estado e funcionários de primeiro e segundo escalões. Os vídeos no YouTube de Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, eram uma especial diversão, um tanto tensa, mas inegavelmente engraçada, por exemplo, quando aparecia em 2013 vociferando em um púlpito de uma igreja neopentecostal que na Holanda os pais eram incentivados a masturbarem seus bebês para que eles tivessem uma vida sexual saudável, o que, evidentemente, repercutiu muito mal naquele país (UOL, 24/01/2019). Em janeiro, as expectativas eram maiores, talvez, do que as preocupações.

Em fevereiro, saímos de férias rumo ao Uruguai. Mesmo acompanhando o show de horrores que acontecia no Brasil pela internet, física e mentalmente as distâncias espacial e linguística criam um descolamento. Retornamos em pleno Carnaval e, como é inegavelmente praxe no país, a rotina só voltava na semana seguinte. E aí voltou com tudo, bem como as preocupações. Damares deixou definitivamente de ser engraçada, junto com seu chefe e demais colegas ainda mais perigosos das áreas econômicas e de segurança. Todos têm transtornado a vida e transformado as perspectivas de futuro no país muito incertas, afetando especialmente os servidores públicos e, mais fortemente ainda, nós que trabalhamos em universidades, verdadeiros alvos, até certo ponto principalmente verbais, de diversos dos ativistas ligados direta ou indiretamente ao novo governo, e, mais recentemente, passando a sofrer materialmente com o absurdo corte linear das verbas para o custeio e manutenção das unidades de ensino federais patrocinado pelo novo ministro Weintraub. Foi então que a ameaça de tiroteio na UFRGS fez

a ficha cair. A vida de muitos está correndo um sério risco nessa nova conjuntura.

Por isso é que a moral está arruinada. Escutam-se relatos de casos de depressão, procura de ajuda psicológica, de pessoas bebendo além da conta, professores, alunos, servidores. E esses são afortunados, pois também há relatos de casos de suicídio. Nesse aspecto e por enquanto eles estão ganhando: há medo, receio, incerteza e confusão inegáveis entre muitos de nós. O ambiente não poderia ser pior, embora as manifestações de rua nos dias 15 e 30 de maio comecem a trazer algum alento, principalmente porque os estudantes estão tomando a frente dos protestos. E isso é o muito e o mais importante. Minha geração tem só mais uns poucos anos vagando por aí, pelo que o Brasil do futuro é deles, das gurias e dos guris que estão acordando para a necessidade de novas lutas e, espero, novos projetos e novas atitudes. É a vez deles e delas ser *gauche* na vida. E se deste monte enorme de estrume que empilharam em nossa frente no Brasil de hoje está saindo algo de bom é isso, é lindo demais ver a gurizada engajada em tentar escrever para si e para todos um futuro melhor.

Como o ato recatado e do lar da escrita não é realizado dentro de um casulo refratário de proteção, evidentemente que tudo o que está acontecendo se reflete no trabalho. Tenho a nítida impressão de que depois da volta das férias o entorno tóxico de uma forma ou de outra está transformando a escrita em algo mais duro, pesado, acadêmico no seu sentido mais conservador. Não que isso seja ruim em si, mas como eu me dispus a ser propositalmente menos técnico e mais sanguíneo, menos acadêmico e mais literário, todas essas circunstâncias atrapalham e dificultam um pouco o percurso. Acho mesmo que o socorro em um estilo mais técnico pode ter a ver com a tendência à autoproteção em tempos incertos como os que correm.



Faz alguns dias, um colega replicou uma reportagem no Facebook sobre novos experimentos com suínos. Os cientistas conseguiram reviver células dos cérebros dos porcos mesmo depois deles mortos. Pronto, escrevia ele, depois de tudo o que está acontecendo, agora ainda por cima teremos porcos zumbis.

Será que o país ainda pode esperar? O governo de extrema direita que nos assola está destruindo de tudo um pouco até não restar mais nada. Em meados de maio, o dólar estoura os quatro reais e segue em alta. A política externa instrumentalizada ideologicamente, talvez melhor qualificar de teologicamente guiada (UOL, 27/06/2019) – algo que nunca passou na história do país, por mais que uma série de energúmenos ou mal-intencionados midiáticos tenham dito que sim, confundindo propositalmente multilateralismo e autodeterminação com ideologia político-partidária marxista apenas para servir aos seus propósitos de desgastar os governos do PT ou honrar os soldos inconfessos de mercenários que são –, causa estragos nos negócios em geral e nos agropecuários em especial, comprometendo o comércio do que restou de produtos exportáveis pelo país desde que a sua indústria tem sido totalmente sucateada.

A política de liberalização indiscriminada de venenos para uso nas lavouras também exerce o seu papel, podendo levar à suspensão da importação de grãos brasileiros por países como a Rússia. Desde o início do governo em janeiro até maio de 2019, foram liberados 42% a mais de agrotóxicos no país do que no mesmo período de 2018. Sob Bolsonaro o país está batendo o recorde de legalização e permissão de uso de pesticidas, sendo muitos deles proibidos em outras partes do mundo, como na União Europeia (UOL, 17/05/2019b).

Por outro lado, o alinhamento incondicional aos Estados Unidos e ao estado de Israel e o afastamento da China e dos países árabes leva o país a se curvar a um de seus principais competidores na área das commodities e a se distanciar de seus principais compradores de produtos agropecuários. Igualmente, virando as costas para, ou desprezando, o Mer-

cosul, o Brasil se isola ainda mais na América Latina e se arrisca a perder seu principal mercado importador daquilo que ainda tem de produtos industriais exportáveis, como máquinas agrícolas, ferramentas, equipamentos.

O descaso criminoso com o meio-ambiente e com os povos originários, além dos prejuízos em vidas e patrimônio ambiental, fazem estragos na imagem do país no exterior, o que tem consequências políticas, como a rejeição pelo Museu de História Natural de Nova Iorque de acolher uma homenagem ao governante brasileiro por solicitação pública do prefeito da cidade, e econômicas, como as sanções de países da Comunidade Europeia a produtos brasileiros devido ao descumprimento de tratados e acordos internacionais sobre a matéria.

A esse conjunto de desastres programados se somam as pretendidas reformas trabalhista e da Previdência que vão comprovadamente piorar a situação dos menos privilegiados econômica e socialmente, levando a um inevitável aumento das tensões sociais disruptivas.

Na educação, os cortes de verbas de custeio do sistema público federal e projetos como os da escola sem partido e da educação domiciliar visam atirar o compromisso com o futuro do país, com as crianças e os jovens, nas mãos do mercado educacional em expansão e das igrejas neopentecostais. Especuladores e fanáticos terão as rédeas da educação brasileira para serem livres no lucro financeiro e na captura das almas.

Para controlar os movimentos e manifestações sociais intensificados e o crescimento inevitável da criminalidade, se aposta no armamentismo e nas cartas-brancas aos militares das forças armadas, cada vez mais retomando seu papel histórico de capitães do mato, aos policiais e aos milicianos para reprimir, prender, condenar e executar sumariamente e impunemente. Movimentos sociais e criminalidade comum estão cada vez mais sendo tratados do mesmo modo. Indistintamente, todos viram “caso de polícia” e objeto de violência repressão legal ou extralegal. O caso do Rio de Janeiro é emblemático. Em grande medida, os órgãos policiais do es-

tado governado desde janeiro deste ano de 2019 por Wilson Witzel, que, entre outras coisas, desdenhou em praça pública do assassinato de Marielle Franco – aliás, quem mandou matar Marielle? – e se elegeu governador na onda bolsonarista de 2018, têm se dedicado como nunca a ser agentes principais de perseguições indistintas a cidadãos culpados ou inocentes que habitam suas regiões mais carentes e vulneráveis (OESP, 14/05/2019).

Para completar o circo de horrores, fica claro que a incompetência, a ignorância ou o fisiologismo caracterizam a maior parte dos ministros e agentes de primeiro escalão nomeados pelo não menos intelectualmente limitado chefe de governo.

Muitas vezes as sociedades chegam a momentos críticos de impasses e incertezas que precisam ser enfrentados. Guerras, catástrofes naturais, revoltas internas, guerras civis. É difícil negar que o Brasil pode estar às portas de algo assim. Se não for tomada uma atitude política e social urgente, que congregue, por exemplo, as nossas excelentes universidades públicas, o que resta de sensato e bem intencionado nos mundos jurídico, político, religioso e mesmo militar – custo a acreditar que todos os oficiais e praças de nossas três armas estejam coniventes com o que se passa e parece que tenho alguma razão nessa desconfiança (CARTA CAPITAL, 20/06/2019; THE INTERCEPT-BRASIL, 24/06/2019) –, os agentes econômicos do capital e do trabalho que ainda têm compromisso social e nacional, provavelmente um apocalipse de porcos zumbis seria uma alternativa bem mais apazível.

•

39.

Certa feita, um programa de TV se realizou em frente ao Planetário da UFRGS. Era um programa diário de uma emissora local que consistia em uma apresentadora e um enorme banco estilizado que era carregado de lugar em lugar da cidade a fim de que a gaja realizasse entrevistas com

pessoas envolvidas em alguma agitação cultural, evento literário, reunião social. Andavam por teatros, praças, cafés. Como Heródoto, o método me obriga a esclarecer que eu não assisti ao programa, mas conto a partir de um relato, se bem me lembro, de uma aluna da disciplina que ministro chamada “História, mídia e poder”, e isso faz já alguns anos, pois nem o programa e nem a emissora existem mais. Então, na frente do Planetário, um lindo fim de tarde – uma licença poética de minha parte –, estavam sentados no banco astrólogo, pai de santo, vidente, adivinho e um astrônomo, professor da Universidade. Os primeiros falaram copiosamente sobre os astros, os orixás e o futuro e, ao terminarem, a apresentadora se virou para o professor de astronomia e perguntou o que ele achava de tudo aquilo. Levantando-se do banco, disse apenas que não achava nada e abandonou o programa em frente às câmeras e aos atônitos participantes.

Essa historietta não me parece desmerecer os “saberes” ou as práticas, quaisquer que sejam, mas permite reconhecer e discernir que “uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa”, como diz o adágio popular futebolístico. O problema não são elas, as coisas, seus especialistas ou amantes e seus conteúdos, mas a arena e a pretensão de pô-los em confronto. O meio é o problema.

No programa “Esfera Pública”, esse eu assisti no YouTube, de 24 de janeiro de 2018, o jornalista dono do espaço, Juremir, entrevista Márcia sobre o julgamento do ex-presidente Lula. No meio da conversa, aparece no estúdio o jovem Kim. Márcia imediatamente se levanta, se despede do jornalista com cordialidade e abandona o show, declarando não reconhecer no outro convidado um interlocutor válido a qualquer título (ESFERA PÚBLICA, 24/01/2018). Logo depois, ela posta uma carta aberta dirigida a Juremir, na qual expõe os motivos que a levaram a abandonar o programa:

Ao longo da minha vida me neguei poucas vezes a participar de debates. Sempre que o fiz, foi por uma questão de coerência. Tenho o direito de não legitimar como interlocutor pessoas que agem com má fé contra a inteligência do povo brasileiro ao mesmo

tempo em que exploram a ignorância, o racismo, o sexismo e outros preconceitos introjetados em parcela da população. Por essa razão, ontem tive de me retirar do teu programa (*apud* REVISTA CULT, 25/01/2018).

Mesmo que as razões de Márcia possam ter sido intencionalmente pensadas para que ela capitalizasse o episódio a fim de reforçar sua própria posição político-partidária, afinal ela foi candidata ao governo do Estado do Rio de Janeiro pelo PT nas eleições de 2018, em uma delas, há que se concordar. Não tendo sido avisada de que Kim estaria lá também, o encontro poderia ser confundido com uma arapuca.

No dia seguinte, Juremir Machado da Silva postou interessante “explicação” sobre o ocorrido. Com muita arte pede desculpas a Márcia Tiburi por ter sido “descortês” ao não avisar que convidara também o ativista de direita Kim Kataguiri para o programa, pois no “jornalismo isso é padrão. Avisa-se por cortesia e para manter relações”. As desculpas tomam pequeno espaço logo no início do texto, que segue a partir de um “parei para pensar”, o que é temerário em muitos casos, mas também revelador. Juremir elenca uma série de perguntas, retóricas:

Por que não se pode debater com Kim Kataguiri? Por que ele é jovem demais? Por que o MBL é considerado fascista? Por que mesmo o MBL é fascista? Por que quer Estado mínimo? Por que Kataguiri teria sido treinado nos Estados Unidos? Por que acha que Lula é corrupto? Por que pensa como parte considerável da população brasileira? Por que apoiou Doria? Por que apoiou o impeachment de Dilma? Por que não bate panelas contra Temer? Por que é debochado, arrogante, agressivo? Por que intimida as pessoas (já sofri muita tentativa de intimidação da esquerda)? Por que o MBL filma as pessoas às escondidas para expô-las e isso é realmente grave? (SILVA, 2018).

Sim, Juremir. Não ao sim a uma ou outra interrogação isoladamente, mas o sim ao conjunto delas, que inclusive incluem a prática sistemática de crime, pois filmar “as pes-

soas às escondidas para expô-las” é crime. Não se trata de uma descortesia, se trata de uma velha prática midiática de bombeiro incendiário e ponto. Talvez fosse mais correto simplesmente admitir isso e então se desculpar. Descortesia e falta de discernimento talvez tenham ocorrido no caso do astrônomo que se recusou a discutir com aqueles que eram diferentes dele, tanto de sua parte quanto da produção do programa de TV que supôs serem comensuráveis tais práticas e saberes. No caso do convite a um ativista, cujas ideias e métodos de ação flertam com o fascismo, para um programa que contava com uma professora e também ativista, mas em princípio, na ocasião, de boa-fé, é simplesmente uma armadilha para ganhar audiência. Não há ação comunicativa (HABERMAS, 1992 e 1999) possível em um caso assim e disso o apresentador, que também é professor universitário, sabia muito bem, ou ao menos deveria saber.

O problema é quais interesses fazem com que pessoas como essas sejam visibilizadas pela mídia empresarial dominante? O ativista em questão é aquele de quem já me ocupei e que chegou a ter coluna assinada na Folha de São Paulo durante o processo de afastamento de Dilma Rousseff. Trazer para espaços públicos tais figuras é sim participar do processo de sua legitimação e de suas posições, é sim atestá-las como dignas de conta e isso é tudo o que querem e precisam. Os ofídios que agora se instalaram às claras em postos importantes pelo país, incluindo Kim, que antes, em sua pregação e ira santa, dizia ser contra a política e os políticos e hoje é deputado federal por São Paulo, só se criaram porque foram nutridos, especialmente pela mídia empresarial estabelecida.

Mas a postagem de Juremir ainda é mais reveladora. Para justificar o injustificável, ele relaciona convidados que já passaram por seu programa, “Cesare Batistti e Jair Bolsonaro. Nesta semana, João Pedro Stedile e Guilherme Boulos.” Segue mais uma pergunta retórica: “Por que Boulos pode e Kataguirí não?” (SILVA, 2018). Simples, porque um tem integridade e legitimidade social e o outro é o que é, um produto inventado e incensado pela própria mídia cor-

porativa a fim de cumprir uma missão político-partidária, um simulacro (CHAUÍ, 2006). Os citados pelo apresentador atestam bem o trabalho de legitimação operado pelo jornalismo, pois ele coloca no mesmo plano, horizontaliza, líderes originários de movimentos sociais consistentes (Stedile, Boulos), um ativista de vida bastante conturbada e que no Brasil nada mais foi do que boi de piranha para uma luta política que nada tinha a ver com ele (Batistti) e dois oportunistas de ocasião que em janeiro de 2018 poderiam até ser engraçados e dar audiência e hoje perderam totalmente a graça porque um se tornou deputado federal e o outro presidente da República.

A grande mídia empresarial acaba por chancelar o avanço do obscurantismo de direita e os seus métodos como algo da mesma natureza que movimentos sociais e políticos com histórias antigas e intensa legitimidade social, inclusive desde as camadas dominadas da população.

Em grande parte, foi essa atitude generalizada que entre os dois turnos da eleição presidencial de 2018 beneficiou o candidato Bolsonaro. Depois da facada que eventualmente sofreu em uma passeata em Juiz de Fora, ele desapareceu dos canais públicos tradicionais onde precipuamente se jogava o jogo político-eleitoral desde os anos 1980 e a Constituição de 1988 – debates e entrevistas nos meios de comunicação, aparições públicas em comícios passeatas e carreatas, participação bem produzida em termos de marketing no horário eleitoral gratuito. Ficou primeiro no hospital, de onde foi alçado ao segundo turno, e depois foi para casa, sempre postando vídeos, *selfies* e comentários nas redes sociais. Uma desculpa e tanto para não debater e arriscar deixar transparecer suas evidentes fragilidades intelectuais e cognitivas. Foi mobilizado um exército virtual, em parte pago, em parte voluntário, em parte real, em parte composto por robôs, que usou e abusou de *fake news*, de memes, de mentiras, de preconceitos, de manipulação de sentimentos e do medo, de discurso de ódio.

Difusão de mentiras camufladas como notícias, ví-

deos que tentam desmentir publicações negativas da imprensa, desconfiança das pesquisas e falsos apoios de celebridades à candidatura Jair Bolsonaro. Assim funcionam no aplicativo de mensagens WhatsApp uma amostra de grupos públicos de eleitores do presidencialível do PSL. Nas últimas três semanas, a reportagem do EL PAÍS se inscreveu em três desses grupos – [...] em todos o discurso é o de que é preciso usar a plataforma, de uso massivo em todas as faixas de renda no país e de difícil monitoramento, para combater a ‘grande mídia tendenciosa’ e ajudar na disseminação das mensagens (EL PAÍS-BRASIL, 26/09/2018).

Como essa e outras reportagens mostraram (NEXO JORNAL, 06/10/2018; THE INTERCEPT-BRASIL, 07/10/2018), a campanha de Bolsonaro se voltou também contra a mídia empresarial e nem assim houve por parte dela uma condenação mais sistemática e veemente dos métodos por ela utilizados. Ao contrário, a mesma mídia, que não poupou esforços em se político-partidarizar durante a cruzada antipetista em grande parte criada e promovida por ela mesma, então, entre o primeiro e o segundo turno das eleições de 2018, resolver ser “neutra”, apresentando como se as candidaturas de Fernando Haddad e de Jair Bolsonaro fossem as faces opostas de uma mesma moeda. Ela pintou o centrista Haddad e seu partido, o PT, como sendo representantes de um imaginário extremismo de esquerda totalmente inexistente frente a um outro extremo que seria a candidatura bolsonarista, sendo que essa sim, clara, explícita e autoproclamadamente de extrema direita, usando e abusando de elementos filofascistas em seus discursos e posturas. Reinventando dessa forma o espaço político, criando uma polarização até então inexistente, a mídia buscou se equilibrar entre os dois polos que ela mesma construía colocando-se novamente como “imparcial” frente aos contendores supostamente radicalizados. Isso vale em grande medida e especialmente para os casos dos grupos Globo, Folha, Abril e Estadão, não sendo os casos da Record e nem do SBT, cujos proprietários se engajaram na campanha de Bolsonaro de peito aberto. Por conveniência, por antipetismo, por leniên-

cia, por covardia, por compromissos assumidos com o golpismo, enfim, a grande mídia empresarial ajudou a atirar o governo do país no colo da extrema direita ao justamente se recusar a denunciar o seu caráter, ou falta dele, abertamente marcado por um profundo descompromisso com as instituições e processos democráticos.

O caso do programa de Juremir Machado ainda pode servir para outros apontamentos. Em suas desculpas a Márcia Tiburi, ele vai mais longe no trabalho de corroborar a ilusão do jornalismo e dos jornalistas sobre si mesmos segundo a qual dão voz a todos indistintamente, de que não tomam parte ou partido, de que são e estão acima deles e de todas as “tribos”. “Não sou de esquerda. Não sou de direita. Não tenho partido. Sou anarquista. Um anarquismo fora do catálogo. Não sou, como diria Edgar Morin, de ninguém. Não contem comigo como porta-voz. Eu pertencço à solidão da minha loucura” (SILVA, 2018). Concordando com Pierre Bourdieu, talvez seja esse um dos grandes problemas do jornalismo para a democracia, a ilusão da imparcialidade como neutralidade. Para que pudesse se aproximar de um lugar um pouco mais equidistante, o jornalismo deveria tomar muito mais partido (BOURDIEU, 1997). Não no sentido de partido político, claro, mas no sentido de, ao confrontar os divergentes, buscar deles extrair o máximo daquilo que procuram ocultar ou daquilo que não conseguem dizer por que não possuem as condições ótimas para poderem de fato dizer o que querem ou precisam, especialmente na televisão.

Me faço mais claro com um exemplo de um outro programa que também não mais existe. Chamava-se “Conversas cruzadas” e em uma de suas edições estavam debatendo um experiente, descolado, treinado e rico advogado da associação rio-grandense dos grandes proprietários de terras e um representante de um assentamento de sem-terra em um município do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. O tempo era controlado pelo apresentador, que hoje é senador da República, e dividido igualmente em termos cronológicos entre os dois. Enquanto nos seus minutos o advogado deitava e rolava um verbo desenvolvido e ligeiro,

respondendo às questões e argumentando com sobras de recursos, sustentando com a ilustração bacharelesca típica de seu meio os pontos de vista que representava, o agricultor, que provavelmente nem completara o ensino médio, portava um carregado sotaque campestre e tinha dificuldades de se expressar na forma como era dele esperado no contexto da televisão, quando começava a esclarecer e sustentar suas posições era cortado, pois acabava o “seu” tempo.

O próprio apresentador intervém pela linguagem inconsciente, por sua maneira de fazer as perguntas, por seu tom [...]. O apresentador distribui os tempos de palavra, distribui o tom da palavra, respeitoso ou desdenhoso atencioso ou impaciente. [...] Por exemplo o respeito pelas grandezas culturais, no caso de um autodidata com certo verniz de cultura, vai levá-lo a admirar as falsas grandezas, os acadêmicos, as pessoas dotadas dos títulos aparentemente respeitáveis. Outra estratégia do apresentador: ele manipula a urgência; utiliza-se do tempo, da urgência, do relógio, para cortar a palavra para apressar, para interromper. E aí ele tem um outro recurso; como todos os apresentadores ele se faz o porta-voz do público: ‘Interrompo-o, não compreendo o que quer dizer.’ Ele não dá a entender que é idiota, dá a entender que o espectador de base, que por definição é idiota, não compreenderá. E que ele se faz o porta-voz dos ‘imbecis’ para interromper um discurso inteligente (BOURDIEU, 1997, p. 44-6).

A importância do jornalismo em momentos cruciais da história dos povos também foi abordada por Max Weber, quando lembrava o papel que os jornalistas estavam destinados a desempenhar no pós-guerra, a primeira, com a Alemanha derrotada e arruinada (WEBER, 1982). O nazismo que frutificou naquela conjuntura acabou mostrando que a missão não foi cumprida a contento. Ao fim e ao cabo, Hitler foi quem emergiu.

O que levanta um problema importantíssimo do ponto de vista da democracia: é evidente que nem todos os que se servem da palavra são iguais no estúdio. Temos profissionais do estúdio, profissionais

da palavra e do estúdio e, diante deles amadores [...]; isso é de uma desigualdade extraordinária. E para restabelecer um pouquinho de igualdade seria preciso que o apresentador fosse desigual, isto é, que assistisse os mais desprovidos relativamente [...]. Quando se quer que alguém que não é um profissional da palavra chegue a dizer coisas [...], é preciso fazer um trabalho de assistência à palavra. [...] Ora, isso não é de modo algum o que fazem os apresentadores. Não só não ajudam os desfavorecidos, como também, se assim se pode dizer, afundam-nos. De inúmeras maneiras: não lhes dando a palavra no momento certo, dando-lhes a palavra no momento em que já não a esperam, manifestando sua impaciência etc. (BOURDIEU, 1997, p. 46-7).

A crítica não é à pessoa do jornalista Juremir, muito pelo contrário, ele apenas traduz, à sua peculiar maneira, a mitologia do jornalismo apartidário, neutro e equidistante ao se declarar propriedade exclusiva de sua loucura. Na esteira de uma declaração como essa, inclusive, a discussão ética que envolve deixar os convidados de um programa na ignorância dos termos do debate que se quer reproduzir fica minorada. Mas ele é aqui, mesmo que não queira, o portavoz de toda uma ilusão compartilhada.

Uma foto de um cartaz tem circulado ultimamente pelo Facebook, um meme, na verdade. Não tenho os créditos da autoria e nem as condições em que foi elaborado, mas diz o seguinte: “Si una persona dice que llueve y otra dice que no, tu trabajo como periodista NO es darle voz a ambas: es abrir la puta ventana y ver si está lloviendo.”

O jornalismo que não se dá conta da evidência comum de que “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”, termina por servir como um impulsionador de forças e movimentos que ali adiante podem ser seus próprios alvos. O extremismo fortalecido vai fazer vítimas também no jornalismo, a face mais explícita da ilusão da liberdade de expressão. Quem está à frente de importantes espaços de debate não pode restar circunscrito em sua própria loucura, acabará como o alienista Bacamarte, autoconfinado, sozinho na Casa Verde.



40.

Qualquer um com um domínio razoável do vernáculo, que tenha lido, mesmo que por alto, o cardápio sagrado dos textos consagrados pelos consagradores de textos, que consegue nutrir os contatos e as relações convenientes e sabe misturar em doses certas demagogia, pieguice, elitismo e um neoliberalismo meio esquizofrênico, é hoje um forte candidato a crítico de grande rede de televisão ou polemista de internet. Junte-se a isso algum reconhecimento em certos meios, de preferência com um “passado de esquerda” devidamente purgado, e, *voilà*, mais uma figura certificada, creditada e devidamente patrocinada é unguida.

Como tudo neste mundo do efêmero e do volátil, do descartável e das repaginações das velhas novidades, parafraseando o poeta a quem muito cultuam, palavra predileta no meio, a “novidade”, sem compreenderem minimamente o que Cazusa queria de fato dizer, basta uma olhadela pelas páginas dos próprios meios a fim de pescar alguma barbaridade, escândalo, injustiça, ameaça a sua liberdade de ser e de viver. O resto o grande mestre e guru, Carlos Lacerda, agora reforçado por Olavo de Carvalho, já traçou. É títica na ventoinha e pedra na Geni, a maldita sem vergonha. Com costas largas e culpas históricas o estado é o alvo mais constante, predileto. Não faz nada, tira tudo, quer oprimir com seus variados tentáculos e artimanhas. Acabe-se com ele! O que dele presta, doe-se aos amigos privados, o resto que se dane. É bom ser guru de internet ou comentarista da grande rede de TV.

Alguns deles viram profetas do mercado, esse ser dotado de uma sensibilidade incomparável, com vontade própria, que demanda ações, espera decisões, se comporta assim ou assado. E eles costumam dizer: “o mercado está nervoso”, “o mercado espera isso”, “o mercado quer aquilo”, “acordou histérico”, “ele pede que”. O mercado é uma espécie de Tamagoshi tirânico que precisa de amor, carinho,

compreensão, alimento, alento e sabe-se lá mais o quê, além do sangue, suor e lágrimas da grande maioria. Um deus *ex-machina* que controla e pauta a vida no planeta de acordo com seu humor inconstante. Mas, ora bolas, quem é esse ente tão exigente e sensível, ultimamente tão necessitado de um divã, se não o produto mais acabado da atual ideologia dominante, o ente legitimador de toda ou qualquer ação? Sem que se “ouça o mercado”, não há política plausível, pensável ou realizável, ele é a substância eterna, imutável, trans-histórica. É a única Verdade, Vontade e Majestade. Isso tem nome, é totalitarismo. Paulo Guedes sabe disso. A realidade social e histórica é reduzida a um esquema único, subjetivado e substancializado de princípio (*arché*) e finalidade (*telos*). Os que não aceitam cegamente a premissa são acusados de desvio, ou, pior, crime, depravação, patologia, ou, ainda, suma heresia, de “esquerdistas”. Aqui entra Olavo e sua trupe de vigilância ideológica.

Enquanto isso, as grandes mídias seguem propiciando os espaços ótimos para essas gentes e visões de mundo se criarem e proliferarem. Uma charge de Edu Oliveira, postada em sua página no Facebook, mostra o cidadão número um dizendo que “ $2+2=4$ ”; o cidadão número dois diz que “ $2+2=3,9$ ”; o número três assevera que “ $2+2=\text{banana}$ ”. Por fim, aparece a “imprensa” dizendo: “Polêmica! Quem terá razão?”. Quando a mídia nivela as proposições dos três cidadãos no mesmo patamar está criando as melhores e mais propícias condições para que vicejem os mestres do engodo e suas absurdas autocertezas, as quais adiante, quando se nutrem de alguma força social, como em torno de um candidato à presidência ou um guru de internet, são criticadas pela mesma mídia que se socorre e se esconde atrás de procedimentos de *fact checking*. Talvez agora seja tarde demais.



41.

Em abril a escrita se demorou. Estive em Mendoza, na Argentina, dando um curso e palestras na Universidad

Nacional de Cuyo (UNCuyo). Aos pés da cordilheira dos Andes, é uma cidade linda e rica, fica na zona dos vinhedos e das azeiteiras, cheia de turistas, restaurantes, bares, além de muito agradável, com poucos prédios altos e farta arborização. No tempo em que estive lá todos os dias foram ensolarados e a temperatura nunca foi maior do que 25 graus, o comum era 22 ou 23 no início da tarde, e nunca menor do que 9 ou 10 graus muito cedo pela manhã. Foram quase duas semanas convivendo com os colegas e os alunos argentinos que tão bem me receberam no *Posgrado en Historia*. Claro que também tomei alguns deliciosos vinhos e cervejas artesanais e comi muito assado de primeira, mesmo na singela banquinha do mercado público. *Perfecto*, como eles gostam de dizer.

Numa de minhas intervenções, na conferência aberta à comunidade acadêmica, em especial agradeci aos alunos e à universidade pública, gratuita e de qualidade que me acolhia e que espelhava a minha própria casa, a UFRGS, as quais têm como principal razão de ser os seus corpos discentes, pois somos todos agentes de instituições de ensino, pesquisa e extensão de excelência mais do que comprovada e com um gigantesco compromisso social, compromisso que não se estabelece frente aos nossos respectivos governos, eles passam, mas frente aos povos argentino e brasileiro.

Lembrei de Marielle Franco e Santiago Maldonado. Ele era um ativista em prol dos índios *mapuches* que, depois de dias desaparecido, foi encontrado morto em um rio do sul da Argentina, suspeito de ter sido deliberadamente afogado, assassinado, portanto. Marielle foi executada a tiros junto como seu motorista, Anderson Gomes, e mesmo que já tenham sido presos dois elementos acusados de serem os executores do crime, ambos vinculados a organizações paramilitares conhecidas como milícias e um deles morador em um condomínio na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro no qual é vizinho do presidente Bolsonaro (FSP, 12/03/2019), até agora, já entrando em maio de 2019, mais de um ano depois, nada dos mandantes. Quem matou e mandou matar Santiago? Quem mandou matar Marielle? E, por quê?

42.

Como mostraram às fartas os regimes nazifascistas de meados do século passado, a ignomínia tem poucos limites. Não basta a guerra cultural contra um marxismo de conto de fadas, não basta a morte de pessoas cujo único suposto crime é ser diferente de uma normalidade imaginária e lutar por um lugar ao sol para si próprios e para os seus, não é suficiente perseguir professores e as universidades, tudo isso e mais um pouco se articula com outro aspecto: a depreciação da natureza e a extinção daqueles que foram construídos historicamente como os que mais representam a necessidade do uso integrado, racional e regulado dos recursos naturais, os povos indígenas. Em 8 de maio de 2019, todos, sim, todos os ex-ministros do meio-ambiente do Brasil ainda vivos – o ministério foi criado em 1992 –, entre eles Carlos Minc, Rubens Ricupero, José Sarney Filho e Marina Silva, assinaram uma carta conjunta reprovando e repudiando as novas práticas governamentais para a área. Só isso deveria ser uma bomba político-midiática sem precedentes. Não é qualquer coisa reunir essa gente toda, muitos recentemente em lados opostos na questão do golpe contra Dilma Rousseff e nas eleições de 2018. Porém, eles:

deixaram claro que o panorama atual é desolador. Todos fizeram questão de sublinhar que, apesar de diferenças ideológicas, cada um deles manteve o legado de seus antecessores e o rumo das políticas ambientais ao mesmo tempo que trabalhava em novas políticas e diretrizes para preservar a riqueza ecológica brasileira. [...] As medidas ‘retrógradas’ tomadas pelo Governo Bolsonaro neste assunto são muitas e diversas: transferir para o Ministério da Agricultura a demarcação de terras indígenas e o Serviço Florestal Brasileiro, a perda da Agência Nacional de Águas para o Ministério de Desenvolvimento Regional, a extinção da Secretaria de Mudança Climática, o assédio aos fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Natu-

rais Renováveis (IBAMA), responsáveis por aplicar multas ambientais para poluidores e desmatadores, além das ameaças de dismantelar áreas protegidas, reduzir o Conselho Nacional do Meio Ambiente eliminar o Instituto Chico Mendes (ICMbio). Além disso, o governo Bolsonaro passou a indicar militares e policiais militares para os cargos de chefia do IBAMA e do ICMbio com a desculpa de que podem conferir um maior poder de polícia para os organismos (EL PAÍS-BRASIL, 08/05/2019).

É apontada a figura do atual ministro da pasta, Ricardo Salles, como a de alguém totalmente descomprometido com as pautas ambientais. O desmonte do ministério que tão diligentemente Salles está capitaneando está associado a outras ações como a retirada dos mecanismos de proteção florestais e aos povos indígenas, a liberação indiscriminada da comercialização e uso de agrotóxicos, muitos deles proibidos em grande parte dos países europeus e nos Estados Unidos por seu alto grau de toxicidade, a retirada de incentivos à produção de pequenos e médios agricultores, facilitação de licenças ambientais para grandes explorações, como a da permissão para petroleiras estrangeiras perfurarem na região do arquipélago de Abrolhos no litoral baiano, pondo em risco uma riquíssima diversidade ambiental outrora protegida.

Não vou me aprofundar sobre a pessoa do ministro Salles, mas, à semelhança de seus congêneres Vélez Rodríguez, Paulo Guedes e Abraham Weintraub, é outro que tem alguns sérios problemas com relação ao mundo acadêmico. Ao menos desde 2012, quando assinou um artigo na Folha de São Paulo ostentando o galardão, em seu currículo constava ser possuidor do título de mestre em direito público por nada mais nada menos do que a Universidade Yale, nos Estados Unidos. Desconfiados, alguns jornalistas do The Intercept-Brasil foram atrás para confirmar a informação atestada pelo atual ministro e descobriram que não há registros na prestigiosa e caríssima universidade de Connecticut de que Salles a tenha frequentado e muito menos de que nela tivesse obtido qualquer título. Confrontado com a evidên-

cia, o ministro se contentou em dizer que se tratava de um engano de sua assessoria (CATRACA LIVRE, 25/02/2019).

Realmente não importa tentar especular quais seriam as razões para alguém manter uma mentira atrelada ao seu nome durante tanto tempo, desde ao menos 2012, e nada fazer a respeito, mas algo de frustração transparece. Como efetivamente o ministro não tem o título que sua assessoria agregou ao seu currículo e que era repetidamente referido quando ele aparecia na imprensa, parece sim se tratar de um caso de certa pretensão, desejo ou sonho não realizado. Impressionante como o anti-intelectualismo que grassa solto pelos principais cargos dos escalões mais altos do atual conluio governativo é frequentemente contrastado com os desejos frustrados de seus ocupantes. Em sua maioria incapazes de se titular, de seguirem carreiras minimamente aceitáveis no mundo da ciência e do saber, se voltam facilmente contra ele, refletindo a figura-chave que condensa todas as suas frustrações de incultos voluntaristas: Olavo de Carvalho.

Mas a questão ambiental é só mais um caso. Um anti-intelectualista contumaz se coloca contra todo o esforço de estado feito desde a década de 1990 no país para simplesmente beneficiar seus associados agropecuaristas e mineradores. Como Salles não é da cota de Olavo de Carvalho, as coisas ficam ainda muito mais explícitas, sem os devaneios fantasiosos com professores comunistas, alunos drogados, orgias nos campi universitários. Em certo sentido, Salles tem um caráter bem mais íntegro: é um agente do agronegócio e do extrativismo e ponto final. Claro que a integridade cessa quando esbarra na conta de seus títulos acadêmicos imaginários.

•

43.

Já me detive bastante em Paulo Guedes, sua formação de *Chicago boy* e a relação entre sua turma intelectual e a ditadura comandada por Augusto José Ramón Pinochet Ugarte – é bom grifar de vez em quando o nome completo dessa

gente abominável e genocida, porque pode auxiliar na sua fixação como memória – no Chile. Em uma reportagem de 2017, a TeleSUR trouxe à lembrança 11 casos de terrorismo de estado praticados pelos agentes daquele regime que, entre outras coisas, albergou tão bem o neoliberalismo (TELESUR, 11/09/2017).

Todos os casos relatados são igualmente importantes, o do padre espanhol Juan Alsina, assassinado em uma das pontes sobre o rio Mapocho em Santiago, passando pelo de Salvador Allende, o presidente morto de arma na mão quando da invasão dos golpistas ao palácio La Moneda, e seguindo pelos de Gloria Lagos, mãe de três filhos e grávida do quarto que, mesmo assim, foi torturada até a morte em um campo de concentração, de Carlos Contreras, que se atirou na frente de um ônibus para desviar seus algozes, sendo depois morto e queimado, bem como os demais.

Porém, quero me deter em três deles. Me parecem emblemáticos. Carmen Gloria Quintana tinha 18 anos. Ela e Rodrigo Rojas participavam de uma manifestação contra a ditadura e foram detidos pela polícia. Não se conheciam até então, mas sofreram um martírio comum. Foram carregados para junto de um muro, jogaram gasolina em cima deles e prenderam fogo. “Deixaram que as chamas os envolvessem por um bom tempo, até que decidiram apaga-las e levar os dois a um lugar ermo onde abandonaram seus corpos. Achavam que estavam mortos” (TELESUR, 11/09/2017). Rodrigo efetivamente estava morto, Carmen não. Levou semanas entre a vida e a morte, mas se recuperou. Em 2017 tinha 49 anos e mais da metade do corpo com cicatrizes das queimaduras sofridas.

Outro é o conhecidíssimo caso de Victor Jarra. Então famoso cantor e compositor popular, era uma referência cultural muito identificada com o governo Allende. Jarra foi levado ao Estádio Nacional junto com milhares de outros chilenos que seriam como ele torturados e mortos. Mas o caso de Jarra tem alguns requintes de crueldade. “O torturaram durante horas e de maneiras espantosas. Destroçaram as suas mãos forçando-o a tentar tocar um violão. Seu corpo foi

encontrado com 44 tiros de bala” (TELESUR, 11/09/2017).

O corpo da professora Marta Ugarte apareceu na praia dentro de um saco de aniagem com marcas evidentes de que havia sido torturado. Ela é mais uma de tantos que foram jogados de helicópteros ou aviões no Oceano Pacífico para que desaparecessem do mundo. “Mas o mar não, o mar queria devolvê-lo e deixá-lo [seu corpo] serenamente na areia para escancarar o horror” (TELESUR, 11/09/2017).

Ditaduras como a chilena, a argentina e a brasileira, regimes como o nazismo e o fascismo, se estabelecem desde uma cúpula restrita apoiada, quando não financiada e articulada, por setores sociais importantes, normalmente das classes dominantes, contando com o respaldo de corporações estratégicas, principalmente militares, policiais e judiciárias. Claro que nem todos nas corporações e na sociedade concordam, o que lhes custa caro quando viram alvos da manada aderente. Daí que as elites podem se furtar ao trabalho sujo direto, delegando aos subordinados as tarefas mais abomináveis e degradantes de organizar e pôr em ação as torturas, os morticínios, as perseguições, as depravações, enfim, a produção e a reprodução do que se poderia chamar de realização do terror. Penso nos soldados que juntaram contra um muro uma menina de 18 anos e mais um outro rapaz, empaparam-lhes de gasolina e atearam fogo. Estavam rindo uns com os outros? Caçoavam dos agonizantes trocando piadinhas coniventes? Apontavam os dedos assassinos gargalhando ignomínias? Enquanto isso Pinochet deveria estar em palácio em rapapés e regabofes com os seus guris de Chicago e mais um punhado de capitalistas de escol elaborando como aprofundar seus planos reformistas para criar um ambiente mais favorável ao mercado. E o que pensar dos militares que, não bastando os golpes físicos e morais de uma tortura desmedida, ainda por cima destroem os membros principais para um músico de instrumento cordas: suas mãos e dedos? Satisfeitos? Claro que não, certamente entre risos e galhofas puseram no seu colo um violão, mas dele nada mais se poderia escutar. E a professora violada de todas e piores formas possíveis e imagináveis e

depois posta dentro de um saco de aniação para ser jogada ao mar na criminosa, mas vã, tentativa de fazê-la sumir do mapa? Sentiam seus algozes o gozo impune pelo horrendo crime cometido?

Jair Messias Bolsonaro deixou claro em vários momentos seu apoio e admiração pela ditadura militar brasileira, inclusive “já chegou a dizer que a ditadura deveria ter matado mais. Ele também fez elogios públicos a Brilhante Ustra – considerado ‘torturador’ em ação declaratória da Justiça. Bolsonaro considera o coronel, já morto, um de seus heróis” (NEXO JORNAL, 21/03/2019). De modo semelhante, em diversos momentos ele defendeu o regime de Augusto José Ramón Pinochet Ugarte. Para Jair Messias Bolsonaro, “o ex-ditador ‘fez o que tinha que ser feito’ [... e] ‘devia ter matado mais gente’. ‘Tinha que agir de forma violenta para recuperar o país’” (BBC-BRASIL, 22/03/2019). Já um de seus filhos, o deputado federal Eduardo Nantes Bolsonaro, também teve a ocasião de dizer que “Pinochet havia sido responsável por impedir que o país ‘se convertesse numa nova Cuba’” (BBC-BRASIL, 22/03/2019). O atual ministro da Casa Civil, Onyx Dornelles Lorenzoni, declarou em uma entrevista de rádio que “‘o Chile teve de dar um banho de sangue’ no período Pinochet. ‘Triste, o sangue lavou as ruas do Chile, mas já passaram oito governos de esquerda e nenhum mexeu nas bases macroeconômicas colocadas no Chile no governo Pinochet’” (BBC-BRASIL, 22/03/2019). Não satisfeito em elogiar ditadores no Chile e no Brasil, Jair Messias Bolsonaro e seu círculo não perdem a oportunidade de estender seus cumprimentos a outras figuras da mesma estirpe, como ao ditador paraguaio general Alfredo Stroessner Matiauda (UOL, 26/02/2019).

Se eventualmente alguém se pergunta que espécie de gente apoia atrocidades como as relatadas na matéria da TeleSUR sobre o Chile, os extermínios protagonizados pelos nazistas, as torturas, mortes e desaparecimentos de cidadãos e cidadãs durante as ditaduras latino-americanas ou qualquer outro tipo de regime discricionário, as pistas estão por aí.

44.

Em 22 de maio de 2019 uma notícia circulou pelos meios em geral. Em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, realizou-se, em uma iniciativa de uma tal Associação Matogrossense de Pesquisa e Apoio à Adoção (AMPARA) e de nada mais nada menos do que da Comissão de Infância e da Juventude da Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Mato Grosso (OAB-MT), o evento “Adoção na passarela”. Com o aval das varas da infância e da juventude da justiça local, enfim, com a chancela do Poder Judiciário, crianças e adolescentes sem pais são “produzidos” – maquiados e vestidos com roupas novas, limpas e modernas –, e postos a desfilarem em uma passarela dentro de um Shopping Center aos olhos de pretensos candidatos a pais adotivos. As fotos divulgadas mostram crianças negras. A primeira imagem que vem a cabeça é a dos infames mercados de escravos que pululavam pelo Brasil oitocentista, ou a dos leilões de gado que se espriam por todos os lados no centro-oeste do país onde fica o Mato Grosso (GGN, 22/05/2019).

A Folha de São Paulo traz uma matéria bastante completa sobre a efeméride que contou com a presença, entre outros, de membros do Judiciário e do Ministério Público locais, bem como de entidades filantrópicas e, claro, de membros da OAB que, afinal, era coorganizadora do evento (FSP, 22/05/2019). Provocada pela reportagem, a Defensoria Pública do Mato Grosso lançou uma nota repudiando o espetáculo. Nela refere que a “grande exposição da imagem desses menores pode levar à objetificação e passar uma ideia de mercantilização”, sendo isso incompatível com a Constituição Brasileira e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “O sonho de ser mãe ou pai deve ser tratado como um ato de amor e não como uma mercadoria a ser buscada numa vitrine” (*apud* FSP, 22/05/2019).

O mais espantoso ainda é que alguns dos organizadores tentaram defender o evento porque ele incentivaria as

adoções. E as crianças rejeitadas? Quais os ônus para elas? Não bastando serem expostas como mercadoria, o que passa com aquelas que são recusadas, como não tendo valor de mercado? E, mesmo no caso das que eventualmente tiverem a fortuna de serem adotadas, mais tarde se orgulharão de terem sido “escolhidas” em um desfile no centro comercial no qual eram arrematadas pelo melhor lance ou relance? O episódio, mais um dos tantos, é ilustrativo do desprezo e da desumanização que as pessoas em condições socialmente vulneráveis recebem de grupos de elites ou das classes média e dominante de modo geral no país. Um dos aspectos do golpe de 2016 que mobilizou fortemente essas camadas da população contra o governo do PT foi justamente a reação à incorporação de grupos sociais antes marginalizados e excluídos do mundo do consumo neste universo que eles consideravam tradicional e exclusivamente seu. Tornando-se visíveis e presentes em shoppings centers, em aeroportos, nas ruas das cidades pilotando veículos automotores, frequentando bares e restaurantes centrais, os dominados passaram a ser vistos como uma ameaça à situação de muitos, principalmente da classe média branca. Estariam fora de seu lugar, um horror, o mundo virava de ponta-cabeça e, claro, a culpa era do PT.

Nos momentos mais bem-sucedidos da política de integração pelo consumo, a valorização do trabalho em geral, especificamente dos trabalhadores especializados, como encanadores, eletricitas, pintores e assim por diante, aportou uma renda tal a eles e suas famílias que muitas vezes superava as rendas comuns entre as classes médias, como aposentadorias, aluguéis, pensões. A ameaça não era apenas virtual, era e em parte ainda é mesmo real para muitos em termos econômicos. Os que não conseguem se readaptar às novas condições do mercado de trabalho precarizado e incerto, à chamada “uberização” – nesse caso deve ser tomada ao pé da letra, pois são inúmeros os engenheiros, técnicos, administradores titulados que se dedicam a dirigir por aí presos aos aplicativos de transporte individuais porque perderam seus empregos (ver PÉREIRA & ARAÚJO, 2019) –,

se voltam ainda mais raivosos contra o “bando de pobres” que supostamente lhes ameaça a precária posição social que com muito custo tentam manter. E a reação foi muito forte, seja na reatualização do racismo e de um sem número de preconceitos afins ou não, como contra os “nordestinos”, os homossexuais, os travestis, as “putas”, seja na condenação geral de toda e qualquer política pública de integração ou de diminuição de danos sociais das pessoas em situações de maior vulnerabilidade, como o Bolsa Família e o Mais Médicos, que, enfim, sustentam “vagabundos”.

As provas concretas desse racismo de classe – dado que a situação de classe, do modo como a entendemos, é muito mais decisiva que a cor eventual – são inúmeras. Atropelar um pobre sub-humano jamais foi crime do Brasil. Ninguém da classe média foi preso por isso. As matanças indiscriminadas de pobres por policiais sempre foram uma espécie de política pública informal em nosso país, com grande apoio da classe média. Deseja-se uma polícia eficiente ‘limpe’ as ruas. Ajudar os pobres para essa classe, sempre foi ‘populismo barato’. Nossa tradição escravocrata jamais criticada moldou nossas classes do privilégio, condicionando o cinismo e a indiferença ativa da classe do dinheiro. Condição também o desprezo – que se torna ódio, dependendo da conjuntura – de nossa classe média conservadora pelos marginalizados e abandonados à própria sorte (SOUZA, 2016, p. 81).

O Brasil sob o atual concerto governativo, pilotado pelo ex-capitão do exército, é muito do reflexo dessa situação estrutural da sociedade e da incapacidade, urdida desde as elites dominantes, que o estado e a nação como um todo têm demonstrado de lidar com a sua história escravista, racista, machista, estamental, excludente, autoritária e concentradora de renda.

•

45.

Com a ignomínia, a mentira, a tergiversação, o engodo

e mesmo a pura e simples cara de pau, vêm junto a maré anti-intelectualista e anticientífica que se nutre e espalha hoje desde os mais altos escalões da República. E nada disso é sem um objetivo. Naomi Klein apontou que o desprezo pelos dados científicos a respeito da crise ambiental pela qual o planeta está passando, – o cientificamente comprovado aquecimento global é o paradigma mais conhecido – não se deve ao acaso, mas a uma consequência do avanço conservador neoliberal – Klein não usa o termo neoliberal, mas é exatamente disso que se trata. O negacionismo é apenas uma máscara para esconder a indiferença pura e simples que os cada vez em menor número ultraricos e seus agentes-chave têm pela questão, pois se julgam protegidos e em parte imunes às suas consequências.

O que todos os assessores de Trump têm em comum é a crença de que eles, seus filhos e seus pares estarão em segurança; que sua riqueza e contatos irão protegê-los do pior. Eles perderão alguns imóveis com vista para o mar, é verdade, mas isso não é nada que não possa ser substituído por uma bela mansão nas montanhas. [...] Em uma era de desigualdade crescente, uma boa parte das nossas elites está se isolando física e psicologicamente do destino coletivo da humanidade. Esse isolacionismo, ainda que apenas mental, permite que os ricos não só ignorem a necessidade de proteger o meio ambiente, mas também se aproveitem dos desastres e do clima de instabilidade para lucrar ainda mais. Estamos indo em direção a um mundo dividido entre ‘zonas verdes’ fortificadas para os ricos e ‘zonas vermelhas’ para o resto. E ‘zonas negras’ – prisões secretas – para quem não estiver satisfeito. Europa, Austrália e América do Norte estão fortificando (e privatizando) cada vez mais as fronteiras para se isolar daqueles que fogem de seus países para sobreviver (KLEIN, 2017).

Ainda para Klein, o crescimento no mundo atual do extremismo de direita e seu discurso e políticas racistas, supremacistas e nacionalistas, deve ser entendido em articulação com as “tendências geopolíticas e ecológicas. A única maneira de justificar essas formas bárbaras de exclusão é apostando em

teorias de hierarquização racial, que determinam quem merece ou não ser excluído das ‘zonas verdes’” (KLEIN, 2017).

No Brasil esse é um repertório bem conhecido. O país historicamente conviveu com a rapinagem colonial e pós-colonial, com destaque para o genocídio ameríndio, o tráfico de escravizados e o sistema escravista, para a acumulação material e simbólica de recursos por uma porção ínfima de dominantes que frequentemente começavam suas “carreiras” como aventureiros e saqueadores sanguinários. No estado atual do país, totalmente desindustrializado por uma política deliberada de sucateamento e abertura tarifária que se acentuou na década de 1990, a produção comercializável internacionalmente é resultado da extração – minérios, petróleo, riquezas naturais – e da indústria agropecuária – frango, gado, soja, laranja. Em parte dominado por capitais estrangeiros, como no caso das exploradoras de petróleo e minérios, indústrias de agrotóxicos e sementes, em parte por capitais nacionais, produção rural, a superexploração do meio ambiente se torna crucial.

Se os Estados Unidos também passam por um processo de desindustrialização em áreas onde era outrora dominante, como na produção de bens de consumo, compensa nacionalmente crises localizadas pela importância de seu agronegócio e exploração de matérias-primas, mas, principalmente, pelo domínio militar e financeiro e pela indústria de alta tecnologia e patentes. Dessa última parte o Brasil não tem nada, sobra só a parte suja: expansão descontrolada das áreas de produção agropecuárias pela tradicional via do desmatamento – a mata atlântica já foi praticamente arrasada em 500 anos de exploração, agora restando o pantanal e as matas tropicais – e a mineração desregrada que tem mais recentemente causado desastres ambientais e mortes sem precedentes com os rompimentos das barragens de contenção de detritos da empresa Vale em Minas Gerais e que, do mesmo modo, avança sobre matas, regiões de preservação ambiental e terras indígenas. A agropecuária alimenta a indústria dos venenos e fertilizantes os quais passam a ser usados indiscriminadamente e sem fiscalização, sendo hoje beneficiados

pela liberalização cada vez mais ampla pelo governo.

No dia 30 de maio de 2019, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, o mesmo que se confessa discípulo do astrólogo e filoterraplanista Olavo de Carvalho, “é contrário ao globalismo, defende Trump como o salvador da cultura ocidental e chegou a classificar o partido de Adolf Hitler como socialista” (VEJA, 30/05/2019), declarou em uma comissão no Congresso duvidar das pesquisas e evidências científicas que apontam para o aquecimento global nos últimos séculos. Para ele as medições atuais seriam equivocadas, pois não há um único aparelho que meça a temperatura global, que é feita apenas por “termostatos [sic] locais”, os quais no passado ficavam em zonas arborizadas e hoje estariam próximos ao asfalto, pelo que suas médias seriam mais elevadas, auxiliando no cálculo de uma elevação média global falsamente maior. Enfim, não há de fato “aquecimento global”, mas a composição de uma média que estaria equivocada. O “chanceler brasileiro preferiu descartar as pesquisas realizadas [...] e considerar que o asfalto incandescente de algumas localidades pode interferir no cálculo da média da temperatura do planeta” (VEJA, 30/05/2019).

A acadêmica e cientificamente prestigiadíssima Fundação Oswaldo Cruz realizou entre 2014 e 2017 um estudo sobre o uso de drogas entre a população brasileira por ter vencido um edital da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), ligada ao ministério da Justiça. Prestação de contas feita, o trabalho foi entregue em 2017. Desde então permanece engavetado. O ministro da Cidadania do governo Bolsonaro, Osmar Terra, vem desacreditando os resultados da pesquisa e em maio de 2019 atacou diretamente a Fundação Oswaldo Cruz, a qual teria, segundo ele, um “viés” favorável à liberalização das drogas e por isso intencionalmente buscaria encobrir uma suposta “epidemia de drogas” no país. A pesquisa permanecia, por força de contrato, inacessível à consulta pública, abandonada em alguma gaveta do ministério da Justiça do ex-juiz Sérgio Moro. O sítio G1, do Grupo Globo, chega a referir que a restrição à publicação da pesquisa se trata de uma “censura” (G1, 29/05/2019).

Enfim, no caso da negação do aquecimento global, o interesse é pela demissão do estado na área ambiental, entregando-a totalmente nas mãos dos empresários agrícolas e das grandes empresas extrativistas. No caso da negação das evidências científicas que apontam não haver motivos para se falar em “epidemia de drogas” no país, o interesse é na continuidade da aplicação de recursos nas polícias, forças armadas e órgão de repressão em geral para a “guerra às drogas”, importada pelo Brasil do grande irmão do Norte comandado atualmente pelo modelo confesso de Bolsonaro, Donald Trump, e desculpa para o exercício da vigilância, da contenção e da repressão às populações mais vulneráveis do país.

Se podem ainda citar outros casos, como o da flexibilização do porte de armas e da diminuição dos impostos sobre os cigarros, iniciativas que passam pelo ministério de Sérgio Moro, sendo a última apresentada por ele como uma forma de evitar o contrabando, mesmo contra todas as evidências que têm demonstrado o acerto da política de estado de aumento dos impostos sobre o tabaco que vem diminuindo enormemente o consumo de seus produtos derivados – desde 2011, com a adoção da política de elevação de impostos, a taxa de fumantes no país caiu de 14,8% para 10,1% em 2017 (FSP, 27/03/2019). Mesmo tendo depois o governo relativizado a sua intenção ao ser pressionado por vários lados, não é muito duvidoso o apoio que a indústria do fumo teria a dar a tal política.

Outro caso é o da redução de 90% nas Normas Regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho. Depois de acabar com o ministério do Trabalho e incentivar a uberização, Bolsonaro quer praticamente eliminar as responsabilidades patronais quanto à segurança e saúde dos empregados, aos quais recairia quase que totalmente o ônus por equipamentos de proteção e demais procedimentos nesse sentido. Aqui a alegação é mais direta, é uma medida para desonerar os empresários (VALOR ECONÔMICO, 13/05/2019). Danem-se os trabalhadores, afinal, o atual governo tem claramente lado.

O triunfo da vontade sobre as evidências científicas

aparece como forma de tentar fazer passar o que se quer, passando por cima do que quer que seja, de inimigos petistas, professores maconheiros e jornalistas comunistas, até das evidências científicas e dos consensos racionais mais asentados. A intenção é clara de beneficiar grupos econômicos ou corporativos dominantes, o alto empresariado rural, a indústria armamentista, militares e policiais, as milícias, partes do judiciário e da máquina persecutória em geral, as megaempresas mineradoras, o mercado rentista nacional e internacional e derrogar todos os esforços, redes e instituições públicas já consolidados, desestruturando ou eliminando a assistência e o acolhimento sociais e a proteção ao meio ambiente e aos povos indígenas.

Naomi Klein tem toda a razão em apontar as conexões entre o discurso aparentemente caótico, e mesmo demente que flerta com a crença da terra plana, e a busca por uma forma de justificar a implantação das políticas de destruição da mão esquerda do estado, de privatização, de mercantilização do que for possível. Tudo com a total indiferença dos dominantes que se julgam, e não sem razão, imunes às consequências dessas políticas neocoloniais que fatalmente vão levar destruição, doença e morte para a maioria. A confiança não é injustificada, afinal, foi sempre assim, ainda mais aqui no Brasil.

Certamente espanta a um europeu ou a um norte-americano, como a canadense Naomi Klein, a atual onda de exclusões naquilo que ela chamou de “zonas verdes”, exclusivas e fortificadas para os ricos, e as “zonas vermelhas”, precárias e desprotegidas para o resto, além das “zonas negras”, as “prisões secretas” para os dissidentes. No Brasil, isso é uma regra há séculos e nos últimos anos só vem se acentuando. São Paulo é uma das cidades com maior quantidade de helicópteros para uso privado no planeta terra (AERO MAGAZINE, 09/08/2013), o que permite aos privilegiados das zonas verdes se deslocarem com segurança e rapidez entre suas propriedades e espaços de sociabilidade e gozo sem ter de cruzar com a patuleia ignara presa nos congestionamentos, filas, poluição e degradação dos espaços urbanos ao rés do chão.

É importante, portanto, marcar que o anti-intelectualismo e a anticiência não são frutos de pura ignorância, embora esse fator também possa estar presente em alguns casos – como no dos bufões e bufonas que, de seus novos lugares de empoderamento oficial, dizem coisas sobre as quais têm pouco domínio simplesmente a mando ou sopro de outros –, mas de ações deliberadas de diversão, desvio, contorno e de produção de fanatismos que têm sim o objetivo último de aplicar no país o novo projeto de exclusão e injustiça social e econômica que se chama neoliberalismo, custe o que custar, inclusive o sacrifício mais evidente da democracia.

Em entrevista a uma jornalista, o general – sim, agora eles estão de novo por toda a parte, sustentando e avalizando o desmonte da mão esquerda do estado e a entrega do país ao capital especulativo internacional – Augusto Heleno Ribeiro Pereira, muito próximo a Jair Messias Bolsonaro e seu ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) – é o homem forte do aparato de espionagem e segurança do governo –, declarou-se muito satisfeito com os últimos acontecimentos, que incluíam a manifestação de apoiadores do governo no domingo, dia 26 de maio de 2019, e as aproximações políticas com o Congresso para fazer passar a reforma da Previdência. Ao final, perguntado se o decreto sobre o porte e posse de armas no país seria novamente modificado, disse que:

Eles estão brigando aí. Isso é com o Congresso. Tem algumas coisas que o governo Bolsonaro está mudando e tem uma reação forte. Por que não podemos experimentar? Se não der certo, muda. O país tem 66 mil homicídios por ano, tem algo errado. Se a população estiver armada, até onde o cara de fuzil vai andar armado na rua? Isso é uma coisa que eu nunca me conformei. O Rio de Janeiro, por exemplo, aceita isso. Um sujeito armado de fuzil, no meio da rua, onde ele pode causar sérios danos à população honesta, esse cara tem que ser eliminado. Leva o sniper para o morro e atira na cabeça do cara. Não tem que pedir perdão (*apud* NSC TOTAL, 31/05/2019).

Augusto Heleno é um general e ministro de estado, al-

guém que teria chegado ao topo de sua carreira supostamente por méritos e títulos, mas que simplesmente passa ao largo de toda a contribuição acadêmico-científica sobre a questão da segurança pública, crê que um decreto armamentista deve ser uma simples experimentação, pouco importando quantos vão morrer ou ser mutilados, como se liberar as armas fosse algo simples do tipo “vou provar isso aqui para ver se é bom, se não gostar, tudo bem, não como”, porque do alto de sua soberba “nunca se conformou”, por apenas “achar que”, por vontade, por uma crença que se revela em toda a sua crueza na parte final, quando prega o assassinato de cidadãos que supostamente cometem crimes por atiradores de elite alcovitados. De novo, isso não é à toa e nem por ignorância, é por uma ideologia, provavelmente muito próxima ao fascismo, a serviço da consolidação da nova razão do mundo, o neoliberalismo (DARDOT & LAVAL, 2016).

•

46.

Quando do anúncio dos cortes lineares de algo em torno dos 30% nas verbas de custeio das instituições públicas de ensino, o ministro Weintraub acusou essas instituições de promoverem “balbúrdia”, ao invés de se preocuparem com o “desempenho acadêmico”. Elas deveriam estar fazendo a “lição de casa [...] publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking”, disse sem esclarecer quais rankings” (G1, 30/04/2019). A reação de boa parte da imprensa e da comunidade acadêmica em geral foi rápida. Estava claro na ação do ministério uma espécie de vendeta, pois as universidades que primeiro seriam alvo do contingenciamento de recursos seriam apenas as Federais da Bahia (UFBA), Fluminense (UFF) e de Brasília (UnB), nas quais, ainda quando da campanha eleitoral de 2018, estouraram manifestações explícitas e coletivas contra o então candidato Jair Bolsonaro. Quanto à acusação de não fazerem a “lição de casa”, a ignomínia era ainda mais evidente, pois as três instituições, tradicionais e respeitadas, estão bem colocadas quanto às

avaliações de eficiência. Segundo o governo, pelas reações em contrário, inclusive com argumentos a respeito da ilegalidade de cortes seletivos, era então melhor cortar igual de todo o mundo. E assim foi, o corte de 30% passou a valer para todas as instituições de ensino federais ligadas ao ministério da Educação. As escolas militares ficaram intocadas, por óbvio.

É difícil discernir se se tratou desde o início de uma estratégia pré-estabelecida, coloca-se um bode na sala, todos ficam incomodados – a imprensa “comunista”, os professores “petistas”, os alunos “maconheiros” que votaram na Marielle Franco, aliás, quem mandou matar a Marielle? –, mordem a isca e, então, ao invés de tirar o bode e deixar tudo com está, se arruma uma forte desculpa para colocar em seu lugar um elefante ainda mais fedido que estava sendo empapuçado nos bastidores. Ou não, ou o novo ministro estava apenas ansioso para entrar de vez no picadeiro para estrear o seu próprio show cantando na chuva. Mas há um certo cheiro de posto Ipiranga no ar.



47.

O 47 é um parêntese. Nota de pesquisa. Desde que aceitei fazer o artigo que é o culpado deste livro, venho acompanhando o noticiário sobre o governo Bolsonaro. Dividi o material recolhido, em sua esmagadora maioria da internet, em certos temas que viraram pastas no computador. Há uma pasta “geral”, na qual coloquei as informações mais genéricas sobre o que passava no governo; a pasta “educação”; a pasta “neto do Lula” – eu pretendia me aprofundar na questão do que fizeram passar Lula e sua família depois da morte de seu netinho de sete anos, quando Flávio Bolsonaro, um dos filhos de Jair Messias, disse que Lula estaria “posando de coitado” para ir ao enterro (CORREIO BRASILIENSE, 01/03/2019) –, e a pasta “Olavinho” – o bom de fazer pesquisa é que a gente nomeia como bem entende aquilo que quer classificar, no texto final o sujeito vira Olavo de Carvalho mesmo. Em cada uma das pastas criei subpastas

com os anos de veiculação do material: ...2017, 2018, 2019. Esse último ano foi acompanhado de perto e diariamente, desde primeiro de janeiro, e o material recolhido – fotos, *prints* de postagens em redes sociais, charges, reportagens, colunas de opinião – foi e é diariamente colocado nos respectivos escaninhos.

Como educação é um dos assuntos que mais me interessam em geral e aqui tenho dado a ela uma atenção especial – nessa altura já deve ter dado para perceber –, é a pasta mais cheia depois da “geral”. Quando eu estava escrevendo a parte do texto sobre a atuação do ministro Weintraub, me dei conta de que recolhi, entre primeiro de janeiro e sete de abril de 2019, um dia antes dele assumir em oito de abril, em 97 dias, portanto, 55 itens sobre o tema educação. Depois que foi empossado por meio do Twitter pelo ex-capitão em oito de abril até hoje, cinco de junho, em 58 dias, portanto, arqueei um total de 67 itens. Antes de Weintraub, arredondando um pouco, foram 0,5 itens por dia em média arquivados, enquanto a era do novo ministro redeu a média de 1,15 itens arquivados, mais que o dobro. Isso talvez não diga muito em termos objetivos, mas, pelo ponto de vista de quem está selecionando e classificando, no caso eu mesmo, diz sim, pois é um inequívoco índice de notáveis produtividade e evidência de Weintraub, muito maior do que da parte de seu antecessor. E isso era mesmo esperado, um não substituiu o outro por ser mais comedido, diplomático, razoável, mas por ser mais combativo e fanático. Na hora do confronto, Vélez se escondeu embaixo da cama, como quando foi massacrado em uma audiência no Congresso, Weintraub veio armado até os dentes e está procurando cumprir com o seu “dever sagrado” inspirado nos “ensinamentos” de Olavo de Carvalho.

•

48.

Porém, o governo pode ter mexido em um vespeiro. Atacar as universidades e institutos federais de ensino do

modo como tem sido feito é bastante temerário. Pode ser parte da avalanche atual de maldades que contam com as leis Moro da segurança pública, permissão da educação domiciliar, liberação descontrolada de agrotóxicos, enfraquecimento da rede e das instituições de controle e fiscalização sobre o meio ambiente, fim do programa de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, fim do mais médicos, liberalização do desmatamento e da exploração extrativa, modificações no Código de Trânsito que flexibilizam as infrações e as multas, inclusive fazendo com que deixe de ser falta penalizável o transporte de crianças fora das cadeirinhas e desobrigando os motoristas profissionais a fazerem os exames de controle toxicológico, o que significa praticamente liberar o uso dos chamados “rebites”, e tantas outras pérolas do desmonte do estado inclusive como mero regulador e fiscalizador. Ou seja, os cortes de recursos – além dos 30% gerais, o governo tem cortado bolsas de estudos e outros incentivos – e as ameaças diretas a professores podem fazer parte do mesmo pacote de horrores acima citado. Porém, mesmo que muitos até concordem com a ideia de que a educação pública superior gratuita federal gasta demais e o modelo deve ser modificado, dificilmente há um acordo e muito menos uma unanimidade a respeito de que a educação superior é dispensável ou menosprezável, devendo ser limitada a um grupo seletíssimo de elite.

Como já apontei antes, porém, o fanatismo inspirado em Olavo de Carvalho e em declarações do próprio presidente, sem dúvida estão guiando o início da provável desestruturação do sistema público de ensino médio e superior federais no país. O filósofo da Universidade de São Paulo (USP) e colunista do jornal Folha de São Paulo Vladimir Safatle chegou a afirmar que:

A luta para as universidades é de vida ou morte. Não é uma luta qualquer. Não é uma brincadeira. Não é uma luta contra um contingenciamento, contra uma irresponsabilidade. Não é contra um corte. É contra mais um gesto dentro de uma política geral de desmonte da Educação nacional, em que estão inclusos

revisonismos históricos, desconstituição completa do sistema de pesquisa, do sistema de financiamento, da produção, afetando gerações de pesquisadores e bloqueando bolsas. [...] Há uma política do medo. As pessoas ficam amedrontadas de entrar numa carreira universitária [...]. Isso de fato é uma luta de vida ou morte das universidades que é atacada em todos os seus níveis: no orçamento, na autonomia, na pesquisa. A universidade percebe que só pode contar com ela própria (DCM, 01/06/2019).

Mais uma vez, Bolsonaro não está sendo incoerente. Ainda em agosto de 2018, quando candidato em campanha, deu uma entrevista para uma emissora de TV. Nela declarou que os jovens têm no Brasil uma “tara” pelo diploma em uma faculdade e que deveriam se preocupar muito mais em se formar em cursos profissionalizantes, para serem técnicos de nível médio que pudessem ganhar a vida consertando eletrodomésticos e carros.

‘Eu fiz, como tenente do exército, curso de máquina de lavar roupa e de geladeira, aqui em Madureira. Te garanto, Heraldo, se hoje em dia quiser viver disso, eu vou ganhar no mínimo uns 12 mil por mês’, disse o candidato. [...] ‘Então essa tara por diploma superior não pode existir. É bom? Sim, vamos ter nossos mestres, nossos doutores, sim. Mas se você no Ensino Médio colocar algo técnico, você melhora nossa economia. [...] Vamos tirar mais recursos de cima (do ensino superior) e jogar mais no ensino infantil, fundamental, melhorar nossa educação.’ O candidato voltou a defender a militarização do ensino como forma de aprimorar a qualidade, que seria uma consequência da disciplina e da hierarquia. [...] O candidato ainda disse que falta autoridade aos reitores das universidades federais. ‘Há pouco tempo, na UnB em Brasília, foi lá uma televisão e encontrou no Centro Acadêmico uma quantidade grande de maconha, cachaça na geladeira, camisinha de vênus jogada pelo chão. Isso não dá pra continuar acontecendo. Tem que ter alguém que bote moral lá dentro.’ Ao ser informado por um dos entrevistadores de que as federais têm autonomia, pediu ‘socorro para quem puder colaborar’ na resolução da questão. Ainda sobre o ensino técnico, o candidato propôs levar as aulas para dentro dos

quartéis, mas não detalhou como faria isso (EXAME, 29/08/2018).

Em sua linguagem peculiar, desde a campanha eleitoral Bolsonaro não escondia o desprezo pelo ensino superior. A se dar crédito ao que o estrategista Steve Bannon declarou naquela entrevista para O Estado de São Paulo à qual me referi antes, o que se promete em campanha deve ser entregue a fim de respeitar a lógica do populismo de direita por ele defendido, pois, se “é um populista eleito, foi eleito com apoio popular. Só mantenha as promessas que fez às pessoas e estará bem. [...] É uma era em que é um problema se você promete uma coisa e não entrega” (BANNON, 2019). Entre outras barbaridades, o novo chefe de governo e seus ministros têm se empenhado em uma cruzada contra as universidades públicas e o suposto “marxismo cultural”. Por enquanto, é só isso mesmo, denúncias vazias, desmontes, destruições, não há nada parecido com um programa de, por exemplo, incentivo ao ensino básico e profissional, mesmo que seja nas escolas privadas. Do plano mais geral eu já me ocupei, a privatização total ou parcial ou a que for possível, mas é por enquanto inconfesso e está só nas entrelinhas. É provável que eles nem tenham ideia de como implementar isso assim, de cara, e quais podem ser as possíveis reações na sociedade. Por enquanto, é terra arrasada nos moldes dos choques adversos de Naomi Klein. Depois pode vir qualquer coisa.

E vem mesmo. No momento, estou passando os olhos pela última vez neste texto, depois vai para a editora. No sábado, dia 13 de julho, se espalhou a notícia de que o governo convocou os reitores das instituições federais de ensino para uma reunião no ministério da Educação para quarta-feira da semana seguinte. Nela será apresentado um plano denominado Future-se, segundo o qual “as instituições públicas deixarão de ser administradas sob o regime jurídico de direito público, fazendo com que seja implementada uma política de cobrança de mensalidade para cursos que são gratuitos” (REVISTA FÓRUM, 13/07/2019). Weintraub está

mostrando serviço e, se não houver resistência, a universidade pública, gratuita e de qualidade está mesmo com os dias contados no Brasil. Os acionistas dos fundos de Paulo Guedes devem estar exultantes e não será de duvidar que o plano de australizar as universidades no país – segundo informações na imprensa, o projeto do governo se espelha no exemplo de uma reforma realizada por lá – renda-lhes muitos lucros e sorrisos. Receio também que a mídia empresarial, como fez com relação à reforma previdenciária, apoie mais essa iniciativa do governo com o qual tem estabelecido uma relação muito ambivalente.

Como eu insinuei no início deste capítulo, o tiro pode sair pela culatra. A grande mídia empresarial hegemônica está totalmente encurralada, mas ainda não se transformou em uma força social desprezível. Por um lado, contribuiu, e muito, para a eleição de Bolsonaro e apoia integralmente seu programa privatista. Por outro, ela virou alvo do novo presidente e de seus filhos, bem como dos chamados “bol-sominions” – a engajada e barulhenta tropa de choque bolsonarista nas redes sociais da internet, composta tanto por ativistas reais quanto robôs, e pelos fiéis fanatizados das religiões neopentecostais. A genérica pauta em prol da educação caiu no colo da grande mídia, que tem tentado dela se apropriar como uma forma de resgatar um pouco do seu antigo controle relativo do ambiente político que lhe tem escapado das mãos. Tem dado uma certa visibilidade aos atos de descontentamento da comunidade escolar como um todo com respeito às ações do governo e, ao mesmo tempo, tenta descaracterizá-los como possuindo algum conteúdo político-partidário, buscando dissociá-los dos partidos e dos movimentos de esquerda, principalmente do PT e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

No entanto, a educação, junto com a batalha perdida da resistência à desregulamentação trabalhista, é uma pauta antiga da esquerda. Ela que, desde a década de 1990, tem cada vez mais se seccionado em diversos grupos e partidos, com a derrota do PT no golpe de 2016 e nas eleições de 2018, está um tanto perdida, sem norte. Seu inegavelmente mais

popular líder está na cadeia e ninguém o substituiu à altura. Há candidatos, mas o cardápio atual – Guilherme Boulos, Fernando Haddad, Ciro Gomes, Marina Silva – não parece muito inspirador, além do que, tirando Boulos que tem se alinhado com o PT, os demais se dedicam muito mais a brigar entre si do que a construir pontes.

Nos dias 15 e 30 de maio de 2019 milhares de estudantes, professores e servidores das universidades e escolas públicas e mesmo privadas saíram às ruas contra o corte de gastos no setor. Os estudantes assumiram um inegável protagonismo nesses atos e a imprensa lhes deu alguma repercussão. Logo do primeiro deles, Jair Messias Bolsonaro, que estava em Dallas nos Estados Unidos, reagiu dizendo que a “maioria ali é militante. Se você perguntar a fórmula da água, não sabe, não sabe nada. São uns idiotas úteis que estão sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo das universidades federais no Brasil” (*apud* EL PAÍS-BRASIL, 16/05/2019). Nos dias seguintes, o governo, que pareceu ter sentido o golpe, iniciou uma ofensiva com a ameaça de realizar mais cortes. Um decreto passava o controle da avaliação dos indicados para reitor em universidades federais da Casa Civil para a Secretaria de Governo, hoje comandada por um outro general do exército (FSP, 16/05/2019). Complementarmente, e enquanto Bolsonaro declarava que as universidades “foram ‘tomadas pela esquerda’, um decreto [...] institui um sistema para investigar a ‘vida pregressa’ de candidatos a cargos públicos de confiança – como reitoria e diretorias de universidades federais – com o auxílio da Abin (Agência Brasileira de Inteligência)” (UOL, 17/05/2019a).

No dia 20 de maio, Weintraub se reuniu com deputados federais, senadores e reitores do Rio Grande do Norte. Na ocasião, o ministro respondeu aos presentes, muitos deles preocupados com os cortes de verbas das universidades e dos institutos federais, que a liberação dos recursos retidos dependia da aprovação da reforma da Previdência e que os reitores deveriam buscar alternativas inclusive para pagar as empresas terceirizadas responsáveis pela limpeza, sugere-

rindo que os estudantes deveriam ser utilizados para tal e que a segurança fosse feita pela polícia militar (GRANDE PONTO, 21/05/2019). No dia 30, mesmo no qual se deu a segunda grande manifestação de rua, o ministério da Educação divulgou a seguinte nota:

O Ministério da Educação (MEC) esclarece que nenhuma instituição de ensino pública tem prerrogativa legal para incentivar movimentos político-partidários e promover a participação de alunos em manifestações.

Com isso, professores, servidores, funcionários, alunos, pais e responsáveis não são autorizados a divulgar e estimular protestos durante o horário escolar. Caso a população identifique a promoção de eventos desse cunho, basta fazer a denúncia pela ouvidoria do MEC por meio do sistema e-Ouv.

Vale ressaltar que os servidores públicos têm a obrigatoriedade de cumprir a carga horária de trabalho, conforme os regimes jurídicos federais e estaduais e podem ter o ponto cortado em caso de falta injustificada. Ou seja, os servidores não podem deixar de desempenhar suas atividades nas instituições de ensino para participarem desses movimentos.

Cabe destacar também que a saída de estudantes, menores de idade, no período letivo precisa de permissão prévia de pais e/ou responsáveis e que estes devem estar de acordo com a atividade a ser realizada fora do ambiente escolar (*apud* FSP, 30/05/2019b).

O Ministério Público Federal chegou a interpelar o ministro a respeito, recomendando a suspensão da nota, reatuação em até 10 dias e que:

o Ministério da Educação se abstenha de cercear a liberdade dos professores, servidores, estudantes, pais e responsáveis pela prática de manifestação livre de ideias e divulgação do pensamento nos ambientes universitários, de universidades públicas e privadas e Institutos Federais de Ensino – incluindo análise, divulgação, discussão ou debate acerca de atos públicos, seja por meio de Nota Oficial ou pela prática de qualquer outro ato administrativo (NOTÍCIAS PGR, 31/05/2019).

O próprio MPF, portanto, reconhece que a nota é uma clara afronta às leis e que o ministério da Educação não tem o direito de recomendar, no caso incentivar, a delação de agentes públicos que, no seu pleno direito como cidadãos, manifestarem-se a favor de movimentos contra o governo. O sentido persecutório, arbitrário e inconstitucional da nota de Weintraub parece evidente.

A reação dos contrários ao governo, porém, ao invés de arrefecer, mesmo com as chantagens, os cortes, as achincalhções e deboches pode sim, eventualmente, desembocar em algo politicamente mais significativo e organizado, mas é só uma hipótese ou um desejo. Por enquanto os movimentos seguem significativos, tomando ruas não só nas capitais e cidades maiores, mas também em cidades do interior, onde os Institutos Federais têm catapultado transformações econômicas e sociais muito fortes.

Quando eu era coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, fui procurado por colegas do Instituto Federal do Piauí (IFPI) para iniciarmos as tratativas para um acordo chamado Doutorado Interinstitucional (Dinter). É um tipo de convênio chancelado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ele prevê que um programa de pós-graduação consolidado e de excelência se alie a uma instituição com profissionais ainda em formação para facilitar a sua titulação, especialmente de seus professores e servidores. O convênio prosperou e foi iniciado em 2017, quando eu assumi a sua coordenação pela UFRGS. Tive a oportunidade de ir a Teresina ministrar uma disciplina no primeiro semestre de 2018. Passei, então, por uma das melhores e mais gratificantes experiências profissionais e pessoais de minha carreira.

Os alunos, que são todos professores do IFPI, foram simplesmente magníficos. Como as aulas se concentraram em duas semanas, se aplicaram em vencer a bibliografia e em delas participar intensamente. Além disso, fui recebido com uma amabilidade e generosidade fora do comum, com eles e elas me aturando em passeios pela cidade, jantas e almoços nos lugares mais típicos, me levando e trazendo de

carona até o prédio das aulas, me apresentando às iguarias da região, como aos muitos preparos do capote e à cajuína de que fiquei um fã incondicional. Ao mesmo tempo, fui também convidado para dar uma palestra na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Nas conversas com o pessoal – com exceção de dois ou três que trabalham em Teresina, quase todos atuam nas unidades do Instituto espalhadas pelo interior do Estado – os relatos eram unânimes. A chegada do IFPI em municípios muitas vezes extremamente empobrecidos ou em situações muito precárias simplesmente os transformava. As unidades da instituição se afirmaram não só como importantes polos de formação e pesquisa, mas também como centros indutores da economia das cidades e regiões. A vida em torno delas simplesmente se transformou. E os alunos formados alçam voos cada vez mais altos, sendo aceitos nas universidades públicas, passando nos exames de admissão mais rigorosos, para seguirem suas carreiras e multiplicarem suas possibilidades de realização profissional, de renda, de vida (FSP, 18/06/2019). As ações de extensão também levam a uma maior integração entre as comunidades e as unidades do Instituto. Ou seja, por qualquer ângulo que se tome, o IFPI só trouxe e traz benefícios para todos, não só para os seus professores e servidores razoavelmente bem remunerados e dispendo de estruturas bastante adequadas para desenvolverem seu trabalho. Antes de conhecer o IFPI, eu já estivera em uma unidade do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul) em Charqueadas. Um colega me convidou para uma palestra e me mostrou as instalações. Equipamentos novos, sofisticados e de ponta, salas de aula modernas, a estrutura em geral muito boa. Mesmo relato que o dos colegas do Piauí, pela alta qualidade do ensino no IFSul, muitos alunos saem dali direto para a universidade.

Nesses casos não se trata de ensino superior, de universidades cheias de marxistas culturais dados a balbúrdias sem fim. É ensino básico que Bolsonaro e seus asseclas dizem estar em sua linha de prioridades. É mentira, não há qualquer prioridade nessa área que não o desmonte de todo o sistema

público de ensino, com exceção das escolas militares, e sua entrega ao mercado, sua privatização total ou parcial.

E o plano não é de agora, no momento ele apenas tomou a forma grotesca e ignominiosa que Vélez Rodríguez, Weintraub e Bolsonaro têm lhe emprestado. Em fevereiro de 2018, os professores Luiz Filgueiras, Graça Druck e Uallace Moreira escreveram um artigo para o *Le Monde Diplomatique-Brasil* sobre o plano que o governo Temer implementava para as universidades públicas. Eles lembravam as ações policiais, às quais já me referi antes, na UFMG e na UFSC, nessa última resultando no suicídio de seu reitor, e a Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos da União por 20 anos. Lembraram também de um “estudo” do Banco Mundial que apareceu no final de 2017. Ele fora encomendado ainda no governo Dilma Rousseff, pelo seu ministro da Fazenda Joaquim Levi, e realizava um pretense diagnóstico a respeito da situação do país. Apresentado como um produto “científico”, seria na verdade mais um instrumento de apoio:

às contrarreformas neoliberais e ao ajuste fiscal permanente que vêm sendo colocados em prática [...]. Seu objeto central é o gasto corrente (primário) do governo federal, em especial os gastos sociais com a Previdência e a seguridade social, a saúde pública, a educação pública e os salários dos servidores públicos – na linha de que ‘o governo gasta demais e gasta ineficiente e injustamente’ (FILGUEIRAS, DRUCK & MOREIRA, 2018).

Segundo os autores do artigo, a Previdência Social seria a “joia da coroa” para o mercado financeiro. Os gastos com pagamentos de juros e encargos da dívida pública consomem mais de 50% do orçamento do governo federal, seguidos da Previdência, que consome pouco mais de 25%. “Por sua vez, os gastos com saúde e educação representam de 3% a 4%, enquanto as demais rubricas, como habitação, saneamento, ciência e tecnologia etc., não chegam, cada uma, a 1%” (FILGUEIRAS, DRUCK & MOREIRA, 2018). Assim, seria a Previdência o setor que mais poderia transferir recursos do estado para o mercado financeiro. Não é por acaso

que tem sido agora o principal foco do governo Bolsonaro a chamada reforma da Previdência que, como já sublinhado, nada mais é do que entregar boa parte do sistema para o setor privado.

O material do Banco Mundial dedicava, de suas 160 páginas, sete para tratar especificamente do ensino superior. Mesmo que a educação não fosse o foco principal, como aponta o artigo, a parte relativa:

a crítica às universidades públicas federais é de um primarismo e uma grosseria sem par, evidenciando a ligeireza e a má-fé com que foi realizada. O objetivo é um só: desqualificar essas instituições taxando-as de ineficientes, incompetentes e injustas, pois desperdiçam dinheiro público e favorecem os alunos pertencentes às famílias de nível de renda mais elevado (FILGUEIRAS, DRUCK & MOREIRA, 2018).

De onde a receita para esse sistema supostamente doente seria incentivar o ensino privado e a redução de recursos para as instituições públicas. O relatório compara os gastos médios anuais por aluno nas universidades públicas federais e nas privadas entre 2013 e 2019. Nas primeiras, seria de R\$ 40.900 por aluno/ano, contra R\$ 14.850 de gasto nas particulares. O banco ainda afirmava que 65% dos alunos das federais pertencem aos 40% mais ricos da população, enquanto somente 20% fariam parte dos 40% mais pobres.

Em suma, o ‘estudo’ do Bird é a velha cantilena da necessidade de um ajuste fiscal, defendido desde sempre pelo capital financeiro e vocalizado pela grande mídia corporativa apoiada em ‘especialistas’ (economistas ortodoxos) e editoriais focados no tema. Nesse contexto, os gastos públicos com o ensino superior, assim como todos os demais gastos sociais, também devem se adequar e ser reduzidos, favorecendo o aumento do superávit fiscal para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública (FILGUEIRAS, DRUCK & MOREIRA, 2018).

Os autores seguem criticando os fundamentos que justificam para o mercado, do qual o Banco Mundial é um

baluarte, a necessidade de “ajustar” as contas públicas. Me interessa aqui, porém, a parte que diz respeito às universidades. Uma primeira observação é sobre a forma do cálculo do custo médio anual entre alunos de universidades públicas e privadas. Com algumas exceções, as particulares se dedicam somente ao ensino e contam com um corpo docente bem menos titulado e bem mais jovem, portanto, mais barato, e atuando em regimes de trabalho por horas/aula, diferentemente da maioria dos corpos docentes das públicas que tem dedicação exclusiva. Por outro lado, a pesquisa e a extensão, muito presentes nas universidades federais e estaduais, quase não são feitas nas privadas, o que acarreta para essas últimas a não necessidade de arcar com os custos da manutenção de equipamentos, laboratórios, material de consumo, insumos, etc. Tudo isso sem contar as despesas com os hospitais universitários, as clínicas, os serviços gratuitos de auxílio à população, os museus, orquestras, enfim, instituições e ações às quais quase todas as universidades públicas se dedicam além do ensino e da pesquisa e complementarmente a eles. Por esses e outros motivos, a forma como é feita a comparação entre os custos dos alunos nos dois tipos de instituição é deficiente e, palavras minhas, desonesta, *fake*, cabotina, ao melhor estilo Olavo de Carvalho.

Estudo do professor Nelson Cardoso Amaral evidencia que, depois de realizada a devida subtração mencionada, o custo médio anual do ensino, por aluno, nas universidades federais, para o ano de 2015, foi de R\$ 13.875 – menor do que a média da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), de R\$ 15.772. Esse mesmo estudo, baseado em uma pesquisa socioeconômica realizada com os estudantes, evidencia que pouco mais de 51% tem renda familiar de até três salários mínimos (R\$ 2.811), tendo por base o valor do salário mínimo de 2017; se considerarmos todos aqueles cuja família tem renda de até seis salários mínimos (R\$ 5.622), atingiremos 76% do total de estudantes das universidades federais. Apenas 10% deles estão no topo da distribuição, isto é, pertencem a famílias com renda acima de dez salários mínimos (R\$ 9.370). O estudo de Amaral desmente

também a afirmação do Bird de que os estudantes das universidades federais são egressos principalmente de escolas privadas de nível médio: em 2014, 64% dos estudantes das universidades federais cursaram o ensino médio integralmente, ou a maior parte dele, em escolas públicas e, em sentido oposto, 36% cursaram em escolas particulares (FILGUEIRAS, DRUCK & MOREIRA, 2018).

Desde o golpe de 2016 que tenho me preocupado em dar conta desse avanço por parte de forças políticas e econômicas sobre as universidades, as escolas e o conhecimento. No artigo “O golpe invisível: mídia, política, história e a universidade em tempos incertos” (GRIJÓ, 2018), procurei analisar um pouco desse movimento em relação com a grande mídia empresarial. Hoje, muitos dos colunistas, editoriais e mesmo noticiários dos veículos de empresas como Folha, Globo, Estadão e Abril têm lamentado os cortes e o tratamento que o governo Bolsonaro tem dispensado ao setor de educação como um todo. Mas nem sempre foi assim.

Nos anos de 1980, quando a transição se processava, a educação voltou com força na pauta das discussões públicas. Tida historicamente como um grande problema do Brasil e admitido mesmo pelos liberais mais ortodoxos que era um dos pilares dos deveres do estado, se discutia o analfabetismo, a universalização do acesso, a questão dos lugares sociais das universidades, sua profissionalização, sua autonomia e a liberdade acadêmica. A Constituição de 1988 em parte refletiu e acolheu muitas dessas preocupações que eram levadas aos programas de debates, aos noticiários, às entrevistas. E, e aqui é uma impressão na falta de pesquisas mais sistemáticas, os especialistas que participavam dos debates eram pedagogos, professores, estudiosos, políticos e especialistas na área, tendo como foco os processos didático-pedagógicos, os recursos humanos e materiais e as especificidades do alunado e dos meios sociais. Como referências mais midiaticamente notáveis, desde o mundo acadêmico Paulo Freire se sobressaía e, na interface entre a academia e a política, Darcy Ribeiro. Para o caso do Rio Grande do Sul,

Esther Pillar Grossi e Neuza Canabarro, cada uma com suas especificidades e com as diferenças entre si, se destacavam.

Em algum momento, devagar, aos poucos, a mídia foi deixando de convocar para as discussões públicas em seus espaços os especialistas acadêmicos e os profissionais da ponta do processo, os professores, e passou a apresentar como legítimos portadores da palavra sobre educação os até então obscuros “*experts*” em administração escolar, administradores de empresa com algum mestrado profissional (MBA), muitas vezes em universidades norte-americanas. Eles passaram a ser coroados como aqueles que estariam capacitados e dispostos a receitar as soluções para todos os problemas do ensino no país. Paralelamente, não se pode esquecer que muitas das próprias empresas midiáticas abriram braços educacionais, como a Fundação Roberto Marinho, caso da Globo, e da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, caso da Rede Brasil Sul (RBS), que se juntaram a outras iniciativas neoliberais em educação protagonizadas pelas fundações de bancos como o Bradesco e o Itaú e pela Fundação Ayrton Senna. Ou seja, dos anos 1990 para cá novos espertos ligados ao mercado da educação, ou da educação como mercadoria, passaram a ser credenciados pelos meios de comunicação mais importantes como especialistas autorizados a elaborar e implementar as fórmulas para acabar com o “problema da educação” no país. É inegável que esse movimento está totalmente acoplado com a tomada do setor pelo mercado e pelas empresas educacionais de que já tratei lá atrás.

No meu artigo citado acima (GRIJÓ, 2018), eu trouxe dois casos para ilustrar essa vinculação entre a grande mídia e os agentes do mercado para capturarem o setor de educação. Em julho de 2016, um editorial de O Globo, se aproveitando do novo governo golpista que se instalava, o de Michel Temer, pregava que o estado deveria passar por uma “reforma”. Na mesma linha das recomendações do relatório do Banco Mundial, o jornal pregava que o ensino superior gratuito deveria ser extinto por ser um mecanismo de “injustiça social”.

Pagará quem puder, receberá bolsa quem não tiver condições para tal. Funciona assim, e bem, no ensino privado. E em países avançados, com muito mais centros de excelência universitária que o Brasil [...]. [A] universidade pública gratuita [...] favorece apenas os ricos, de melhor formação educacional, donos das primeiras colocações nos vestibulares [...]. [A cobrança] além de corrigir uma distorção social, [...] ajudaria a equilibrar os orçamentos deficitários das universidades, e contribuiria para o reequilíbrio das contas públicas (O GLOBO, 24/07/2016).

Na mesma linha e três meses depois, o colunista da RBS, aqui um caso provinciano que bem ilustra as relações de dependência intelectual, cultural e econômica entre a periferia e o centro, David Coimbra, escreveu em sua coluna regular no jornal Zero Hora:

Vou agora fazer um favor a 204 milhões de seres humanos: vou salvar o Brasil. Todos sabemos que o caminho mais curto e reto para a salvação é a educação, certo? [...] Pois sei exatamente o que faria com a educação no Brasil: estatizaria e privatizaria tudo. Seria liberal e socialista. [...] Mas como tornar competentes os professores e agradáveis as escolas? Vou dizer agora. Anote, Temer. Anote, Sartori [presidente interino do Brasil e governador do Estado do Rio Grande do Sul, respectivamente, em 2016]. São duas medidas básicas: 1. Tornaria proibidas as escolas privadas em todo o país. 2. Tornaria proibidas as universidades públicas em todo o país. [...] Quanto à universidade, o rico que a pague com sonante, o pobre que a pague com trabalho. [...] Assim, o Estado compraria bolsas de estudo nas universidades privadas para repassá-las a alunos de todas as áreas. Depois de formados, os estudantes pagariam o curso trabalhando por algum tempo no funcionalismo público. O Estado teria à sua disposição engenheiros, advogados, jornalistas, arquitetos, até sociólogos, se descobrisse o que fazer com eles. Presto! Em um texto de 40 linhas, está resolvido o problema da educação e do serviço público ao mesmo tempo, e com isso o problema da segurança, das finanças etcetera, etcetera. Estou pronto para salvar o Brasil (ZERO HORA, 10/10/2016).

A típica mistura de deboche e prepotência, de ironia barata e autossuficiência, de anti-intelectualismo – a “gracinha” com os sociólogos não é só desrespeitosa, é profundamente reveladora de caráter, de alinhamento político-ideológico e de pura ignorância – e de soberba lembram muito Olavo de Carvalho sem a linguagem de esgoto e os rompantes de ira santa que o caracterizam. A chave de leitura do mundo, a busca da adesão por osmose hepática, o tratamento raso dado a coisas complexas e fora do seu alcance intelectual e cultural, tudo remete ao guru do bolsonarismo. É simples hoje responsabilizar pastores neopentecostais, gurus de internet, ativistas de Facebook – repito, Kim Kataguiri foi colunista da Folha de São Paulo e é um interlocutor legítimo para Juremir Machado –, os filhos do capitão, a Damares, o Weintraub et caterva. Muita instituição “respeitável”, muita “gente de bem” vem cevando esse tipo de preconceito e ignorância que agora se materializaram nos governantes pelo discurso e pela prática oficiais, inclusive a grande mídia empresarial que se diz neutra e apartidária.

Não há dúvida de que se trata de um projeto ao nível dos que detêm o poder econômico, mesmo que apareça como linha de ação ou até mesmo um desejo nas bocas e penas de jornalistas comprometidos. Nem sempre as coisas saem como são planejadas, mas é o que se tem para o momento. A Previdência está na berlinda e as universidades estão sendo empurradas para ela. E Weintraub já admite abertamente que o ensino privado é a prioridade do atual governo (OESP, 06/06/2019). Agora aparece o seu plano “Future-se”, ou seja lá qual nome venha a ter – ainda tem de ser confirmado, pois este governo mente e desmente sem freios –, para levar adiante o projeto mais amplo de acabar com o ensino público federal gratuito e de acesso irrestrito por mérito escolar.

Depois que terminarem de privatizar tudo, o que já está sendo levado a cabo – Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa, etc. –, depois de destruírem a Previdência pública entregando-a aos bancos, depois de liquidarem o petróleo do pré-sal para as petroleiras estrangeiras, depois de transformarem o pam-

pa em florestas mortas de eucaliptos, pinus e acácias para fazer celulose, depois de arrasarem as terras indígenas para extrair madeira e minérios, fabricar mão de obra barata e criar gado, depois de acabarem com a agricultura familiar cercada de agroindústrias enchendo de veneno a terra e as águas, matando os insetos, as abelhas, depois de deixar livres os desmatadores e os responsáveis pelas barragens de rejeitos que teimam em se romper como se fosse apenas um acaso, tudo isso legando ao futuro a morte, a desolação e a destruição, sobrar­á o que mais para culpar e privatizar? O que pode semear uma tanatocracia senão a morte? O que mais o mercado exigirá então como sacrifício para satisfazer sua ganância incontrolável que devora sem piedade a natureza e os homens, as mulheres e as crianças e larga seus sonhos e corpos soterrados em lama tóxica?



49.

No dia 8 de junho, depois da minha aula da noite, eu e a Simone pegamos o carro e fomos para Bento Gonçalves passar o fim de semana com a família. Meu irmão, a cunhada, minha mãe e minha sobrinha. Fizemos ótimos passeios pela região vinícola, visitando as cantinas, provando vinhos e comendo muito e bem como é de costume na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul, além de reabastecer­mos a nossa adega. Domingo descemos da serra para Porto Alegre e eu fui assistir programas inócuos na televisão, das poucas coisas que suporte fazer nos domingos de noite. No meio do Master Chef Brasil, a Simone, que não gosta muito desse tipo de bobageira e estava entretida em sítios sérios na internet, me veio com a “bomba” de que o The Intercept estava divulgando, em uma série de matérias, provas obtidas por um informante de que a operação midiaticamente badalada Lava Jato fora de fato um conluio político-partidariamente instrumentalizado para atingir especialmente o PT e influenciar nas eleições de 2018, impedindo que Lula viesse a concorrer e, depois, que Fernando Haddad pudesse

ganhar (THE INTERCEPT-BRASIL, 09/06/2019a, b, c e d). Nada que eu e muita gente já não soubesse por outras evidências, indícios e relações lógicas, mas ainda sem as provas materiais que o sítio divulgava – e continua divulgando em associação com a revista *Veja* e o jornal *Folha de São Paulo* – por meio das mensagens trocadas entre os envolvidos.

A atuação coordenada entre o juiz e o Ministério Público por fora de audiências e autos [...] fere o princípio de imparcialidade previsto na Constituição e no Código de Ética da Magistratura, além de desmentir a narrativa dos atores da Lava Jato de que a operação tratou acusadores e acusados com igualdade. Moro e Dallagnol sempre foram acusados de operarem juntos na Lava Jato, mas não havia provas explícitas dessa atuação conjunta – até agora (THE INTERCEPT-BRASIL, 09/06/2019d).

As reportagens comprovam – não se trata mais de especulações, teorias de conspiração, choro de perdedores, ilusões de esquerdopatas e coisas do gênero, conforme os defensores da Lava Jato costumam retrucar aos seus críticos –, por meio das evidências apresentadas pela equipe do jornalista Glenn Greenwald, que se estabelecia um verdadeiro conluio entre acusadores e julgadores que atropelava e espezinhava não apenas as leis do país, mas os princípios de justiça segundo a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948).

As reportagens de hoje mostram, entre outros elementos, que os procuradores da Lava Jato falavam abertamente sobre seu desejo de impedir a vitória eleitoral do PT e tomaram atitudes para atingir esse objetivo; e que o juiz Sergio Moro colaborou de forma secreta e antiética com os procuradores da operação para ajudar a montar a acusação contra Lula. Tudo isso apesar das sérias dúvidas internas sobre as provas que fundamentaram essas acusações e enquanto o juiz continuava a fingir ser o árbitro neutro neste jogo (THE INTERCEPT-BRASIL, 09/06/2019a).

Como uma versão resumida da matéria foi publicada também em inglês no sítio original da revista eletrônica, a

repercussão internacional foi imediata, o que tem sido fundamental na luta inclusive epistemológica a respeito do que tem se passado no Brasil nos últimos anos (FSP, 10/06/2019). Para além das representações político-partidárias, para as tentativas de definir tecnicamente o que se passa, os recursos de conhecimento disponibilizados pelas ciências humanas, pelos estudos históricos e mesmo pelo bom jornalismo são fundamentais. Desde que a grande imprensa brasileira praticamente deixou ostensivamente de fazer jornalismo, com raras exceções, por volta de 2013, e se engajou em uma luta político-partidária ferrenha contra o PT, a Lava Jato se tornou sua grande abastecedora de materiais, argumentos e justificativas. A operação passou a ocupar um lugar simétrico ao da opinião pública como mecanismo de legitimação social, e política, para os grandes meios de comunicação.

Em uma excelente dissertação de mestrado, Patrícia Augsten mostra como a inicialmente obscura investigação policial e do Ministério Público Federal de Curitiba foi sendo apropriada e trabalhada pelo jornal Folha de São Paulo até se tornar um dos seus focos principais, incluindo os processos de descrédito geral dos políticos e da política, do PT e de Lula, heroicizando ao mesmo tempo a figura do juiz Sérgio Moro. O jornal se esforçou em construir “o magistrado como o herói anticorrupção e o responsável pela condenação de figuras políticas, ao passo que concentrou em Lula toda a culpa pela crise que o Brasil vinha enfrentando” (AUGSTEN, 2019, p. 130). Não foi muito diferente o caso da Rede Globo e nem das demais empresas de comunicação e seus veículos. Todos acabaram totalmente comprometidos com a Lava Jato na medida em que essa se tornava também uma criação sua.

Assim, o papel que Glenn Greenwald desempenha no Brasil dos últimos anos tem sido fundamental. Quando da sessão da Câmara – domingo, 17 de abril de 2016 – que sacramentou o golpe de estado com o afastamento provisório, que depois seria tornado definitivo, de Dilma Rousseff, ele foi entrevistado por Christiane Amanpour para seu programa na CNN dos Estados Unidos. Até então,

boa parte da imprensa internacional comprava a agora mais que evidente versão fantasiosa da imprensa brasileira sobre os acontecimentos, que chamava aquele processo de impeachment constitucional motivado pelas chamadas “pedaladas fiscais” apresentadas como crimes de responsabilidade. O norte-americano Greenwald, que é casado com David Miranda, atualmente deputado federal pelo PSOL do Rio de Janeiro eleito em 2018 – ele era suplente do deputado Jean Willis que não tomou posse, optando por se exilar na Europa devido às ameaças e perseguições que vinha sofrendo –, e residente no Brasil, conhecendo bem o que se passava, desmentiu a versão “oficial” e apontou para o caráter político-partidário e de classe da perseguição à Dilma e ao PT (GRIJÓ, 2016).

Quando do assassinato de Marielle Franco, ele também tomou à frente nas cobranças às autoridades sobre o andamento das investigações para identificar e prender os autores do crime e seus mandantes, sendo que até hoje ainda está sem resposta a pergunta que a colunista do El País Eliane Brum tem feito sem cessar em seus espaços: quem mandou matar Marielle e por quê? O jornalista ganhador do Pulitzer pela série de reportagens sobre os documentos de Edward Snowden e também do prêmio Esso, criou o serviço em português da sua revista eletrônica The Intercept, que agora conseguiu e começou a publicar os documentos da Lava Jato na série denominada #VazaJato.

Ou seja, por ser um jornalista que leva à sério sua profissão, não se submetendo às máquinas corporativas e às relações sociais de interdependência que controlam o grande jornalismo brasileiro, tem realmente prestado um grande serviço ao país e à sua profissão por realizar matérias, inclusive de jornalismo investigativo, e publicar pontos de vista que se contrapõem às versões oficiais e oficiosas de agentes públicos interessados – Moro, MPF, governo, polícias, etc. – e dos grandes capitalistas do país que são encontradas na grande imprensa nacional.

Ao seu veículo se juntam os serviços em português na internet para o Brasil de outros importantes periódicos

internacionais – com destaque para Le Monde Diplomatique-Brasil, El País-Brasil, HuffPost-Brasil, BBC-Brasil e Deutsche Welle-Brasil –, além de revistas e sítios da internet brasileiros que conseguem manter certa objetividade e qualidade jornalístico-interpretativa – como a Revista Piauí, o GGN, o Nexo Jornal e vários outros. Somente os interesses políticos, econômicos e corporativos de classe explicam a afoiteza, a velocidade, a falta de crítica como as versões do juiz federal e dos membros do MPF vinculados à Lava Jato eram publicadas sem filtros maiores, como se fossem verdadeiras autoevidentes, ao mesmo tempo em que se processava o endeusamento de Sérgio Moro como o novo paladino da moral pública, um super-herói na luta anticorrupção contra os “poderosos”, que tudo podia impunemente, pois os fins seriam nobres.

A Lava Jato segue célere ladeira abaixo e o país se afunda ainda mais em uma crise civilizatória sem precedentes. No exterior, a imprensa repercutiu quase que imediatamente as revelações do The Intercept e o governo Bolsonaro, que já contava com um desprezo geral e um descrédito enorme, agora tem o seu ministro da Justiça, o Batman da luta anticorrupção, envolvido em um caso explícito e documentado de político-partidarização da justiça. A importância disso é gigantesca, pois, com a imprensa nativa manietada pelos condicionamentos acima, o ponto de vista jornalístico dos veículos internacionais é um contraponto essencial aos pontos de vista comprometidos da mídia brasileira. Claro que aqueles não têm o alcance popular que tem os veículos nacionais, mas tem um efeito muito importante no debate público e na influência que exercem sobre o pessoal político, os próprios jornalistas, intelectuais e, inclusive, agentes do mercado.

•

50.

No mesmo dia 30 de maio em que o ministério da Educação soltou a famigerada nota de censura e delação aos professores, servidores e alunos de escolas e faculdades, seu titular, o ministro Weintraub, coroou sua atuação até aqui

no cargo com a pantomima do guarda-chuva da qual tratei acima. Só para recordar, ele apareceu em vídeo postado em sua conta no Twitter imitando Gene Kelly em “Cantando na chuva” balbuciando em falsete que estava chovendo *fake news* no seu ministério. Seu antecessor, Véléz Rodrigues, elogiava a ditadura militar e queria reinstaurar a disciplina de Moral e Cívica nas escolas. O vetusto ex-juiz Sérgio Moro deixou passar por sua pasta um decreto de armamento da população que possibilitaria aos cidadãos comprarem fuzis e sugeriu a diminuição dos impostos para os cigarros nacionais a fim de evitar o contrabando do Paraguai, além de se referir às pessoas casadas como “conges”, ou “conjes”, difícil grafar uma amostra tão explícita de descaso com o vernáculo por parte de um ex-juiz, douto doutor, que quer um dia ser ministro do STF. O ministro Ernesto Araújo, das Relações Exteriores, encheu o pandulho para afirmar que o nazismo era um movimento de esquerda, enquanto que a sua colega Damares Alves não cessa de protagonizar cenas constrangedoras para alguém de sua posição, como assegurar que Bob Esponja é *gay* e por isso uma má influência para as crianças tementes a deus. Os meninos do capitão, seus filhos Flávio, conhecido como zero-um, Carlos, o zero-dois, e Eduardo, o zero-três, também não se cansam de dar declarações enviesadas e abjetas.

Há outros casos mais esparsos, mas, evidentemente, o quadro não estaria completo sem a referência à figura do capitão ele mesmo. Ainda em março de 2019, aos 68 dias desde que empossado presidente, a agência de checagem de *fake news* denominada Aos Fatos contabilizou que Jair Bolsonaro dera até então 82 declarações falsas ou distorcidas de própria lavra, sem contar repasses de terceiros e declarações de porta-vozes autorizados e afins (COMUNIQUE-SE, 25/03/2019). Ele já se fez registrar em público com calças de pijamas e camisetas de clubes de futebol, sem contar as suas inúmeras declarações de caráter homofóbico, racista, machista, negacionista e por aí se vai, antes e durante a sua presidência. Mais recentemente, foi em pessoa ao Congresso entregar um projeto que altera itens do Código de Trânsito,

entre os quais mudando a penalidade para quem transportar crianças fora das cadeirinhas de multa gravíssima para advertência e a desobrigatoriedade de exame toxicológico para os condutores profissionais renovarem a permissão de dirigir. A morte é uma marca desse modo de governo. Um amigo o tem chamado acertadamente de tanatocracia, uma espécie de regime que se sustenta em uma relação umbilical com a morte, até mesmo como consequência da prática e da disseminação do ódio que está na sua origem. De onde o desprezo e o descaso pelas vidas de outros, tanto para com a vida circundante afetada pelas políticas de liberação de venenos, desmatamento, caça, até para as vidas humanas, com a convivência e mesmo incentivo ao armamentismo, morte ou encarceramento em massa em condições precaríssimas de supostos criminosos, a criminalização dos discordantes e dos dissidentes e o relaxamento ou a eliminação de controles que visam proteger antes de mais nada as pessoas em seu convívio social.

Bolsonaro e sua *entourage* estão se aperfeiçoando na velha prática de pintar borrões escuros, as bolinhas pretas, por onde quer que passem. Eles se assemelham muito àqueles oficiais censores de poucas luzes dos tempos da ditadura, os quais um dia decidiram que poderiam liberar um filme para exibição pública desde que borrões fossem rabiscados nas suas cópias crendo que poderiam assim esconder o que todo mundo já podia ver muito bem. A política para eles é justamente isso, espalhar ridículo deliberadamente, fazer do engano e da mentira instrumentos de governo, tentar borrar os fatos e as evidências com litros e litros de tinta censora ou diversionista sem se preocupar com as consequências, acreditando-se acima de qualquer possibilidade de responsabilização, tudo para fazer o que bem entendem, para levar adiante o projeto privatista neoliberal altamente excludente e seletivo de que tenho me ocupado até aqui. E danem-se as histórias interrompidas e as vidas perdidas nesse emaranhado de ignomínias e ações deletérias. Os censores do final dos anos 1970 representavam o desespero daqueles que perdiam sua razão de ser, enquanto que os atuais arremedos de tirane-

tes da segunda década do século representam o desespero de quem quer se afirmar, custe o que custar, para aprofundar o ódio, o retrocesso e a barbárie, amém, e cumprir com sua missão de satisfazer os interesses que tão zelosamente encarnam, sejam os do mercado e seus senhores, sejam os de corporações como polícias, militares, milícias, religiões.

As bolinhas, meros borrões semiapagados, continuam dançando ridículas, desesperadas, frenéticas e assassinas, metáforas do arbítrio que mal disfarçam.



51.

Por aqui vou encerrando. Não com uma conclusão, até porque, como eu já frisei acima, qualquer coisa parecida com isso vai ainda muito longe, mas como um fim do escrito. Em algum ponto ele tem que terminar. Foram seis meses de trabalho intenso de redação e alguns anos de pesquisa. Creio que compensou. Nesta semana, dia 14 de junho de 2019, se realiza a greve geral que pode ser mais um passo para as oposições se organizarem e buscarem enfrentar com mais força a barbárie que nos cerca e governa. A ver, a luta está só no começo.

Mas eu escolhi para encerrar este escrito algumas palavras sobre uma instituição em particular que representa todas as demais congêneres do país e para qual dediquei boa parte da minha vida, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a minha e a nossa UFRGS. Não é simplesmente modo de dizer, devo a minha vida a ela.

Meu pai veio para o Sul na década de 1950 depois de formado em Estatística no Rio de Janeiro. Ele era fluminense da cidade de Valença. Filho de um ferroviário que casara com a filha de um ex-cafeicultor arruinado. Meu avô queria que os filhos ficassem por ali, na mesma vida que a dele, trabalhando na estrada de ferro. Minha avó prestava serviços, especialmente de costura, para sustentar os estudos dos filhos. Conseguiu com relativo sucesso. Formado, o pai e um colega foram contatados por um professor da Faculda-

de de Economia da UFRGS, o professor Maurício, de quem ele sempre falou com muito carinho, gratidão e admiração, para virem a Porto Alegre, onde estavam necessitando de professores de estatística como parte da modernização do ensino de economia, administração, ciências sociais. Aqui, ele se casou com minha mãe, filha de imigrantes alemães – meu avô materno, a quem me referi antes, era então comerciante de material de desenho, equipamentos de medição, topografia, engenharia e afins. Eu nasci em 1965, portanto, já tendo a UFRGS como parte da família.

Esses dias uma ex-aluna postou algo no Facebook sobre suas memórias de quando seu pai, que também era professor da UFRGS, a levava para visitar as instalações da Universidade. Eu imediatamente lembrei de mim mesmo, das vezes em que o pai, não foram muitas, mas foram marcantes, levou a mim e ao meu irmão na Faculdade de Economia e no Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, o IEPE, onde ele trabalhava. O cheiro das salas era inconfundível, uma mistura de livros, papéis, material de escritório, tacos de madeira encerados. Tinha no IEPE um quadro em alto-relevo com a topografia do Rio Grande do Sul de que ainda hoje lembro, como do elevador revestido de madeira escura com duas portas, uma em cada extremidade, e do bar da Faculdade de Economia, esse último espalhando pelo saguão o cheiro de cafezinho recém passado.

No ano em que eu entrei como professor na mesma UFRGS, 1993, fazia dois anos que meu pai se aposentara. Na época, a ameaça vinha de outro governo tão vergonhoso quanto o atual, o de Fernando Collor de Mello. Então, se prometia uma reforma previdenciária que poderia retirar direitos dos aposentados. Por isso, e pelo sim, pelo não, muita gente que tinha condições se aposentou para adquirir de vez o direito. Nos quase quarenta anos em que estive na UFRGS, inclusive durante o período da ditadura, José Carlos Grijó fez uma carreira muito respeitada, sempre com atuação institucional forte. Foi vice-diretor da Faculdade de Economia, ajudou a criar os cursos de Estatística nos níveis de graduação e pós-graduação e durante muitos anos teve

acento nos conselhos superiores da Universidade. Chegou a ser candidato a reitor na década de 1980. Mas não quero aqui registrar um curriculum vitae do pai ou a sua biografia, apenas quero ressaltar que ele dedicou sua vida à UFRGS de onde, por certo, tirou o sustento da sua família e acumulou algum patrimônio, mas a ela doando em troca toda a sua capacidade de trabalho e investimento afetivo. Seu exemplo dificilmente não teria me influenciado a seguir uma carreira parecida. Quase parecida, minha inaptidão para as ciências exatas acabou me levando para a área de humanas.

Mas antes de me tornar professor da UFRGS, fui também seu aluno, como eu já referi. Em 1982 entrei na Engenharia e, depois, prestando novo vestibular, mudei para a História. Me formei no final de 1988. Desde 1982, só fiquei longe da universidade, sem um vínculo institucional com ela, por apenas quatro anos, entre 1989 e 1992. Juntando as vidas, minha e do pai, são mais de 60 anos de UFRGS. Para mim a universidade é essencial, é minha parte mais importante depois das pessoas mais próximas – amigos, amigas, a família, sendo que muitos dos primeiros e primeiras dela também fazem parte.

E uma coisa é certa, em todo esse tempo, o trabalho na universidade tem sido cada vez mais bem feito. Ela só tem melhorado ao longo dos anos. Quando eu era aluno ela era outra. Alguns professores mal lecionavam, suas dedicações eram parciais, poucos tinham doutorado. Hoje a maioria tem dedicação exclusiva, é assídua, faz pesquisa e extensão e é altamente titulada. Desde o governo Lula as universidades inegavelmente se abriram ainda mais para a sociedade, franqueando seus espaços para os alunos cotistas sociais, étnico-raciais, de gênero, aumentando o número de vagas, disponibilizando bolsas que garantiam as permanências. A profissionalização dos professores e dos servidores se acentuou enormemente. Os índices gerais de excelência se aprimoraram em todas elas e se democratizaram entre as próprias instituições, diminuindo a distância entre as do topo e as da base, sendo que a UFRGS é sempre cotada pelos mecanismos de avaliação entre as principais do país.

Agora, um bando de sacripantas quer simplesmente, em golpes de canetas – talvez também de baionetas –, botar a perder o esforço e o sucesso que se tem tido nos últimos anos, geração após geração. Evidentemente que há problemas, claro que várias coisas podem ainda ser corrigidas e melhoradas. Mas esse tipo de procedimento não parece importar. A malta de fanáticos agora em posições oficiais quer apenas destruir, colocar por terra. As instituições de ensino federais do Brasil e todo o trabalho intelectual e energia afetiva que muitos de nós a elas dedicamos não merecem tal destino. Porém, merecer ou não nada tem a ver com o que está acontecendo.

No dia 10 de julho de 2019, passou em primeiro turno na Câmara o projeto de destruição da Previdência pública, para o gaudio do mercado e da mídia empresarial. Os passos seguintes serão rápidos. Agora é fato, o estado está se desincumbindo das aposentadorias e de outros aspectos da seguridade social no Brasil. O mercado está tomando conta. Por outro lado, como eu venho indicando ao longo deste percurso, e mesmo antes (GRIJÓ, 2018), com a aprovação das novas regras previdenciárias, Weintraub e Guedes agora podem se dedicar à destruição da educação pública federal: “Abraham Weintraub deve anunciar nos próximos dias um projeto para acabar com o ensino público e gratuito nas universidades federais” (REVISTA FÓRUM, 11/07/2019). Ao mesmo tempo, Eduardo Bolsonaro é indicado para ser o embaixador do Brasil em Washington (BBC-BRASIL, 11/07/2019). Sim, o filho do presidente, admirador de Steve Bannon e Donald Trump, seguidor de Olavo de Carvalho, poderá ser o representante diplomático do Brasil no país mais poderoso do planeta terra, para quem acredita em planetas, claro.

Como eu frisei no começo deste fim do ensaio, o qual está se dando em 14 de julho de 2019, não há uma conclusão. Encerro com duas perguntas. A maior parte da população brasileira que está sendo diretamente afetada pelos feitos e desfeitos da atual corriola governativa vai permanecer deitada em seu berço esplêndido? Vão deixar passar esta avalan-

che de retrocessos de forma assim tão tranquila, sem mais, sem resistência, sem contraofensiva? Agora sim, o texto acabou; espero que não os restos de um Brasil, interrompido.

Referências:

- ABRANCHES, Sérgio de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, 1988, p. 5 a 34.
- AERO MAGAZINE, 09/08/2013. São Paulo, a capital dos helicópteros. Disponível em: https://aeromagazine.uol.com.br/artigo/sao-paulo-capital-dos-helicopteros_1072.html, acessado em 31 de maio de 2019.
- APPLEBAUM, Anne. O pior está por vir: polarização, teorias conspiratórias, ataques à imprensa – como uma democracia pode acabar. Piauí, edição 146, novembro de 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-pior-esta-por-vir>, acessado em 19 de fevereiro de 2019.
- ARISTÓTELES. Poética. Edição trilingue por Valentín García Yebra. Madri: Gredos, 1974.
- AUGSTEN, Patrícia. A significação jornalística da justiça: uma análise da cobertura da Lava Jato na Folha de S. Paulo. Dissertação de mestrado em Comunicação Social. Porto Alegre, PPG em Comunicação Social, PUC/RS, 2019. Disponível em http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8564/2/PATRÍCIA_AUGSTEN_DIS.pdf, acessado em 10 de junho de 2019.
- BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. Política comparada. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BANNON, Steve. “O populismo é o futuro da política”: Entrevista. OESP – O Estado de São Paulo, 17/03/2019. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,o-populismo-e-o-futuro-da-politica,70002724328>, acessado em 17 de março de 2019.
- BBC-BRASIL, 11/07/2019. Aceito a missão dada por meu pai, diz Eduardo Bolsonaro sobre embaixada nos EUA. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48959005>, acessado em 12 de julho de 2019.

- BBC-BRASIL, 21/04/2016. 'Enquanto me dava choques, Ustra me batia com cipó e gritava', diz torturado aos 19 anos. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_torturado_ustra_bolsonaro_lgb, acessado em 15 de fevereiro de 2019.
- BBC-BRASIL, 22/03/2019. As homenagens de Bolsonaro a Pinochet e por que o general ainda divide o Chile. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47674503>, acessado em 20 de maio de 2019.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 222-243.
- BIAL, Pedro. Roberto Marinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Memória Globo, 2004.
- BINET, Laurent. HHhH. São Paulo: Cia. das Letras, 2012 (e-book Kindle).
- BOLSONARO, Jair. A agenda globalista mira a divisão de classes [...]. Brasília, 04 mar. 2019. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro>. Acesso em 04 de abril de 2019.
- BOURDIEU, Pierre (org.). A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLLENT, Michel J. M. Crítica metodológica, investigação social & enquete operária. São Paulo: Polis, 1987, p. 137-151.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989a, p. 163-207.
- BOURDIEU, Pierre. Contrafogos, táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Décrire et prescrire: note sur les condi-

tions de possibilité et les limites de l'efficacité politique. Actes de la recherche en sciences sociales, n. 38, maio, 1981, p. 69-73.

BOURDIEU, Pierre. Le mort saisit le vif, as relações entre a história reificada e a história incorporada. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989b, p. 75-106.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL 247, 29/05/2019. Olavo diz que não há tese para refutar teoria da Terra Plana e Haddad ironiza: terra tem lado B? Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/394989/Olavo-diz-que-nao-ha-tese-para-refutar-teoria-da-Terra-Plana-e-Haddad-ironiza-terra-tem-lado-B.htm>, acessado em 30 de maio de 2019.

CALIL, Gilberto. Elio Gaspari e o elogio da transição conservadora. Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014, p. 246-270.

CANAL GAMA, 01/11/2018. Áudio: “estudante está na universidade só pra fumar maconha e fazer suruba”, diz Olavo de Carvalho. Disponível em: <https://canalgama.com.br/audio-estudante-esta-na-universidade-so-pra-fumar-maconha-e-fazer-suruba-diz-olavo-de-carvalho>, acessado em 12 de março de 2019.

CARTA CAPITAL, 20/06/2019. Santos Cruz critica governo Bolsonaro: “Um show de besteiras”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/santos-cruz-critica-governo-bolsonaro-um-show-de-besteiras/>, acessado em 24 de junho de 2019.

CASTRO, Celso. A invenção do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CATRACA LIVRE, 25/02/2019. Ministro diz que título de mestre em Yale foi “equivoco”. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/colunas/dimenstein/ministro-diz-que-titulo-de-mestre-em-yale-foi-equivoco>, acessado

em 09 de maio de 2019.

CÉSAR, Benedito Tadeu. Na hora de votar, o brasileiro não é subdesenvolvido. *Jornal da Universidade*, abril de 2006, p. 4.

CEZAR, Temístocles. Bartleby & Nulisseu: a arte de contar histórias de vida sem biografia. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 63-79.

CHAMPAGNE, Patrick. Formar a opinião: o novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARBEL, Felipe. Repactuar o romance histórico e a ficção biográfica: sobre HhHh, de Laurent Binet. *ArtCultura*, v. 19, n. 35, 2017, p. 31-41.

CHAUÍ, Marilena. Simulacro e poder – uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHICO SANTANNA, 06/06/2014. Disponível em: <https://chicosantanna.wordpress.com/2014/06/06/ha-30-anos-brasilia-se-levantou-contr-a-ditadura>, acessado em 15 de fevereiro de 2019.

CICERO, Marcus Tullius. De Oratore II. Edição em latim pela The Latim Library, disponível em: <https://www.thelatinlibrary.com/cicero/oratore2.shtml>; tradução em inglês por J. S. Watson disponível em: http://pages.pomona.edu/~cmc24747/sources/cic_web/de_or_2.htm. Consultadas em 20 de maio de 2019.

COMUNIQUE-SE, 25/03/2019. Bolsonaro já propagou mais de 80 notícias falsas ou distorcidas. Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/bolsonaro-ja-propagou-mais-de-80-noticias-falsas-ou-distorcidas/>, acessado em 06 de junho de 2019.

CORREIO BRASILIENSE, 01/03/2019. Eduardo Bolsonaro:

Saída para enterro de neto coloca Lula “posando de coitado”. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03...olsonaro-saida-para-enterro-de-neto-coloca-lula-como-coitado.shtml>, acessado em 03/03/2019.

CORREIO DO POVO, 25/01/2018. Quem tem medo de Kim Kataguirí. Blog de Juremir Machado da Silva. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/2018/01/10565/quem-tem-medo-de-kim-kataguirí/>, acessado em 20 de abril de 2019.

D’ANCONA, Matthew. Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DCM – Diário do Centro do Mundo, 01/06/2019. “As universidades estão numa luta entre a vida e a morte”: DCM entrevista Vladimir Safatle sobre os protestos de maio. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/as-universidades-estao-...vladimir-safatle-sobre-os-protestos-de-maio-por-pedro-zambarda/>, acessado em 11 de junho de 2019.

DP - Diário de Pernambuco, 04/09/2015. Quando a censura liberou com bolas pretas. Disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2015/09/04/quando-a-censura-liberou-com-bolas-pretas>, acessado em 15 de fevereiro de 2019.

EL PAÍS-BRASIL, 07/02/2018. Byung-Chul Han: “Hoje o indivíduo se explora e acredita que isso é realização”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/07/cultura/1517989873_086219.html, acessado em 18 de outubro de 2018.

EL PAÍS-BRASIL, 08/05/2019. Uma inédita frente de ex-ministros do Meio Ambiente contra o desmonte de Bolsonaro. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/>

[brasil/2019/05/08/politica/1557338026_221578.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/08/politica/1557338026_221578.html),
acessado em 08 de maio de 2019.

EL PAÍS-BRASIL, 16/05/2019. Protestos 15 de maio: cortes da Educação despertam as ruas contra Bolsonaro. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/15/politica/1557950158_551237.html, acessado em 19 de maio de 2019.

EL PAÍS-BRASIL, 17/11/2016. Dicionário Oxford dedica sua palavra do ano, 'pós-verdade', a Trump e Brexit. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/internacional/1479308638_931299.html, acessado em 30 de abril de 2019.

EL PAÍS-BRASIL, 24/06/2019. 'Fake news' mancham a campanha no Uruguai, com um protagonista milionário. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/21/internacional/1561136386_900824.html, acessado em 24 de junho de 2019.

EL PAÍS-BRASIL, 26/09/2018. A máquina de 'fake news' nos grupos a favor de Bolsonaro no WhatsApp. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html, acessado em 30 de setembro de 2018.

ELIAS, Norbert. A sociedade de corte. Lisboa: Estampa, 1995.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ÉPOCA NEGÓCIOS, 06/03/2018. Brasil tem 42 bilionários, segundo a Forbes. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Dinheiro/noticia/2018/03/brasil-tem-42-bilionarios.html>, acessado em 19 de março de 2019.

ESFERA PÚBLICA, 24/01/2018. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8d6TcgC6Fhs>, acessado em 30 de abril de 2019.

EXAME, 14/02/2019. Moro e Vélez Rodríguez falam em

iniciar “lava jato da educação”. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/moro-e-velez-rodriguez-falam-em-iniciar-lava-jato-da-educacao>, acessado em 15 de fevereiro de 2019.

EXAME, 16/12/2018. Planos para a educação devem enfraquecer professores e beneficiar Guedes. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/plano-para-a-educacao-deve-enfraquecer-professor-e-beneficiar-guedes>, acessado em 09 de março de 2019.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1979. 2 volumes.

FERNANDES, Jorge Almeida. O século XXI não será fascista. Será outra coisa, que desconhecemos. Público, 05/03/2019. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/03/05/mundo/noticia/seculo-xxi-nao-sera-fascista-sera-desconhecemos-1864100>, acessado em 18 de março de 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314-332.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça; MOREIRA, Uallace. Sobre o caráter da burguesia brasileira. Le Monde Diplomatique-Brasil. 01 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/sobre-o-carater-da-burguesia-brasileira/>, acessado em 27 de março de 2018.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão em seu lugar. Cadernos de debate, n. 1, São Paulo, Brasiliense, 1976, p. 59-64.

FSP – Folha de São Paulo, 03/06/2018. Nos anos 90, Bolsonaro defendeu novo golpe militar e guerra. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/nos-anos-90-bolsonaro-defendeu-novo-golpe-militar-e-guerra.shtml?loggedpaywall>, acessado em 15 de fevereiro de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 04/11/2018. Planos econômicos fizeram a fortuna de superministro Paulo Guedes. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/planos-economicos-fizeram-fortuna-de-superministro-paulo-guedes.shtml>, acessado em 9 de março de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 08/02/2018. Estilo de Luciano Huck é PSDB, diz FHC. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/estilo-de-luciano-huck-e-psdb-diz-fhc.shtml>, acessado em 10 de julho de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 10/06/2019. NYT vê ‘isenção’ questionada, FT destaca pedido para libertar Lula - Nelson de Sá. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelsondesa/2019/06/nyt-ve-isencao-questionada-ft-destaca-pedido-para-libertar-lula.shtml>, acessado em 11 de junho de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 12/03/2019. Após prisão de suposto atirador, Anistia cobra nome de mandante da morte de Marielle. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/apos-prisao-de-suposto-atirador-anistia-cobra-nome-de-mandante-da-morte-de-marielle.shtml>, acessado em 8 de maio de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 14/01/2018. Apesar de cortes, institutos federais lideram nota do Enem em 14 Estados. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/01/1950323-apesar-d...es-institutos-federais-lideram-nota-do-enem-em-14-estados.shtml>, acessado em 09 de julho de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 14/10/2017. Cunha recebeu R\$ 1 mi para ‘comprar’ votos do impeachment de Dilma, diz Funaro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1927138-cunha-recebeu-r-1-mi-para-comprar-votos-do-impeachment-de-dilma-diz-funaro.shtml>, acessado em 26 de abril de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 17/03/2019a. Se governo continuar como está acaba em seis meses, diz Olavo de Carvalho. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/homenageado-por-bann...de-carvalho-diz-desconhecer-ideias-politicas-de-bolsonaro.shtml>, acessado em 18 de março de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 17/03/2019b. A reação do cansaço. Coluna de Jânio de Freitas. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefritas/2019/03/a-reacao-do-cansaco.shtml>, acessado em 17 de março de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 18/06/2019. Escolas federais, atingidas por bloqueio de recursos, ficam na elite do Enem. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/06/escolas-federais-atingidas-por-bloqueio-de-recursos-ficam-na-elite-do-enem.shtml>, acessado em 20 de junho de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 20/01/2019. Alvo de críticas, comitiva do PSL na China cobra apoio do governo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/alvo-de-criticas-comitiva-do-psl-na-china-cobra-apoio-do-governo.shtml?loggedpaywall>, acessado em 23 de janeiro de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 22/05/2019. Desfile de crianças aptas a adoção em shopping gera críticas em Mato Grosso. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/desfile-de-cri..._source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb&sfns=mo, acessado em 23 de maio de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 23/04/2019. Sim, as universidades públicas fazem pesquisas - instituições particulares produzem pouca ciência. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/04/sim-as-universidades-publicas-fazem-pesquisas.shtml>, acessado em 27 de abril de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 23/05/2016. Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>, acessado em 14 de fevereiro de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 27/03/2019. Se redução de imposto elevar consumo de cigarro, medida será descartada, diz Moro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/03/moro-diz-...mposito-aumentar-consumo-de-cigarro-medida-esta-descartada.shtml>, acessado em 02 de junho de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 30/05/2019a. Com guarda-chuva, ministro da Educação nega bloqueio de verbas do Museu Nacional. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/com-guarda-chuv...tro-da-educacao-nega-bloqueio-de-verbas-do-museu-nacional.shtml>, acessado em 03 de junho de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 30/05/2019b. MEC diz que professores, alunos e pais não podem divulgar protestos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/mec-diz-que-professores-alunos-e-pais-nao-podem-divulgar-protestos.shtml>, acessado em 31 de maio de 2019.

FSP – Folha de São Paulo, 9/10/2018. Economista de Bolsonaro, Paulo Guedes viveu mudança radical em Chicago. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/economista-de-bolsonaro-paulo-guedes-viveu-mudanca-radical-em-chicago.shtml>, acessado em 9 de março de 2019.

FSP – Folha Online, 02/11/2000. Figueiredo disse que preferia o cheiro do cavalo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u10538.shtml>, acessado em 15 de fevereiro de 2019.

FSP – Folha Online, 16/05/2019. Decreto sobre nomeações

preocupa dirigentes universitários. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/decreto-sobre-nomeacoes-preocupa-dirigentes-universitarios.shtml>, acessado em 18 de maio de 2019.

G1, 12/05/2019. Bolsonaro diz que vai indicar Sérgio Moro para vaga no STF. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/12/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-sergio-moro-para-vaga-no-stf.ghtml>, acessado em 13 de maio de 2019.

G1, 17/02/2016. Só um livro brasileiro entra no top 100 de universidades de língua inglesa. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/02/so-um-livro-brasileiro-entra-no-top-100-de-universidades-de-lingua-inglesa.html>, acessado em 8 de março de 2019.

G1, 17/03/2019. Cidades têm manifestações a favor da lava jato. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/17/cidades-tem-manifestacoes-a-favor-da-lava-jato.ghtml>, acessado em 18 de março de 2019.

G1, 19/02/2019. Revista divulga áudios com troca de mensagens entre Bolsonaro e ministro demitido Bebianno. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/19/revista-divulga-a...a-de-mensagens-entre-bolsonaro-e-ministro-demitido-bebianno.ghtml>, acessado em 20 de fevereiro de 2019.

G1, 25/01/2019. Damares: educação domiciliar permite a pais ensinar 'mais conteúdo que a escola'. Blog de Andréia Sadi. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2019/01/25/da...ermite-a-pais-ensinar-mais-conteudo-e-gerenciar-aprendizado.ghtml>, acessado em 11 de fevereiro de 2019.

G1, 29/05/2019. Governo censura pesquisa da Fiocruz sobre uso de drogas no Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/29/governo-censura-pesquisa-da-fiocruz-sobre-uso-de-drogas-no-brasil.ghtml>, acessado em 31 de maio de 2019.

- G1, 30/04/2019. MEC anuncia corte de 30% em repasses para universidades federais. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/mec-diz-q...vale-para-todas-as-universidades-e-institutos-federais.ghml>, acessado em 01 de maio de 2019.
- GASPARI, Elio. 1. A ditadura envergonhada. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.
- GASPARI, Elio. 2. A ditadura escancarada. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.
- GASPARI, Elio. 3. A ditadura derrotada. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c.
- GASPARI, Elio. 4. A ditadura encurralada. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014d.
- GGN – Jornal GGN, 14/03/2019. Xadrez do grande negócio do combate à corrupção, por Luís Nassif. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/judiciario/xadrez-do-grande-negocio-do-combate-a-corrupcao-por-luis-nassif>, acessado em 18 de março de 2019.
- GGN – Jornal GGN, 22/05/2019. OAB-MT se inspira em leilão de gado para oferecer crianças para adoção, por Luís Nassif. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/recado-nassif/oab-mt-se-inspira-em-leilao-de-gado-para-oferecer-criancas-para-adocao-por-luis-nassif/>, acessado em 22 de maio de 2019.
- Gomes, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 (p. 17-57).
- GRANDE PONTO, 21/05/2019. Ministro sugere que estudantes substituam terceirizados na limpeza da UFRN. Disponível em: https://www.grandeponto.com.br/index.php/noticia/ministro-su...oZHIIHEK1_ONkUmT_026J4kS2uHTj8&sfns=mo#.XOQZx2CPwQs.facebook

acessado em 23 de maio de 2019.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 43, julho de 2016, p. 67-92.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A mídia brasileira no século XXI: desafios da pesquisa histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). História do tempo presente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 279-298.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Atenção, homens brancos e ricos trabalhando: um país à beira do abismo. In: LAPUENTE, Rafael et al. (orgs.). Livro sobre os avanços da direita no Brasil e no mundo. No prelo, 2019a.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Capítulos de um Golpe Anunciado: a mídia empresarial brasileira. Aula aberta proferida no curso “O golpe de 2016 e a nova onda conservadora no Brasil”, realizado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Publicado em 7 de janeiro de 2019b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DDOa6tI4Sxc>, acessado em 15 de fevereiro de 2019.

GRIJÓ, Luiz Alberto. O golpe invisível: mídia, política, história e a universidade em tempos incertos. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens. [E-book] (orgs.). São Leopoldo: Óikos, 2018. p. 441-462.

GRIJÓ, Luiz Alberto. O jogo das mediações: Getúlio Vargas e sua geração no Rio Grande do Sul da I República. Porto Alegre: Homo Plasticus, 2017.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Para ver Cristina: a mídia brasileira, a Argentina e o “efeito Orloff”. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; GANSTER, Rafael; ORBEN, Tiago Arcanjo (orgs.). Diálogos do tempo presente: historiografia e história. [e-book] Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 165-187.

- GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. Revista brasileira de ciências sociais, n. 14, p. 73-90, out., 1990.
- HABERMAS, Jürgen. Teoría de la acción comunicativa, I – Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid, Taurus, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. Teoría de la acción comunicativa, II – Crítica de la razón funcionalista. Madrid, Taurus, 1992.
- HARTOG, François. Aristóteles e a história, mais uma vez. História da Historiografia, n. 13, dezembro de 2013, p. 14-23.
- HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. São Paulo, Autêntica, 2013.
- IHU – Instituto Humanitas Unisinos – Revista On-Line, 15/03/2019. Surge a teia oligárquica da operação. Entrevista com Ricardo Costa de Oliveira. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587451-surge-a-teia-oligarquica-da-operacao>, acessado em 17 de março de 2019.
- IHU – Instituto Humanitas Unisinos – Revista On-Line, 17/05/2019. #15M: A insurreição estudantil e o país sem respostas às questões contemporâneas. Algumas análises. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/589221-15m-...-pais-sem-respostas-as-questoes-contemporaneas-algumas-analises>, acessado em 03 de maio de 2019.
- IHU – Instituto Humanitas Unisinos – Revista On-Line, 21/05/2019. Bancos vão ficar com 62% da renda do trabalhador se capitalização for aprovada. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589314-bancos-va-ficar-com-62-da-renda-do-trabalhador-se-capitalizacao-for-aprovada>, acessado em 21 de maio de 2019.
- IHU – Instituto Humanitas Unisinos – Revista On-Line, 30/04/2018. Kroton Educacional: Em termos de edu-

cação pública nunca experimentamos um inimigo com uma força social tão concentrada como esse. Entrevista com Allan Kenji. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/578444-kroton-educacional-em-termos...mos-um-inimigo-com-uma-forca-social-tao-concentrada-como-esse>, acessado em 02 de maio de 2018.

KENJI, Allan. “Kroton Educacional: Em termos de educação pública nunca experimentamos um inimigo com uma força social tão concentrada como esse”. Entrevista. IHU – Instituto Humanitas Unisinos – Revista On-Line, 30/04/2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/578444-kroton-educacional-em-termos...mos-um-inimigo-com-uma-forca-social-tao-concentrada-como-esse>, acessado em 02 de maio de 2018.

KLEIN, Naomi. A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KLEIN, Naomi. ‘O pior da agenda tóxica de Donald Trump só será desencadeado com uma grande crise nos EUA’. The Intercept-BR. 10/06/2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/06/10/o-pior-da-agenda-toxica-de-donald-trump-so-sera-desencadeado-com-uma-grande-crise-nos-eua/>, acessado em 12 de junho de 2017.

KOSELLECK, Reinhart, Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUCRJ, 2006.

KOUTZII, Flavio. “A democracia acabou. Eu me sinto hoje um exilado no Brasil”: Entrevista. SUL21. 12/01/2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/area-zero/2019/01/flavio-koutzii-a-democracia-acabou-eu-me-sinto-hoje-um-exilado-no-brasil>, acessado em 15 de janeiro de 2019.

LACLAU, Ernesto. A Razão Populista. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. O retorno do “povo”: razão populista, antagonismo e identidades coletivas. Política & Traba-

lho – revista de ciências sociais, n. 23, outubro de 2005, p. 9-34.

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARINGONI, Gilberto (org.). O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco. São Paulo: FEPESP/Olho d'Água, 2017.

MARINHO, Euclides. “Queria, sim, criar um herói nacional”, diz roteirista de “O Brado Retumbante” (Entrevista). OESP – O Estado de São Paulo. 23/01/2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,queria-sim-criar-um-heroi-nacional-diz-roteirista-de-o-brado-retumbante,826092,0.htm>, acessado em 25 de janeiro de 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff. O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.

MBEMBE, Achille. A era do humanismo está terminando. IHU. 24 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>, acessado em 07 de agosto de 2017.

MELO. Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Espaço Plural, Ano XIII, n. 27, 2o Semestre de 2012, p. 39-53.

MONBIOT, George. Neoliberalism – the ideology at the root of all our problems. The Guardian, 15/04/2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2016/apr/15/neoliberalism-ideology-problem-george-monbiot>, acessado em 29 de dezembro de 2017.

MORAES, Reginaldo. Um fantasma assombra o mundo. Mas... qual é mesmo sua identidade? Dossiê pós-verdade. 9 de março de 2017. Disponível em: <http://www.>

comciencia.br/um-fantasma-assombra-o-mundo-mas-qual-e-mesmo-sua-identidade/, acessado em 13 de março de 2017.

NABUCO, Joaquim. Minha formação. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p. 37.

NAPOLITANO, Celso. Os tortuosos caminhos de uma mina de ouro. MARINGONI, Gilberto (org.). O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco. São Paulo: FEPESP/Olho d'Água, 2017, p. 11-26.

NETO, Odilon Caldeira. Frente nacionalista, neofascismo e “novas direitas” no Brasil. Faces de Clio, vol. 2, n. 4, julho/dezembro de 2016, p. 20-36. Disponível em <http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/4.Artigo-D2.-Odilon.pdf>, acessado em 15 de junho de 2019.

NEXO JORNAL, 06/10/2018. Como chegamos a um estado de tanta desinformação. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2018/10/06/Como-chegamos-a-um-estado-de-tanta-desinformacao>, acessado em 08 de outubro de 2018.

NEXO JORNAL, 21/03/2019. Por que parlamentares chilenos boicotam a visita de Bolsonaro. Disponível em: https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/03/21/Por-que-par...box&utm_medium=Social&utm_source=Facebook#Echobox=1553212965, acessado em 20 de maio de 2019.

NOTÍCIAS PGR, 31/05/2019. MPF dá prazo de dez dias para que MEC cancele nota em que desautoriza divulgação de protestos. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-da-prazo-de-dez-dias...que-mec-cancele-nota-em-que-desautoriza-divulgacao-de-protestos>, acessado em 02 de junho de 2019.

NSC – Total, 31/05/2019. General Heleno: “Pelo amor de Deus, não inventa, não liga para o Olavo de Carvalho”. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunis->

tas/carolina-bahia/general-hel...-pelo-amor-de-deus-nao-inventa-nao-liga-para-o-olavo-de?sfns=xmo, acessado em 02 de junho de 2019.

- O DIA, 31/05/2019. Olavo de Carvalho se recusa a discutir com professores: “discuto apenas com terraplanistas professos”. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/brasil/2019/05/5648540-olavo-de-carvalho-...m-professores---discuto-apenas-com-terraplanistas-professos.html>, acessado em 02 de junho de 2019.
- O GLOBO, 14/10/2018. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/bernardo-mello-franco/post/em-discursos-bolsonaro-j%C3%A1-exaltou-mil%C3%ADcias-e-grupos-de-exterm%C3%ADnio.html>, acessado em 22 de junho de 2019.
- O GLOBO, 15/03/2019. Ministro do STF suspende fundação da Lava-Jato para gerir até R\$ 2,5 bilhões da Petrobras. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ministro-do-stf-suspende-fundacao-da-lava-jato-para-gerir-ate-25-bilhoes-da-petrobras-23525950>, acessado em 17 de março de 2019.
- O GLOBO, 16/06/2019. Após demissão de Joaquim Levy, governo Bolsonaro soma 19 baixas no segundo escalão. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-demissao-de-joaquim-levy-governo-bolsonaro-soma-19-baixas-no-segundo-escalao-23743830>, acessado em 22 de junho de 2019.
- O GLOBO, 24/07/2016. Crise força o fim do injusto ensino superior gratuito. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/crise-forca-fim-do-injusto-ensino-superior-gratuito-19768461>, acessado em 6 de dezembro de 2017.
- OESP – O Estado de São Paulo, 06/06/2019. Após confronto com universidades federais, Weintraub fala em fortalecer setor privado. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,apos-confronto-com...-federais-weintraub-fala-em-fortalecer-setor-privado>

do,70002859710, acessado em 07 de junho de 2019.

OESP – O Estado de São Paulo, 14/05/2019. Com 434 mortes, letalidade policial no Rio no 1o trimestre de 2019 é a maior em 21 anos. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,com-434-mor...l-no-rio-no-1-trimestre-de-2019-e-a-maior-em-21-anos,70002827768>, acessado em 21 de maio de 2019.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Surge a teia oligárquica da operação. Entrevista. IHU – Instituto Humanitas Unisinos – Revista On-Line, 15/03/2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587451-surge-a-teia-oligarquica-da-operacao>, acessado em 17 de março de 2019.

ONU. Declaração universal dos direitos humanos. 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>, acessado em 10 de junho de 2019.

PEREIRA, Mateus H. F.; ARAÚJO, Valdei. Esquerda e direita, conceitos superados? (1) (2) e (final). Outras Palavras, 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/esquerda-e-direita-conceitos-superados-1/>; <https://outraspalavras.net/sem-categoria/esquerda-e-direita-conceitos-superados-2/>; <https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/esquerda-e-direita-conceitos-superados-3/>, acessado em 10 de julho de 2019.

PEREIRA, Mateus H. F.. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). Varia História, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, set/dez, 2015, p. 863-902. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v31n57/0104-8775-vh-31-57-0863.pdf>.

PEREZ, Daniel Tourinho. Sobre filosofia, obscurantismo e democracia: quão obscurantista é o emplasto filosófico de Olavo de Carvalho. Le monde diplomatique-Brasil, 12/02/2019. Disponível em: <https://diplomatie.org>.

[br/resposta-a-pergunta-quao-obscurantista-e-o-em-plasto-filosofico-de-olavo-de-carvalho](#), acessado em 19 de fevereiro de 2019.

PIAUI, 17/01/2019. Olavo lidera insurgência entre bolsonaristas. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/olavo-lidera-insurgencia-entre-bolsonaristas/?doing_wp_cron=1547864799.8520369529724121093750#, acessado em 19 de janeiro de 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. Essa influência é boa para o processo democrático. *Jornal da Universidade*, abril de 2006a, p. 4.

PINTO, Céli Regina Jardim. Mais parcimônia, menos espetáculo. *Jornal da Universidade*, julho de 2007, p. 4.

PINTO, Céli Regina Jardim. Um falso problema. *Jornal da Universidade*, outubro de 2006b, p. 2.

PIRES, Francisco Murari. O General Marshall em Princeton, Tucídides na Guerra Fria. *História da Historiografia*, n. 2, março de 2009, p. 101-115.

PODER 360, 03/09/2018. No Acre, Bolsonaro fala em “fuzilar a petralhada” e enviá-los à Venezuela. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhC-cbyQ>, acessado em 21 de fevereiro de 2019.

PRIOLLI, Gabriel. A era da pós-verdade. *Carta Capital*. 13/01/2017. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/revista/933/a-era-da-pos-verdade...f&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer, acessado em 15 de janeiro de 2017.

PROGRAMA FAIXA LIVRE, 07/05/2019. “Crise em que estamos no Brasil é fabricada”, diz Maria Lucia Fatorelli. Disponível em: <http://www.programafaixalivre.com.br/noticias/crise-em-que-estamos-no-brasil-e-fabricada-diz-maria-lucia-fatorelli/>, acessado em 30 de maio de 2019.

PRONA. Sítio na Internet. <http://prona.org.br/o-partido/>

dr-eneas, acessado em 22 de janeiro de 2019.

RÁDIO SENADO, 11/10/2018. Especialistas responsabilizam grandes sonegadores da Previdência pelo déficit bilionário. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/especialistas-responsabilizam-grandes-sonegadores-da-previdencia-pelo-deficit-bilionario>, acessado em 11 de março de 2019.

RBA – Rede Brasil Atual, 18/10/2014. Neoliberalismo é o oposto da democracia, diz estudioso francês. Entrevista com Dominique Plihon. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/neoliberalismo-e-o-oposto-da-democracia-diz-estudioso-frances-284.html>, acessado em 22 de novembro de 2017.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 29-52.

REVISTA CULT, 25/01/2018. Disponível em: <https://revis-tacult.uol.com.br/home/marcia-tiburi-kim-kataguir/>, acessado em 20 de abril de 2019.

REVISTA FÓRUM, 11/07/2019. Após reforma da Previdência, Bolsonaro deve anunciar projeto que inicia privatização das universidades públicas. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/apos-reforma-da-previdencia-bolsonaro-...unciar-projeto-que-inicia-privatizacao-das-universidades-publicas/>, acessado em 12 de julho de 2019.

REVISTA FÓRUM, 13/07/2019. MEC deve anunciar plano de mensalidade para universidades federais. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/mec-deve-anunciar-mensalidades-universidades-federais/>, acessado em 14

de julho de 2019.

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma. Ainda, as ideias fora do lugar. *Lua Nova*, n. 73, 2008, p. 59-69.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Castilhismo: uma filosofia da República. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1980.

_____. 'Faxina ideológica', entrevista com o ministro da educação Ricardo Vélez Rodríguez. *VEJA*, 06/02/2019., p. 1-7.

SCHMIDT, Sarah. Notícias falsas: a pós-verdade e as redes sociais. Dossiê pós-verdade. 9/03/2017. Disponível em: <http://www.comciencia.br/noticias-falsas-a-pos-verdade-e-as-redes-sociais/>, acessado em 13 de março de 2017.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

SILVA, Juremir Machado da, 25/01/2018. Quem tem medo de Kim Kataguiiri? Disponível em: <https://blogs.correiodo-povo.com.br/blogs/juremirmachado/2018/01/10565/quem-tem-medo-de-kim-kataguiiri>, acessado em 30 de abril de 2019.

SINDIJOR/PR, sítio na internet. <http://www.sindijorpr.org.br/noticias/6066/conselho-de-etica-comprova-plagio-praticado-pela-jornalista-joyce-hasselmann>, acessado em 24 de fevereiro de 2019.

SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SUL21, 10/06/2019. Maria Lúcia Fattorelli: 'Se aprovar essa reforma da Previdência, o Brasil quebra'. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/entrevistas-2/2019/06/maria-lucia-fattorelli-se-aprovar-essa-reforma-da-previdencia-o-brasil-quebra/>, acessado em 14 de junho de 2019.

SUL21, 11/02/2019. Orientadora de dissertação criticada por Carlos Bolsonaro responde e repudia assédio moral. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2019/02/orientadora-de-disser...-criticada-por-carlos-bolsonaro-responde-e-repudia-assedio-moral>, acessado em 12 de fevereiro de 2019.

SUL21, 12/01/2019. Flavio Koutzii: “A democracia acabou. Eu me sinto hoje um exilado no Brasil”. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2019/01/flavio-koutzii-a-democracia-acabou-eu-me-sinto-hoje-um-exilado-no-brasil>, acessado em 15 de janeiro de 2019.

SUL21, 20/03/2019. UFRGS entra em alerta após ameaça de atentado. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/03/ufrgs-entra-em-alerta-apos-ameaca-de-atentado>, acessado em 21 de março de 2019.

TELESUR, 11/09/2017. Chile: 11 historias para no olvidar este 11 de septiembre. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/Chile-11-historias-para-no-olvidar-este-11-de-septiembre-20170911-0025.html>, acessado em 20 de maio de 2019.

THE ECONOMIST, 12/11/2009. Brazil takes off. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off>, acessado em 12 de julho de 2019.

THE ECONOMIST, 30/05/2019. Mafias run by rogue police officers are terrorising Rio. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2019/05/30/mafias-run-by-rogue-police-officers-are-terrorising-rio>, acessado em 22 de junho de 2019.

THE GUARDIAN, 17/03/2018. Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/cambridge-analytica-facebook-influence-us-election>, acessado em 19 de

março de 2018.

THE INTERCEPT-BRASIL, 07/10/2018. Judiciário e mentiras fortaleceram Bolsonaro na reta final da eleição. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/10/07/judiciario-fake-news-bolsonaro-eleicao>, acessado em 08 de outubro de 2018.

THE INTERCEPT-BRASIL, 09/06/2019a. As mensagens secretas da Lava Jato. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>, acessado em 10 de junho de 2019.

THE INTERCEPT-BRASIL, 09/06/2019b. Lava Jato tentou barrar entrevista de Lula e não 'eleger Haddad'. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>, acessado em 10 de junho de 2019.

THE INTERCEPT-BRASIL, 09/06/2019c. Tríplice: Deltan duvidava de provas horas antes de denúncia. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/dallagnol-duvidas-triplex-lula-telegram-petrobras/>, acessado em 10 de junho de 2019.

THE INTERCEPT-BRASIL, 09/06/2019d. Chats revelam colaboração proibida de Moro com Deltan. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/>, acessado em 10 de junho de 2019.

THE INTERCEPT-BRASIL, 22/01/2019. As ligações dos Bolsonaro com as milícias. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/01/22/bolsonaros-milicias/>, acessado em 22 de junho de 2019.

THE INTERCEPT-BRASIL, 23/11/2018. Novo ministro da Educação terá de gerenciar interesses econômicos de colegas de equipe na sua pasta, incluindo lucros com o escola sem partido. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/11/23/escola-sem-partido-interesses-ministro-educacao>, acessado em 23 de novembro de 2018.

THE INTERCEPT-BRASIL, 24/06/2019. Entrevista: 'Os militares se submetem a constantes vexames'. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/23/entrevista-joao-roberto-martins-militares-bolsonaro/>, acessado em 24 de junho de 2019.

THE NEW YORK TIMES, 28/05/2018. In Britain, Austerity Is Changing Everything. Disponível em: <https://mobile.nytimes.com/2018/05/28/world/europe/uk-austerity-poverty.html?partner=rss&emc=rss&smid=tw-nytimes&smtyp=cur>, acessado em 28 de maio de 2018.

TUCÍDIDES. História da guerra do Peloponeso. Brasília: UnB, 1986.

UOL, 05/10/2014. Bolsonaro (PP) é o deputado federal com maior número de votos no RJ. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/05/bolsonaro-rj-e-eleito-deputado-federal-no-rj-com-o-maior-numero-de-votos.htm>, acessado em 10 de julho de 2019.

UOL, 17/05/2019a. Abin investigará candidatos a reitor e diretorias de universidades federais. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/17/governo-bolsonaro-tira-autonomia-de-reitores-e-vai-investigar-candidatos.htm>, acessado em 19 de maio de 2019.

UOL, 17/05/2019b. Com Bolsonaro, liberação de agrotóxicos cresceu 42%, diz estudo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redaca.../com-bolsonaro-liberacao-de-agrotoxicos-cresceu-42-diz-estudo.htm>, acessado em 21 de maio de 2019.

UOL, 24/01/2019. Holandeses se irritam com fala de Damares: 'lá, pais masturbam os bebês'. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/01/24/damares-vira-noticia-na-holanda-ao-dizer-que-pais-masturba-bebes.htm>, acessado em 21 de março de 2019.

UOL, 26/02/2019. Em Itaipu, Bolsonaro exalta presidentes militares e ditador paraguaio. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/02/26/bolsonaro-exalta-presidentes-militares-e-ditador-paraguaio-em-itaipu.htm>, acessado em 20 de maio de 2019.

UOL, 27/06/2019. Diplomacia teológica brasileira: um relato de um dia nos bastidores da ONU. Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/a-diplomacia-teologica-brasileira-um-relato-de-um-dia-na-onu/>, acessado em 30 de junho de 2019.

UOL, 30/08/2018. Em 25 anos, apenas a Record cresceu em audiência na TV aberta. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/mercado/em-25-anos-ape-nas-record-cresceu-em-audiencia-na-tv-aberta--22085>, acessado em 19 de março de 2019.

VALIM, Rafael. Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo. São Paulo: Contracorrente, 2017 (e-book Kindle).

VALOR ECONÔMICO, 13/05/2019. Bolsonaro anuncia redução de 90% de normas de segurança no trabalho. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/6251967/bolsonaro-anuncia-reducao-de-90-de-normas-de-seguranca-no-trabalho#>, acessado em 02 de junho de 2019.

VEJA, 30/05/2019. Chanceler atribui aumento da temperatura da Terra a asfalto quente. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/chanceler-atribui-aumento-da-temperatura-da-terra-a-asfalto-quente/>, acessado em 31 de maio de 2019.

VILLAS-BÔAS, Marcos de Aguiar. Pós-verdade: o conceito político da moda é equivocado. Carta Capital. 03/03/2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/vanguardas-do-conhecimento/o-concei->

to-politico-da-moda-pos-verdade-e-equivocado, acessado em 06 de março de 2017.

WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH, H. H., MILLS, Wright (org.). Max Weber: ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982, p. 97-153.

ZERO HORA, 10/10/2016. Salvei o Brasil. Obrigado. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/david-coimbra/noticia/2016/10/salvei-o-brasil-obrigado-7730672.html>, acessado em 7 de junho de 2019.

O argumento desta “Dança das bolinhas” pode parecer um pouco duro, afinal é uma reflexão sobre o momento especialmente difícil, conflituoso, sem senso de humor ou graça pelo qual passamos. Trata das ações e intenções de motívadíssimos sacripantas no mais estrito sentido da palavra, de pessoas velhacas, vis, indignas e amorais que posam de desinteressadas e tementes ao deus cristão, mas que encarnam um projeto de dominação arrasador, também conhecido como neoliberalismo, que pode levar-nos a todos para um mundo de desigualdades, violências, exclusões, desolações e destruições ainda maiores e intensas. Não é engano, exagero ou “pessimismo”, antes fosse. O objetivo aqui é convidar o leitor a trilhar o caminho de uma análise da situação atual, de como chegamos até aqui, sem um outro peso, além daquele das circunstâncias e do tema, que seria o de enfrentar uma escrita acadêmica mais estrita, por foi buscada uma linguagem mais solta, corrente e fluente. A frequência dos curtos capítulos, que não são bem capítulos, mas notas, propõe o fio da meada de uma forma mais leve e, por vezes, avança, por outras retorna, reflete e descreve, dá volta, explica, mas também apenas registra o espírito. “A dança das bolinhas”, portanto, embora seja um ensaio sobre a ignomínia baseado em uma pesquisa acadêmica, procura ser acessível a todo mundo. É, enfim, uma história pública para todas e todos que se interessam e preocupam pelo Brasil, pelo seu povo, por sua história e pela Universidade Pública.

